

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

BRUNA PASETTI DORNELLES

**A CIDADE COLONIAL BRASILEIRA NA UNIÃO IBÉRICA:
BASE DA EXPANSÃO TERRITORIAL E LUGAR DE DEFESA**

Prof^a. Dr^a Ruth Maria Chittó Gauer

Orientadora

PORTO ALEGRE
2011

BRUNA PASETTI DORNELLES

**A CIDADE COLONIAL BRASILEIRA NA UNIÃO IBÉRICA:
BASE DA EXPANSÃO TERRITORIAL E LUGAR DE DEFESA**

Dissertação apresentada como requisito parcial a obtenção do título de Mestre em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ruth Maria Chittó Gauer

PORTO ALEGRE
2011

Aos meus alunos, que muito me ensinam todos os dias, que me completam e fazem valer a pena continuar buscando o conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A finalização desta pesquisa representa não o encerramento de uma etapa, mas o preparo para a etapa seguinte. Esta realização só ocorreu em virtude da ajuda de algumas pessoas, que devem ser aqui lembradas:

À professora Rurh Maria Chittó Gauer, pela orientação paciente e firme, pela compreensão e incentivo nos momentos adversos, pelos conselhos e ajuda na busca de novas perspectivas de trabalho e pela amizade.

À CAPES, pela isenção no curso, sem a qual a presente pesquisa não seria realizada.

Aos meus pais Lia e Pedro que apoiaram minhas decisões, me deram a oportunidade de seguir em frente, indo em busca de meus objetivos, mantendo-se sempre presentes, dando suporte em todos os momentos.

Ao Gabriel, por estar sempre ao meu lado, incentivando, encorajando, dando conforto, carinho e compreendendo a ausência necessária para dedicação à pesquisa.

À mais do que colega de curso, grande amiga Karina, pelo companheirismo nas mais diversas situações, pelo suporte intelectual e afetivo, pela troca de experiências e pela grande amizade que construímos ao longo do caminho.

À colega e companheira de trabalho Cristiane, agradeço por todo auxílio e compreensão no trabalho e pelo fundamental auxílio para a conclusão da pesquisa, que não teria tido a mesma qualidade sem seu competente apoio.

À todos, muito obrigada!

RESUMO

A dissertação foca o processo de ocupação e administração do território a partir da cidade, pólo de estruturação político-administrativa colonial. São objetos da pesquisa as cidades brasileiras coloniais fundadas durante a União Ibérica (1580-1640) na região Norte do Brasil, as quais proporcionaram a fixação e ampliação de fronteiras, assim como a manutenção territorial frente às constantes incursões de estrangeiros. A influência que a União Ibérica para o estabelecimento de novas políticas de colonização e ocupação por parte de Portugal no Brasil após a Restauração são igualmente analisadas para averiguar as permanências legadas pelo período de administração espanhola. A cidade, enquanto objeto de pesquisa e análise, é estudada em seu plano físico como um tradutor das idéias de mundo e sociedade construídas e adotadas pela sociedade europeia dentro e fora do Velho Mundo.

Palavras-chave: cidade, plano urbano, União Ibérica, administração.

ABSTRACT

The dissertation focuses on the territorial occupation and administration from the cities, the political-administrative structurization centers of the colonies. The objects of the research are the Brazilian colonial cities founded during the Iberian Union (1580-1640) in the northern region of Brazil, which have provided the fixation and the expansion of the borders and the territorial maintenance towards the frequent foreign incursions. The influence that the Iberian Union had on establishing new colonization and occupation policies for Portugal on Brazil after the Restoration are also analyzed in order to assert the legacy of the Spanish administration period. The city, as the analysis and research object, is studied in its physical planning as a representation of the ideas of world and society built and adopted by the European society inside and outside of the Old World.

Keywords: city, urban planning, Iberian Union, administration.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1: Modelo de cidade colonial romana..... | 25 |
| Figura 2: Vista de Florença com suas muralhas, em 1352..... | 31 |
| Figura 3: Cidade ideal de Vitrúvio..... | 38 |
| Figura 4: A <i>Cittè Ideale</i> de Piero della Francesca, 1470. | 38 |
| Figura 5: Palmanova, representação do século XVII. | 41 |
| Figura 6: Planta de Ferrara no final do século XVI..... | 41 |
| Figura 7: Planta da cidade ideal de Sforzinda, do Tratado de Filarete, 1465. . | 43 |
| Figura 8: Carátula de <i>Utopia</i> | 44 |
| Figura 9: Planta em perspectiva de Paris, 1609..... | 47 |
| Figura 10: Versalhes, século XVIII. | 48 |
| Figura 11: Parte central de Málaga, Andaluzia, 1971..... | 53 |
| Figura 12: Aerografia de Santa Fé de Granada. | 55 |
| Figura 14: Planta da villa de Vianna e sua barra e castello, século XVIII. | 57 |
| Figura 13: Planta de Viana do Castelo, século XV. Regularidade de traçado. | 56 |
| Figura 15: Damão, na Índia portuguesa, 1674. | 59 |
| Figura 16: Iconografia da Redução de São João Batista. | 73 |
| Figura 17: Buenos Aires, 1583..... | 74 |
| Figura 18: Cidade do México, 1596. | 75 |
| Figura 19: Cidade do México, 1756.. | 76 |
| Figura 20: Lima, 1682..... | 77 |
| Figura 21: Salvador, 1605..... | 105 |
| Figura 22: Rio de Janeiro, meados do século XVI.. | 108 |
| Figura 23: Rio de Janeiro, 1713..... | 109 |
| Figura 24: Villa d’Olinda de Pernambuco,..... | 115 |
| Figura 25: Planta do Bairro de Recife. | 116 |

| | |
|--|-----|
| Figura 26: Caerte Vande Van Pharnembocque. Cidade Maurícia ligada pela ponte à Cidade de Recife. | 118 |
| Figura 27: São Luís do Maranhão entre os anos de 1641 e 1644..... | 124 |
| Figura 28: Planta de Filipéia no período holandês. | 125 |
| Figura 29: Cidade de São Luís do Maranhão..... | 129 |
| Figura 30: Cidade de São Luís do Maranhão atualmente.. | 130 |
| Figura 31: Prospecto da cidade de Belém , do Estado do Gram Pará. | 132 |
| Figura 32: Planta geométrica da cidade de Belem do Gram Para, 1753..... | 133 |
| Figura 33: Cidade de Belém em 1783..... | 134 |
| Figura 34: Cidade de Belém em 1783. | 135 |
| Figura 35: Plano geral da cidade do Pará em 1791. | 136 |
| Figura 36: Abrangência do Estado do Maranhão, 1629. Tábua Primeira do “Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará” | 138 |
| Figura 37: Abrangência do Estado do Maranhão, 1629. Tábua Segunda do “Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará” | 139 |
| Figura 38: Abrangência do Estado do Maranhão, 1629. Tábua Terceira do “Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará” | 140 |
| Figura 39: Oeyras do Piauhi, 1750. | 154 |
| Figura 40: Cidade de Oeiras, Piauí. Foto atual.. | 155 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| 1 A TRADIÇÃO URBANA EUROPÉIA..... | 17 |
| 1.1 A CIDADE ANTIGA E A PASSAGEM PARA O MEDIEVO: DELINEAMENTO DA TRADIÇÃO | 22 |
| 1.2 A CIDADE MEDIEVAL E O CRESCIMENTO COMERCIAL..... | 27 |
| 1.3 CIDADES RENASCENTISTA E CIDADE BARROCA: SOLIDIFICAÇÃO DA TRADIÇÃO..... | 33 |
| 1.4 A CIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA | 51 |
| 2 A TRADIÇÃO URBANA EUROPÉIA CHEGA À AMÉRICA: CIDADES COLONIAIS IBERO-AMERICANAS | 62 |
| 2.1. ESPANHA: A MODERNIDADE TRADUZIDA NA RIGIDEZ URBANA..... | 68 |
| 2.1.1. Ocupação da América espanhola e administração colonial..... | 70 |
| 2.2. PORTUGAL: TRADIÇÃO E MODERNIDADE NAS CIDADES BRASILEIRAS...84 | |
| 2.2.1 Ocupação da América portuguesa e administração colonial..... | 89 |
| 2.2.2 A cidade colonial brasileira: características da implantação e funcionamento | 95 |
| 3 CIDADES DO NORTE: A UNIÃO IBÉRICA REDIMENSIONA O ESPAÇO COLONIAL..... | 111 |
| 3.1. A UNIÃO IBÉRICA E A CIDADE COLONIAL BRASILEIRA | 112 |
| 3.1.1 A expansão territorial e as cidades fortificadas | 118 |
| 3.2 SÃO LUÍS DO MARANHÃO ABRE O CAMINHO PARA O NORTE | 125 |
| 3.3 BELÉM DO PARÁ E O CONTROLE DO VALE AMAZÔNICO..... | 131 |
| 3.3 AS CIDADES DO NORTE POSSIBILITAM A CRIAÇÃO DE UM NOVO ESTADO | 137 |

| | |
|--|------------|
| 3.4 DA RESTAURAÇÃO ÀS NOVAS POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS PORTUGUESAS: A REESTRUTURAÇÃO PARA A RETOMADA URBANA..... | 142 |
| 3.4.1 Criação do Conselho Ultramarino e modificações na administração brasileira | 144 |
| 3.5. NOVAS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA COLÔNIA AMERICANA | 148 |
| 3.5.1. Norte: permanente alvo de povoamento..... | 151 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 158 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 164 |
| FONTES PRIMÁRIAS | 170 |
| FONTES DE CONSULTA | 171 |

INTRODUÇÃO

A cidade tem se mostrado um riquíssimo objeto de estudo para vários campos do conhecimento. Ela pode ser pensada como um caleidoscópio, o qual podemos olhar por diferentes ângulos, e cada vez ela se revelará de forma diferente. Os estudos sobre a cidade, além de inumeráveis, são também muito amplos e voltados a diferentes assuntos e aspectos, abordando os planos físico e humano do espaço citadino, dentro de diferentes áreas do conhecimento. A cidade é o grande palco onde a sociedade se constrói; projetando sua realidade e revelando o teatro protagonizado por seres humanos, ela materializa, como um cenário, diferentes ideias e crenças que o homem tem a respeito do mundo e de si mesmo.

A cidade colonial brasileira se insere como objeto de estudo de vários centros de pesquisa e tem sido preocupação de muitos intelectuais, que a apresentam sob diversas perspectivas. No que diz respeito às suas diferentes formas urbanas, uma análise que é amplamente conhecida, e bastante divulgada por Sérgio Buarque de Holanda, é a da falta de planificação da cidade colonial brasileira, fruto da falta de planejamento e métodos dos portugueses. Tal interpretação, proveniente da historiografia da década de 1930, vigorou por bastante tempo e apenas começou a ser questionada no final da década de 1970.

As pesquisas e os debates acerca da cidade colonial brasileira permanecem desenvolvendo-se com trabalhos acadêmicos apresentados como resultados de pesquisas, no entanto, em relação aos tipos de planos

urbanos encontrados nas cidades brasileiras fundadas na época do período colonial, intelectuais de diferentes áreas têm sido os grandes condutores das discussões e pesquisas, podendo ser destacados os da Arquitetura e Urbanismo. Alguns destes trabalhos continuam apresentando a cidade colonial brasileira como deficiente no que tange ao planejamento e ordenamento, outros a enquadram enquanto uma mera continuação do que era produzido em Portugal, considerando aspectos tipológicos e morfológicos, como os locais escolhidos para fundação, mas deixando em segundo plano as questões culturais, especialmente em relação ao papel que essas cidades exerciam dentro do contexto em que foram pensadas e edificadas.

Considerando estes aspectos, a pesquisa que aqui se apresenta teve por objetivo promover um estudo diferenciado da cidade colonial brasileira, inserindo-a não apenas no contexto do princípio da Idade Moderna, mas dentro da grande tradição urbana europeia, demonstrando que o urbanismo desenvolvido no período colonial no Brasil tem um grande vínculo com a Europa, mas que as cidades brasileiras deste período apresentam também particularidades provenientes do contato com a cultura nativa e, sobretudo, da síntese de todas as influências que de alguma forma se fizeram aqui presentes entre os séculos XVI e XVIII.

Para tanto, o período da União Ibérica 1580-1640 foi determinado como ponto principal de análise, sob a justificativa de que foi durante os governos filipinos em Portugal que as cidades brasileiras passaram a apresentar maior padronização nos planos urbanos, especialmente pelo amadurecimento que a colonização já apresentava, e influência do urbanismo espanhol, que solidificou a ideia de cidade enquanto instrumento de efetiva ocupação territorial. As cidades nortistas de São Luís do Maranhão e Belém do Pará são os casos estudados devido às suas funções estratégicas dentro do projeto colonizador, tendo sido os dois primeiros pólos de ocupação da região mais setentrional brasileira. Desta forma, os limites do presente trabalho estão circunscritos na

primeira metade do século XVII, na região Norte do Brasil, especificamente no território que entre 1621 e 1823 correspondeu ao Estado do Maranhão.

A pesquisa que resultou no presente trabalho foi realizada a partir de consulta da bibliografia básica a respeito da História Colonial do Brasil e da América, História Moderna e História do Urbanismo, bem como de bibliografia específica a respeito das temáticas pertinentes ao trabalho. As análises a respeito da cidade, suas leituras e funções, foram realizadas tomando como base o que apontam os autores Leonardo Benévolo, Fernando Chueca Goitia, José M. Ressano Lamas, Max Weber, Luís Ricardo Michaelsen Centurião e Jacques Le Goff. A composição do contexto das grandes navegações e ocupação da América privilegiou as obras “A formação do mundo moderno”, de Francisco José Calazanas Falcon e Antônio Edmilson Martins Rodrigues, “A América Latina na Época Colonial”, de Stuart Schwartz e James Lockhart e “História da América Latina: América Latina Colonial”, de Leslie Bethell. A obra “Os donos do poder”, de Raymundo Faoro foi de extrema importância para o estudo sobre o Estado nacional português e a estruturação do império ultramarino lusitano. Autores como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior também foram consultados, devido ao valor histórico de suas obras, muito embora algumas ideias sejam objeto de crítica por parte do presente estudo.

Os meios virtuais, especialmente os acervos digitais disponibilizados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e de Lisboa, pela Universidade Federal de Brasília e do Projeto Resgate, desenvolvido em conjunto pela UNB e pela Torre do Tombo de Portugal, foram essenciais para a realização deste trabalho, sobretudo no que diz respeito ao acesso às fontes documentais encontradas nos citados acervos. A Base Digital Brasileira de Teses e Dissertações foi igualmente fundamental ao possibilitar o contato com trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos anos em diversas universidades do Brasil, os quais foram de grande relevância para a produção de nosso trabalho, pois possibilitaram o contato com diferentes análises sobre o assunto aqui

estudado, proporcionando uma visão bastante ampla a respeito de diversos aspectos, sobretudo em relação ao urbanismo sob o ponto de vista de seus aspectos formais mais específicos.

No que concerne aos planos urbanos utilizados para análise em nosso trabalho, concordamos com o que afirma Cristóvão Fernandes Duarte sobre estas serem ricas fontes primárias ainda pouco utilizadas como tais pela historiografia, aparecendo dentro da pesquisa histórica como um suporte às fontes documentais. A produção cartográfica produzida ao longo dos séculos XVI e XVII constitui um conjunto documental altamente informativo a respeito do processo de ocupação territorial e constituição da rede urbana brasileira, especialmente em relação à parte norte brasileira, nosso foco de estudo. A interpretação de tais fontes documentais pode e deve ser feita tendo como suporte a documentação da época, mas seu valor individualizado também há de ser seriamente considerado, o que procuramos fazer em nosso estudo.

Ainda em relação às fontes primárias, o século XVII no Brasil se apresenta como um desafio face às documentações, uma vez que muito do que foi produzido pelas administrações portuguesa e espanhola permanece armazenado nos arquivos nacionais e de universidades não estando satisfatoriamente disponíveis ao público acadêmico estrangeiro, o que contribui para que este século seja menos servido de fontes para pesquisa do que o posterior, por exemplo. Muito embora a documentação selecionada durante a pesquisa não seja a mais completa possível, esta se mostrou como bom instrumento para a análise do objeto de pesquisa, contribuindo no alcance do objetivo da pesquisa em identificar as diferentes influências sobre as cidades construídas no Brasil Colônia.

O trabalho foi dividido em três capítulos, de acordo com os objetivos específicos estabelecidos no projeto de pesquisa, visando estabelecer um quadro satisfatório sobre os precedentes urbanos que influenciaram o

empreendimento estabelecido na América. O primeiro capítulo faz uma análise dos diferentes entendimentos e conceitos de cidade, trazendo também um estudo sobre as formas de ver e entender a cidade ao longo da história europeia, assim como as diferentes concepções de urbanismo que interferiram diretamente nos modelos citadinos encontrados no Velho Mundo e que se apresentam como marcas da proposta civilizadora europeia não apenas na América, como em todos os territórios dominados pelos europeus desde o final da Idade Média até o século XX.

O segundo capítulo apresenta Portugal e Espanha, suas similaridades e diferenças e suas entradas na Idade Moderna, assim como as formas de ocupação e colonização empreendidas pelos dois reinos na América. A cidade é discutida enquanto instrumento civilizador e mecanismo de controle da sociedade que se estabelecia na América para a implantação da civilização nos moldes europeus. A diferenciação entre as cidades lusas e hispânicas, fundadas em território americano, é identificada, especialmente, pelas funções atribuídas às cidades, determinadas, sobretudo, pelas premissas fundacionais que regiam cada uma das coroas ibéricas no momento da ocupação, assim como as legislações produzidas por ambos os países para controlar suas administrações coloniais. A intenção urbanizadora portuguesa é discutida em face aos teóricos que a questionam e os que afirmam a sua realidade, assim como a questão do progressivo planejamento urbano desenvolvido pelos portugueses no Brasil.

O terceiro capítulo traz a análise da União Ibérica enquanto desencadeadora de um processo de interiorização da ocupação do território brasileiro, vista como a responsável pela fundação de cidades que se tornaram fundamentais para o controle territorial e a dilatação das fronteiras do território que até então cabia à coroa portuguesa. As décadas seguintes ao final da União Ibérica são igualmente analisadas uma vez que neste período podemos verificar a nova posição portuguesa em relação a sua colônia americana, decorrente de uma série de fatores, no que se incluem a necessidade de

proteger as terras conquistadas no momento anterior, a continuidade da expansão territorial no interior e nas fronteiras e, sobretudo, a implantação de cidades dentro dos moldes difundidos durante o domínio espanhol, objetivando levar adiante seu empreendimento civilizador através de um de seus mais efetivos mecanismos, a cidade.

1 A TRADIÇÃO URBANA EUROPÉIA

Ao se estudar a história da colonização americana feita pelas coroas ibéricas a questão da cidade é preponderante, pois esta se constitui no eixo principal de colonização e dominação territorial, refletindo a organização da sociedade européia, que à época as cidades tiveram, historicamente, um papel centralizador e ordenador.

Ao longo da história européia, a cidade configurou-se como o grande palco social, no qual se desenvolve não apenas a dinâmica social, mas o desenvolvimento econômico e cultural que guiou a Europa até seu apogeu civilizatório que se prolongou até o século XIX, com a supremacia industrial, econômica e cultural no mundo ocidental. Leonardo Benévolo ressalta a importância da cidade para a Europa, pois avalia ser a cidade o grande elemento que a caracteriza, sendo impossível narrar a história de uma separada da história da outra.

As cidades europeias nascem com a Europa e, em certo sentido, fazem nascer a Europa; são uma das razões de ser – provavelmente, a principal – da Europa como entidade histórica distinta, continuam a caracterizar a civilização europeia quando ela assume um papel dominante no mundo, e imprimem a sua marca – positiva, negativa, mas sempre preponderante – às cidades em toda a parte do mundo.¹

A afirmação de Benévolo traduz em parte a relevância que o espaço citadino tem para a história europeia, a qual é amplamente lembrada por uma gama considerável de autores que se voltam ao estudo da cidade no Ocidente e que, ao fazer isso, voltam-se sempre à Europa, independentemente do período histórico escolhido. Dessa forma, a história ocidental não pode ser

¹ BENÉVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Editora Presença, 1995, p. 13.

desvinculada da história das cidades, da tradição urbana que foi construída ao longo dos séculos dentro do continente europeu.

A cidade é um dos objetos de estudo mais ricos para a investigação da sociedade ocidental. Sua origem remonta aos milênios III e II a. C., na Mesopotâmia, no vale do Nilo, às civilizações orientais como China e Índia, aos primeiros passos em direção à organização da sociedade de forma “civilizada*”.

Podemos pensar que a cidade é, ao mesmo tempo, testemunho e fruto do desenvolvimento cultural e organizacional de uma sociedade, por sua forma material estar intrinsecamente ligada à realidade sociológica, cultural e até mesmo psicológica de seus componentes humanos. Ela, nas palavras de Fernando Chueca Goitia, *mergulha as suas raízes nos costumes e hábitos dos seus habitantes, que possui tanto uma organização física como moral, que se modelam e modificam uma à outra através da sua mútua interação*,²a cidade se qualifica enquanto um dos mais ricos sistemas para recolhimento e análise de informações a respeito das sociedades humanas.

Muito embora sejam encontradas divergências no entendimento de cidade, de seu papel na sociedade dentro da história ocidental e, além desse aspecto, para que a própria definição de cidade não seja um consenso, sua existência e importância são uma constante. Mesmo no período medieval, do qual se tem muitas vezes o entendimento de sua quase inexistência, a cidade é palco da ação social, e é justamente o fato de, mesmo com menor força e número que na Antiguidade, ela não ter desaparecido, que a torna um dos principais elementos condutores do Ocidente medieval para o domínio do resto do mundo a partir do século XIV.

A definição de cidade, como foi apontada acima, não é simples, especialmente porque não há um consenso entre todas as áreas que de

* O termo civilização, derivado da palavra latina “*civitas*” que denominava não apenas o espaço cidade, mas sim a qualidade de pertencer a uma cidade, de ser cidadão, expressa uma das mais fortes características da cidade para o mundo ocidental, sua capacidade de não apenas obrigar a sociedade, mas de organizá-la e identificar culturalmente.

² GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editora Presença, p. 32.

alguma forma a transformam em objeto de estudo. Para Jacques Le Goff³, por exemplo, a implantação eclesiástica é o fator a ser considerado para se determinar o status de cidade, ao menos no período medieval. Max Weber aponta dois pontos de vista importantes para ser determinado o status de cidade, são eles o econômico e o político. No sentido econômico a cidade é associada, segundo o autor, a um lugar onde a população “local” satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas, e isto principalmente com produtos que a população “local” e dos arredores produziu ou adquiriu “para a venda” no mercado⁴; a cidade necessita, assim, de um mercado, onde se realiza o comércio. Para Weber, embora muitas cidades tivessem feiras periódicas, especialmente as medievais, isto não basta para determiná-las como cidade propriamente dita, pois para ele a cidade (...) é um “assentamento” com mercado permanente⁵. Já do ponto de vista político, Weber nos diz que se pode considerar cidade localidades que do ponto de vista econômico não receberiam essa denominação. O relevante para a cidade vista por um olhar político é a existência de uma “fortaleza”, um castelo que sirva como núcleo inicial para essa cidade e que também exista como referência administrativa, sendo habitada por um senhor personificador dessa referência, a quem os cidadãos pagam tributos e prestam serviço militar.

Outra tentativa de definição de cidade, que nos é apontada por Goitia⁶ é a que procura definir a cidade a partir de sua oposição ao campo, ou seja, dizer o que ela é a partir do que ela não é. A cidade por muito tempo foi uma extensão do campo, é ela que comercializa a produção rural e que muitas vezes é sustentada por ela, recebendo matérias-primas para produção. No medievo, por mais que as cidades tenham se desenvolvido, a população não deixa de ser ligada ao senhor feudal, e a terra permanece ainda por muitos séculos sendo altamente valiosa.

³ LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, p. 42.

⁴ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: Editora UNB, 2004, p. 409.

⁵ WEBER, 2004, *opus cit*, p. 410.

⁶ GOITIA, *opus cit*, p. 12.

Muitas são as definições de cidade adotadas atualmente, e elas variam de acordo com a perspectiva pela qual se analisa. O sociólogo Manuel Castells, por exemplo, considera cidade a *forma residencial adotada pelos membros da sociedade cuja presença direta no meio rural não era necessária*⁷, além de ser articulada à estrutura social e determinada por um *sistema de distribuição e de troca*, o qual necessita:

1. de um sistema de classes sociais; 2. de um sistema político permitindo ao mesmo tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe; 3. de um sistema institucional de investimento, em particular no que concerne à cultura e à técnica; 4. de um sistema de troca com o exterior.⁸

Já no período colonial americano, Portugal e Espanha entendiam por cidade *assentamentos urbanos que são sede de organizações civis, governamentais e religiosas*⁹, não demonstrando necessariamente preocupação com relação aos aspectos culturais e sociais decorrentes da organização urbana. A seu turno, Luís Ricardo Michaelsen Centurião, ao projetar a cidade colonial brasileira como reflexo da organização social portuguesa, extrapola a simples definição normativa dos séculos XV e XVI e afirma que

(...) a cidade é, em parte, a expressão física da sociedade à qual pertence, e reflexo de seus valores culturais. Concepções de poder, hierarquias sociais, profissões e economia, o modo de vida de um povo, as noções de sagrado e suas manifestações de uma determinada sociedade e suas especificidades, encontram sua expressão física no traçado das ruas, na arquitetura das edificações e na disposição destas, na distribuição de áreas públicas e privadas e em outros aspectos de sua configuração.¹⁰

José Manuel Fernandes define em seu trabalho sobre a cidade e arquitetura portuguesas que *the word "city" is used here in the sense of urban space, without worryng about the distinction between a town or an*

⁷ CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 19.

⁸ CASTELLS, *opus cit*, p. 20.

⁹ ROCCA, Luísa Durán. *A cidade colonial ibero-americana: A malha urbana – Dissertação de Mestrado – PROPARG/UFGRS*, 2002, p. 281.

¹⁰ CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *A Cidade Colonial no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p.215.

administrative center considered as a city^{11*}, dessa forma, o autor delimita seu entendimento de forma bastante genérica, o que amplia suas possibilidades para enquadrar os espaços que serão considerados cidade. A definição de Fernandes vai de encontro de que os ibéricos consideravam cidade no período colonial, de tal modo que para determinados tipos de análise, o termo “espaço urbano” abarca tanto pequenos aldeamentos com algum tipo de administração central como grandes cidades.

Essa definição também contempla em parte a definição de Weber, indo ao encontro da questão política colocada pelo autor. Muito embora a contribuição de Weber seja importante, especialmente pelo fato de muitas cidades, destacadamente as coloniais americanas, terem sido fundadas em grande parte com o intuito de servir como entreposto comercial, a definição de cidade traz a necessidade da contemplação de outros aspectos, sendo conveniente um entendimento mais abrangente e até mesmo genérico, como o apontado por José Manuel Fernandes.

Entretanto, apenas definir o que é entendido como cidade não é o suficiente para dar conta da amplitude de possibilidades que a cidade apresenta e dos diversos entendimentos sobre sua origem e papel na sociedade ocidental. Goitia ressalta o papel da cidade enquanto arquivo histórico. Ela é como já foi dito, o palco onde a sociedade se desenvolve, floresce. Além disso, ela é a prova material da existência de sociedades antigas e o registro de sua cultura, muito embora não deva ser esquecido que a própria cidade é o resultado da forma como essa cultura se transforma, cumprindo o papel de registro histórico, sendo *uma das mais imorredouras das criações humanas*¹², a qual resiste em perecer, como aponta Goitia. O autor ainda afirma que

(...) a cidade é uma aglomeração humana fundada num solo convertido em pátria, cujas estruturas internas e externas se

¹¹ FERNANDES, José Manuel. *Synthesis of Portuguese Culture: Architecture*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992, p. 96.

* A palavra “cidade” é aqui usada no sentido de espaço urbano, sem a preocupação com a distinção entre um município ou um centro administrativo considerado como cidade. (Tradução livre)

¹² GOITIA, *opus cit*, p. 31.

constituem e desenvolvem por obra da história, para satisfazer e exprimir as aspirações da vida coletiva, não só a que nelas decorre, mas também a da humanidade em geral.¹³

A sociedade europeia há muito constatou a importância do espaço citadino para sua civilização, e isso se deve não apenas à preocupação em fundar cidades nos novos espaços descobertos ou dominados, tradição essa que vem desde a Grécia, mas a valorização da cidade também é percebida na produção artística e científica que tem como objetivo pensar a cidade, buscando entender e embelezar seu espaço. Uma marca disso é a grande produção dedicada a ela no período renascentista, onde se buscava fazer da cidade uma obra de arte. No entanto, pela supervalorização do homem no período, esta cidade foi pensada e projetada enquanto uma obra de arte feita pelas mãos do homem. Robert E. Park, sociólogo americano, ressalta outro aspecto da cidade para sustentar sua crítica à visão renascentista. Para ele, a cidade *não é apenas um mecanismo físico ou uma construção artificial*, ela é mais orgânica e natural, sendo um produto da natureza humana, assim, a cidade *está implicada no processo vital da população que a compõe*¹⁴.

Embora Park critique a visão renascentista sobre a forma de conceber a cidade, é perceptível mesmo dentro desta concepção uma leitura característica do período. E essa é, sem dúvida, umas das maiores riquezas apresentadas pela cidade, a sua potencialidade para a percepção da sociedade, de seu entendimento de mundo e sua relação com ele.

1.1 A CIDADE ANTIGA E A PASSAGEM PARA O MEDIEVO: DELINEAMENTO DA TRADIÇÃO

Vem ainda da antiguidade a premissa citadina de delimitar e organizar o mundo civilizado. Aristóteles traduz a visão grega da cidade enquanto associação política concebida no intuito de conservar a existência humana, ou

¹³ Ibid, p. 39

¹⁴ PARK *apud* GOITIA, p. 32.

seja, uma forma de organização natural e quase instintiva, porém, administrada pelo único animal político – o homem. O progressivo desenvolvimento das cidades-estado gregas, com a atenção especial dispensada para a construção de prédios públicos, símbolos da democracia, é um reflexo da importância adquirida pelo espaço urbano enquanto palco social e político. Outra marca dessas cidades-estado são as construções voltadas às atividades de lazer e cultura, como os teatros e estádios para os jogos olímpicos. Além de tudo isso, é importante ressaltar o fato de a Grécia ter sido um pólo cultural e comercial de sua época, tendo estabelecido relações com diversas regiões do Mediterrâneo, e devido a isso tenha tido uma *cultura evidentemente urbana e cosmopolita*.¹⁵ A constituição física dessas cidades demonstra que as cidades-estado gregas em sua época áurea, se converteram em uma estrutura complexa, onde os elementos tradutores do entendimento grego de cidade e, conseqüentemente de civilização, são perceptíveis materialmente no espaço urbano.

Ainda à Grécia remonta outro elemento da tradição urbana europeia que será uma constante preocupação, ao menos teórica, ao longo da história da cidade ocidental. Esse elemento é a ordenação urbana. Embora a ordenação da cidade em traçados ortogonais ou quadriculados seja já encontrada em cidades mesopotâmicas anteriores ao período de apogeu grego, foi um grego que teorizou formalmente essa questão para aplicação no plano urbano. Este primeiro urbanista foi Hipódamo de Mileto. Ele escreveu tratados sobre arquitetura e geometria e lhe são atribuídas as plantas das cidades de Rodes e Pireu. Muito embora o traçado regular seja encontrado em períodos mais remotos da história grega, o fato de Hipódamo ter se dedicado a teorizar sobre a forma de ordenar a cidade é bastante relevante uma vez que seu modelo se perpetuou ao longo da história ocidental e se tornou uma constante nas cidades planejadas e de colonização edificadas pelos europeus, tanto em seu continente quanto fora.

¹⁵ GOITIA, *opus cit*, p. 52.

Em Roma, a vida urbana era motivada por questões econômicas, especialmente pelo comércio e pela conseqüente constituição de uma camada social especificamente urbana que o praticava. No entanto, a cidade também tinha um caráter político bastante forte, ao passo que o poder imperial era sustentado pelas camadas urbanas e pelo funcionalismo de Estado que funcionava nas cidades, além do exército.

O Império Romano, em seu ímpeto de expansão, procurava fundar cidades nos territórios conquistados, levando os elementos urbanísticos da cidade romana, como os aquedutos, as termas, o Foro, os anfiteatros e as obras monumentais, civilizando as novas posses territoriais. Fala-se¹⁶ muito também sobre os acampamentos romanos que deram origem a cidades, sendo características destes acampamentos o traçado regular, igualmente presente nas cidades de colonização romana. De um modo geral, a cidade romana foi uma continuidade da cidade grega no que diz respeito aos elementos básicos de espaço urbano. A administração romana não era, no entanto, centralizadora. Suas cidades tinham certa autonomia e a cobrança de impostos, por exemplo, era realizada através do contato com as administrações locais – municipais.

¹⁶ Jacques Le Goff e Fernando Chueca Goitia.

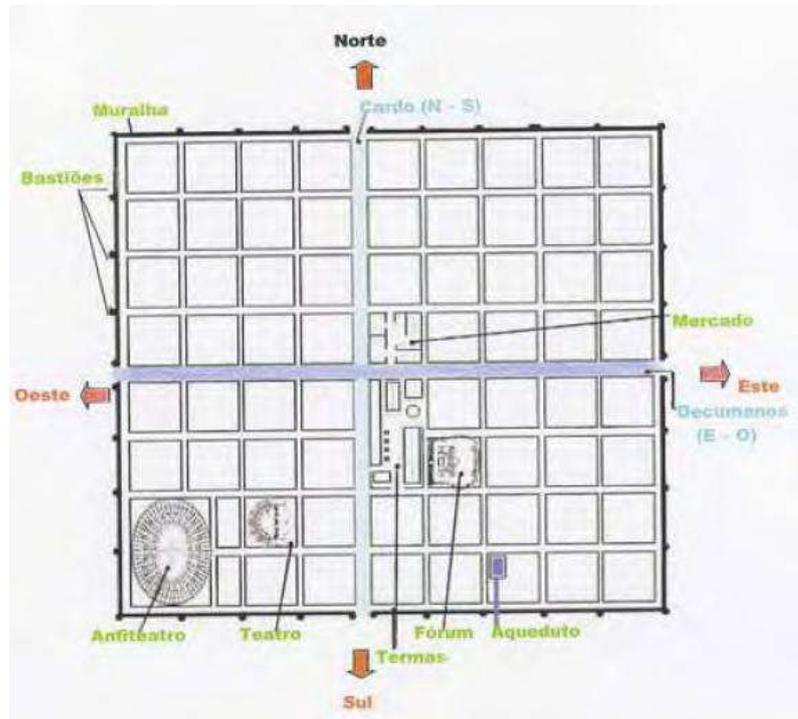


Figura 1: Modelo de cidade colonial romana.

Fonte: NEVES, André Lemoine. *A transferência da cidade portuguesa para o Brasil: 1532-1640* – Tese de Doutorado – PPDU/UFP, 2009, p. 93.

É importante ser salientada a colonização romana na Península Ibérica, mesmo que após a queda do Império Romano tenha sido ocupada por outras culturas, as estruturas das cidades deste período demonstram que elas seguiam o padrão encontrado no resto do Império.

As invasões bárbaras que levaram o Império Romano ao ocaso abalaram fortemente a estrutura urbana. Benévolo atribui à progressiva diminuição de segurança nas cidades causada por essas invasões a necessidade de murá-las, pois se por um lado as cidades não eram mais seguras, por outro elas ainda eram os centros que sustentavam as funções civis. O autor ainda salienta o fato de que a cristandade, enquanto herdeira do Império, embora tenha tentado dar continuidade à estrutura romana, não teve força política e econômica para fazê-lo. Benévolo então caracteriza o processo de transição pelo qual passaram as cidades após o fim do Império como um período de “séculos escuros” – VII-X – em que *a cristandade transforma-se radicalmente, e da geografia tradicional do mundo mediterrânico emerge a*

*nova realidade histórica, que desde então se chama Europa,*¹⁷ a qual passou a conviver com a nova realidade urbana que se organizava, mas também procurava conservar e readaptar o antigo patrimônio. Dessa forma, a cidade que se configurou nesse período dependerá muito do exemplo antigo.

A partir de então, a convivência com as “ruínas” do mundo antigo passa a ser uma constante na civilização europeia, e transmite – para além dos modelos de uma arquitetura altamente aperfeiçoada, que continua a servir de exemplo passados tantos séculos – a sensação física de uma outra civilização ameaçadora, estranha e familiar ao mesmo tempo (...).¹⁸

Outras duas características relevantes com relação à configuração citadina dos séculos imediatamente posteriores à queda do Império referidas por Benévolo são a progressiva diminuição do território das cidades existentes, especialmente as que deixaram de desempenhar o papel econômico e político dos tempos anteriores, como foi o caso de Bolonha, e o aumento das sedes episcopais nas cidades que, segundo o autor, *mantêm-se por muito tempo como os únicos centros de poder especificamente urbanos, que conferem aos novos aglomerados populacionais o seu caráter potencial de cidades*¹⁹. A partir deste último fato depreendemos uma forte característica que se fez marca da tradição urbana europeia e que será aplicada amplamente em todas as suas áreas de colonização – a presença da igreja.

A herdeira oriental de Roma, Constantinopla, permanecerá ao longo do período medieval como o grande símbolo de suntuosidade e monumentalidade urbana, com um governo centralizado, e muralha que a faz parecer impenetrável. Seu permanente contato com o Oriente a perpetuou como grande ponto de comércio e ligação entre Ocidente e Oriente.

¹⁷ BENÉVOLO, *opus cit*, p. 32.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Ibid, p. 36.

1.2 A CIDADE MEDIEVAL E O CRESCIMENTO COMERCIAL

Como consequência da insegurança nas cidades e de seu progressivo encolhimento, as cidades europeias diminuíram também em número, e em proporção maior, diminuiu a população que habitava essas cidades. O período denominado como Alta Idade Média é caracterizado pela profunda ruralização da Europa, correspondendo ao momento de estabelecimento da organização do sistema feudal. E a Igreja Católica, que era a grande dominadora da cultura e organizadora da sociedade de então, alimentava a dispersão populacional pelo campo, pois segundo Goitia, *o mosteiro é um centro religioso isolado, independente da cidade e profundamente vinculado ao campo.*²⁰

O autor atribui ao morador do campo e seu contato com esses mosteiros o estabelecimento de um *contínuo*, um *tecido geográfico humano*²¹, a organização de pequenas aldeias e cidades, de crescimento orgânico, pois *uma cidade de grandes dimensões romperia precisamente a continuidade do (...) tecido humano*²². Portanto, o que se desenvolve neste período, mais propriamente, não é um processo de fundação de cidades e urbanização, mas uma espécie de disseminação populacional por todo o território europeu.

A partir do século XI, porém, a realidade europeia passou a sofrer algumas alterações de ordem econômica e política. Se durante a Alta Idade Média o comércio havia enfraquecido bastante em virtude da crise do sistema urbano europeu, a partir do ano 1000 este quadro começou a se modificar. A diminuição das invasões bárbaras é uma das responsáveis pelo crescimento populacional, o que trouxe um efeito colateral – um princípio de excedente de mão-de-obra nos feudos. E esta população iniciou um movimento em direção às cidades, o que resultou não apenas no aumento numérico delas, mas também na expansão das já existentes, dando início à configuração das cidades caracteristicamente medievais

²⁰ GOITIA, *opus cit*, p. 79.

²¹ *Idem.*

²² *Idem.*

Le Goff defende que o *aumento do perímetro das muralhas, o aparecimento de burgos e subúrbios, a multiplicação das paróquias, dos conventos e das casas permitem concluir por um considerável crescimento urbano e sugerir proporções.*²³ O medievalista ressalta o caráter rural que as cidades medievais mantinham, uma vez que elas eram povoadas em *grande parte por camponeses recém-urbanizados.*²⁴ Le Goff diz também que os *habitantes das novas cidades (...) não pensavam, ao obter os forais, as franquias, em criar uma cidade (...) pensavam em formar uma comunidade capaz de fazer frente aos senhores, ainda sem nome próprio.*²⁵ Esses “novos habitantes” a que Le Goff se refere, os *beneficiários dos privilégios urbanos*²⁶, são os “burgueses”, homens responsáveis pelo desenvolvimento do comércio nas cidades, tornando-a atraente, e enriquecendo por meio dela. Para Goitia *esta sociedade burguesa que, paulatinamente, se vai desenvolvendo, é o estímulo da cidade medieval.*²⁷

No entanto, o autor francês discorda das correntes que afirmam ser a cidade medieval um *fenômeno essencialmente "antifeudal".*²⁸ Para ele, os senhores feudais tinham necessidades de mercado, sendo dessa forma a cidade indispensável para o mundo rural. Mesmo os burgueses não eram, para Le Goff, grandes adversários dos senhores, ao passo que as matérias-primas com as quais os artesãos urbanos trabalhavam provinham do campo, e os senhores eram, sem dúvida, consumidores dos produtos comercializados pelos burgueses.

A questão central no crescimento da cidade e de sua posterior sobreposição ao campo não eram disputas entre a burguesia e os senhores feudais, mas sim o aumento da circulação monetária ocorrida na Baixa Idade Média, em decorrência do crescimento do comércio nas e entre as cidades,

²³ LE GOFF, *opus cit*, p. 4.

²⁴ *Ibid*, p. 14.

²⁵ *Ibid*, p. 5.

²⁶ *Idem*.

²⁷ GOITIA, *opus cit*, p. 80.

²⁸ LE GOFF, *opus cit*, p. 57.

pelo aumento do contato com o Oriente através das Cruzadas, e as consequentes rotas de comércio que se fortaleceram e ampliaram desde então.

No âmbito restrito das cidades, os artesãos e mercadores locais foram os responsáveis mais imediatos para o desenvolvimento do comércio. Eles faziam parte dos grupos de camponeses que aos poucos foram organizando feiras nas portas das muralhas que cercavam as cidades, estabelecendo laços comerciais com o interior citadino, mas também mantendo contato com o mundo rural. No entanto, as cidades medievais eram também frutos de seu contato com o exterior, frutos das rotas de comércio que se estabeleceram por toda a Europa, ligando o Mediterrâneo dominado pelo comércio italiano ao norte da Europa, território dominado comercialmente pela Liga Hanseática – *a cidade é a encruzilhada de estradas*²⁹.

A cidade medieval pode também ser considerada fruto da Revolução Comercial defendida por Robert S. Lopez³⁰, e sem sombra de dúvida a questão econômica é de exemplar relevância na história ocidental e no desenvolvimento europeu nos séculos seguintes. Contudo, a cidade do medievo é responsável pelo desenvolvimento de muitos outros elementos que se tornaram marca da cultura e sociedade ocidental.

No que tange ao urbanismo, a configuração da cidade medieval não é um consenso entre os estudiosos, tendo sido alvo de preconceito por urbanistas que primam pela cidade ordenada e alegam ter a cidade medieval um espaço urbano desordenado e até confuso, *mas esta irregularidade não significa, de modo algum, caos, ao contrário do que um racionalista como Descartes pôde pensar, no século XVII.*³¹ Um simples exemplo contra este entendimento são as *bastides*, cidades militares planejadas, de traçado ordenado, bastante difundidas na Idade Média, criadas visando assegurar territórios – espécie de colonização. O fato de grande parte das cidades deste período ter traçados pouco regulares ou totalmente irregulares deve-se *ao facto*

²⁹ Ibid, p. 25.

³⁰ LOPEZ, Robert S. *Revolução Comercial da Idade Média: 950-1350*. Lisboa: Editora Presença, 1976.

³¹ GOITIA, *opus cit*, p. 89.

*de ter, muitas vezes, que se adaptar a uma topografia irregular (...) o traçado das ruas tinha que resolver as dificuldades de localização.*³² Centurião atribui o entendimento de *relaxamento em termos de padrões de urbanismo*³³ aos arquitetos renascentistas que identificavam a ausência de traçados regulares nas cidades medievais e a associavam ao reflexo de *uma expressão degradada de modelos mais perfeitos*, entendimento preconceituoso que, segundo o autor, pode ter sido reforçado pelo racionalismo do século XIX.

A principal característica da cidade medieval, no entanto, não é seu plano, mas sim a muralha que contorna a cidade. A muralha desempenha não apenas o papel de proteger a cidade, mas também delimita seu espaço e a separa do campo, estabelecendo relação com o exterior através de suas portas.

O sistema de muralhas leva a privilegiar elementos essenciais do ponto de vista tanto funcional quanto simbólico: as portas. Elas são o instrumento da dialética do exterior e do interior. Por elas entram, para o melhor ou o pior, os produtos da terra e as mercadorias mais longínquas, os homens, imigrantes, camponeses, mercadores, soldados; por elas saem os produtos e os homens da cidade, tudo o que ela elabora em suas oficinas econômicas, intelectuais e espirituais, em suas praças, em suas barracas, tavernas, escolas, igrejas.³⁴

Ainda com relação às muralhas, Goitia traz um aspecto ligado ao estabelecimento administrativo das cidades, uma vez que a necessidade de sua construção deu origem, em muitos casos, às finanças municipais, já que era necessária a arrecadação de recursos para a concretização dos muros. Dessa forma, *a contribuição adquiriu rapidamente caráter obrigatório, e tornou-se extensiva, além da fortificação, a outras obras comuns, como a manutenção das obras públicas.*³⁵

As muralhas estão presentes em boa parte das cidades europeias e também são encontradas em cidades de colonização europeia na América, por

³² Ibid, p. 84.

³³ CENTURIÃO, *opus cit*, p. 101.

³⁴ LE GOFF, *opus cit*, p. 24.

³⁵ GOITIA, *opus cit*, p. 83.

exemplo, sendo um elemento que se manteve constante no pensamento urbano europeu. Outra característica da cidade medieval que é observada em algumas cidades de colonização europeia é a edificação em locais altos, que também tem um papel de proteção urbana.

As cidades, na sua morfologia natural, têm sempre um sentido. Seja pela sua adaptação à natureza topográfica do terreno, seja pela nuclearização que promovem os seus edifícios e estruturas fundamentais, seja em virtude das sendas e caminhos que se transformam em ruas, seja pela economia e disposição lógica das suas muralhas, e muitas outras razões, há sempre algo a impedir que predominem o capricho e a falta de sentido.³⁶



Figura 2: Vista de Florença com suas muralhas, em 1352.

Fonte: BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 283.

No aspecto cultural, a cidade teve um papel importantíssimo no desenvolvimento laico. Esse processo veio a ter seu auge no período moderno, mas a burguesia urbana medieval foi responsável pela descentralização da intelectualidade dos mosteiros. O aumento da população urbana, em especial a burguesia enriquecida, apresentou uma nova demanda à cidade – o letramento deste segmento urbano. Mesmo que em escala relativamente pequena, a população urbana passou a ser letrada, escolas começaram a ser construídas e posteriormente as universidades. O letramento dos burgueses foi essencial

³⁶ Ibid, p. 89.

para o aumento de seu poder na cidade e na sociedade, sendo que as mais antigas universidades datam dos séculos XII e XIII. Os primeiros cursos organizados foram a teologia, o direito, a medicina e as artes liberais. Apesar do caráter laico do ensino desenvolvido nas cidades, a Igreja Católica conservou seu espaço com clérigos ministrando aulas nas cidades. Para Le Goff, *essa base cultural da nova sociedade urbana é um elemento fundamental de sua ascensão social e de seu poder político*³⁷.

O conhecimento da leitura e da escrita, sendo indispensável à prática do comércio, já não é reservado apenas aos membros do clero. O burguês iniciou-se nele bem antes do nobre, porque aquilo que para o nobre não passava de um luxo intelectual era para ele uma necessidade cotidiana.³⁸

As atividades urbanas proporcionaram, assim, um progressivo desenvolvimento cultural, devido à conglomeração de diversos fatores ligados à cidade medieval. O desenvolvimento científico se acelerou devido ao espaço proporcionado pelas universidades. Além disso, o desenvolvimento econômico e o conseqüente acúmulo de dinheiro nas mãos dos burgueses permitiram que a cultura se desenvolvesse mais fortemente, especialmente com o estabelecimento das relações de mecenato, também caracteristicamente urbanas.

O contato com o Oriente, proporcionado pelo estabelecimento das rotas de comércio a partir das Cruzadas também teve influência na cultura urbana que vinha se desenvolvendo na Europa, ao passo que o estabelecimento de cidades coloniais nas fronteiras com o Oriente não apenas servia para assegurar os territórios e o contato comercial, mas também mantinha permanente contato cultural, influenciando constantemente o homem europeu, permeando sua imaginação com o desconhecido, mas também o preparando para os contatos com as civilizações além-mar. Para Falcon e Rodrigues, a cidade promoveu uma abertura na visão do homem sobre o mundo e sobre si, através da intensificação das relações entre seus habitantes:

³⁷ LE GOFF, *opus cit*, p. 198.

³⁸ *Ibid*, p. 97.

Essas cidades, além de serem extremamente dinâmicas, registraram em suas paisagens as novas sociabilidades. Foi nelas que os homens se deram conta de que tinham história, nelas iniciaram um processo de autoconhecimento que os movimentou em direção à transformação da natureza e à reflexão sobre as modalidades de religiosidade. As atitudes cosmopolitas e tolerantes também se originaram desse novo viver urbano, revelando um horizonte de possibilidades que abriu ao homem os cosmos, um universo novo de idéias e coisas.³⁹

A cidade medieval, especialmente entre 1050 e 1350 é um ponto decisivo na história urbana européia, pois ela *forma um tear de centros muito numerosos e diversificados, onde foi tecida uma grande parte da rede dos aglomerados em que vivemos.*⁴⁰ O movimento que deu origem à cidade medieval foi o princípio das mudanças ocorridas na vida européia, especialmente a partir do período Moderno, pois a real modificação da cosmovisão do homem europeu ocorreu a partir do século XV, com o contato com a América. Porém, esse processo já estava em andamento há bastante tempo e teve origem na cidade, na modificação de relações sociais e culturais que ela trouxe para a realidade europeia.

1.3 CIDADES RENASCENTISTA E CIDADE BARROCA: SOLIDIFICAÇÃO DA TRADIÇÃO

A cidade do período moderno não é de fácil definição, assim como não o é o próprio período moderno. No entanto, valendo-se da clássica divisão histórica que coloca o período moderno nos limites temporais de 1453, com a tomada de Constantinopla, e 1789, com o início da Revolução Francesa, podemos dizer que a cidade deste período é a Renascentista e, posteriormente, a Barroca.

A peste negra que matou um terço da população europeia entre 1347-1350, e a conseqüente depressão econômica, interferiram no desenvolvimento urbano que a Europa vinha conhecendo desde o ano 1000. Porém, à medida

³⁹ FALCON, Francisco José Calazanas; RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *A formação do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, p. 65.

⁴⁰ BENÉVOLO, *opus cit*, p. 90.

que a sociedade europeia superou a crise e o comércio voltou a ter força, o desenvolvimento tecnológico foi retomado e avançou a partir das universidades, e também pelos ateliês de artistas urbanos.

O desenvolvimento da economia monetária, que ganhou força no período moderno, modificou as relações estabelecidas entre os homens, no meio rural como consequência, mas especialmente no meio citadino onde o uso do dinheiro teve maior difusão. Tal modificação deve-se ao fato de que nessa economia, o dinheiro tornou-se o mediador das relações de posse, transformando o homem em indivíduo possuidor de dinheiro, que estabelece relações comerciais impessoais intermediadas pelo dinheiro. Para Georg Simmel, a impessoalidade conferida pelo dinheiro refletiu na sociedade de forma a modificar, por exemplo, a dinâmica das corporações de ofícios, pois no medievo *a corporação integrava o homem por inteiro*⁴¹, englobando aspectos técnicos, políticos e religiosos. Com a economia monetária, essa relação é modificada ao passo que os interesses em comum desses profissionais são apenas o ofício e a busca pelo lucro, em mais uma identificação cultural.

Isso possibilita, por uma parte, uma objetividade pura nas atividades da associação, isto é, o seu caráter puramente técnico, independente de colaboração pessoal, libertando, por outra parte, o sujeito de laços constrangedores, dado que este é, agora, vinculado ao todo, principalmente pela doação e recepção de dinheiro e não mais como pessoa por inteiro.⁴²

Por outro lado, mesmo com o dinheiro fortalecendo o estabelecimento da impessoalidade, Simmel ressalva que *o dinheiro gera uma ligação extremamente forte entre os membros de um setor econômico pela necessidade de trocar dinheiro para obter valores definidos e concretos*⁴³. Dessa forma, o dinheiro modifica as relações pessoais, de modo que na economia de dinheiro, a dependência de outras pessoas – produtores de bens que podem ser comprados, consumidores – é inerente; o que muda, então, é a forma como a associação é constituída.

⁴¹ SOUZA, Jessé; OËLSE, Berthold (org). *Simmel e a modernidade*. Brasília, UNB, 1998, p. 24.

⁴² SOUZA, 1998, *opus cit*, p. 25.

⁴³ *Ibid*, p. 26.

A constituição do indivíduo e do entendimento do mesmo passa, certamente, pela questão do dinheiro, uma vez que ele interfere na forma como o homem se relaciona, refletindo na sociedade. No meio rural tal mudança também ocorreu, porém em ritmo mais lento. A circulação monetária no ambiente citadino alimentou também a divisão do trabalho, o que para Simmel contribuiu para o estabelecimento da individualidade, e conseqüentemente do individualismo, ao passo que uma grande cadeia de trabalhadores provoca o isolamento destes, que passam a não se interessar pela individualidade do outro, sendo este fato forte contribuinte na modificação da cosmovisão do homem em relação ao medievo.

A circulação de dinheiro nas cidades alterou de forma definitiva as relações interpessoais e, além disso, trouxe diversos estímulos para o desenvolvimento da sociedade europeia. O mecenato ganhou força nas cidades e, através do dinheiro investido nos artistas, a cultura teve maiores possibilidades de se desenvolver. A organização das cortes reais nas cidades deu também grande incentivo à cultura e os soberanos que se instalaram nas cidades foram os responsáveis pela execução de obras de ampliação e modificação do espaço urbano, buscando arquitetos identificados com as novas ideias de urbanismo para aplicá-las, dentro do possível, nas intervenções levadas a cabo.

Através das universidades, o contato com o legado greco-romano foi intensificado, e a leitura das obras antigas passou a ser feita a partir de uma nova visão do homem citadino em contato com a diversidade e com novos questionamentos. Embora ainda houvesse uma forte ligação do homem urbano com o meio rural, a diferenciação com relação ao modo de vida e de ver o mundo andava a passos largos, e a forma como o homem passou a se ver no espaço que ocupava, acrescido das idéias humanistas buscadas na cultura antiga, promoveu uma modificação vital em sua relação com Deus e com a religião. Ainda que não tenha havido desvalorização de um ou de outro, o homem modificou sua cosmovisão, pois se colocou no centro da vida mundana. O Humanismo, que se desenvolveu a partir desta nova cosmovisão, via o homem como parte da Natureza, porém superior por sua racionalidade.

A partir da importância dada ao ato de refletir sobre sua própria condição enquanto ser humano e à sua relevância como agente manipulador da natureza e do meio em que vivia, o homem renascentista passou a ver na cidade a expressão concreta para tal. Sendo assim, as teorizações construídas durante o Renascimento também abrangeram o urbanismo, que foi idealizado de forma a condensar as mudanças filosóficas, religiosas, políticas e econômicas.

Configurando-se como centro de atuação dos teóricos renascentistas e dos debates filosóficos, políticos e religiosos, a cidade renascentista se consolidou com forte simbolismo para os preceitos do período – nesse contexto se fez a tentativa de um retorno a *pólis* grega renascida, condensando princípios de harmonia, razão e proporcionalidade. Centurião aponta a dimensão da importância que a cidade tomou como palco dos debates e como era necessário, aos homens da época, que ela refletisse os novos tempos:

A cidade tornou-se teatro social instaurado como campo de intervenção do filósofo, do arquiteto e do matemático. Estes se caracterizaram como objeto não só de uma ordem vivida, mas também de uma ordem concebida. Deveria a cidade ser interpretada através do exercício da racionalidade.⁴⁴

Embora a cidade tenha se tornado um dos principais objetos de trabalho dos artistas renascentistas e a arquitetura tenha sofrido direta influência, no que diz respeito ao urbanismo, as ideias renascentistas não conheceram uma aplicação prática imediata com as concepções de cidade ideal, desenvolvendo-se apenas na teoria, restringindo-se aos tratados de arquitetura produzidos na época. No entanto, José M. Ressano Lamas considera que mesmo assim os tratados e ideias renascentistas tiveram considerável alcance, em virtude da invenção da imprensa, que *irá permitir a difusão de teorias e desenhos imaginados pelos arquitectos renascentistas, alcançando todos os centros europeus.*⁴⁵

⁴⁴ CENTURIÃO, *opus cit.*, p. 96.

⁴⁵ LAMAS, José M. Ressano. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa, FEG/JNFFC, 1993, p. 167.

A descoberta em 1412 da obra de *De Architectural*, do arquiteto e engenheiro romano Marcus Vitruvius Polio, com publicação na Itália em 1521, foi responsável pelo grande impulso dado às teorizações sobre a forma da cidade e, em especial, no desenvolvimento da concepção de “cidade ideal”, que se transformou no grande objeto de discussão dos urbanistas renascentistas. A obra de Vitruvio está dividida em dez volumes, cada um referente a um tema específico da arquitetura. No livro I aparece a descrição de como deve ser uma cidade para cumprir os requisitos básicos de sua doutrina*, estável, bela e útil para ser apreciada.

No texto, o engenheiro romano diz que o ponto principal a ser observado ao se projetar uma cidade são os ventos, que devem soprar em oito direções, sendo necessário, portanto, que a planta da cidade tenha forma octogonal. A cidade deveria ser murada e ter torres nos ângulos octogonais. Cuidados todos que visavam à melhor defesa possível da cidade. Além disso, o que se tornou ponto de divergência entre os urbanistas da época foi a disposição das ruas dentro da cidade projetada por Vitruvio – devido à falta de clareza do texto e de ilustrações, não se dispunha de referências visuais.

Os urbanistas renascentistas passaram a desenvolver possibilidades para o traçado urbano da cidade de Vitruvio, como a colocação simples do tabuleiro de xadrez no seu interior ou ainda com a aplicação do plano radiocêntrico, com oito ruas saindo do centro da cidade indo em direção a cada um dos ângulos. Neste ponto os urbanistas já primavam pela preocupação com a regularidade dos traçados inseridos. Para Lamas, *numa época em que os arquitectos e os artistas já imitavam e interpretavam os monumentos antigos, os escritos de Vitruvio adquiriram um significado cultural e místico talvez superior ao seu valor real.*⁴⁶ Muito embora seja possível afirmar que o texto vitruviano tenha sido superestimado em sua época, o estímulo e contribuição teórica por ele dado foram determinantes para o que se desenvolveu nos séculos seguintes.

* *Firmitas, utilitas, venustas.*

⁴⁶ LAMAS, *opus cit*, p. 167.

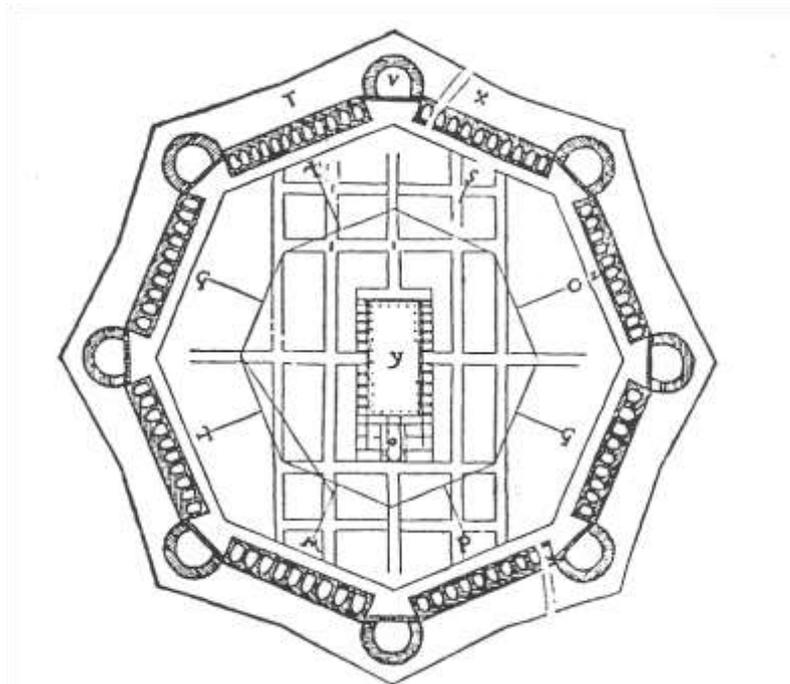


Figura 3: Cidade ideal de Vitruvius, segundo a edição de Daniel Barbaro.

Fonte: LAMAS, José M. Ressano. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa, FEG/JNFFC, 1993, p. 170.

Inicialmente, os experimentos urbanísticos renascentistas foram realizados por pintores, utilizando cenários pictóricos para desenvolver o espaço urbano. Nestes estudos, o espaço urbano era organizado por um grande eixo ladeado de edifícios nem sempre iguais e simétricos. Todo este trabalho era desenvolvido a partir da exploração das possibilidades apresentadas pelo desenvolvimento da perspectiva.



Figura 4: A *Cittè Ideale* de Piero della Francesca, 1470.

Fonte: NEVES, André Lemoine. *A transferência da cidade portuguesa para o Brasil: 1532-1640* – Tese de Doutorado – PPDU/UFP, 2009, p. 119.

Ainda que a cidade da forma como foi pensada pelos urbanistas renascentistas não tenha tido uma aplicação prática muito extensa dentro da

Europa, e isso por boa parte das cidades europeias terem seu espaço físico definido desde o medievo pelas supracitadas muralhas, as novas ideias urbanísticas foram usadas em alguns campos específicos, como a construção de fortificações, a modificação de zonas da cidade com a criação de espaços públicos ou praças e alinhamentos retilíneos, além da construção e expansão de novos bairros, utilizando moldes regulares, por vezes a quadrícula.

A utilização do modelo quadricular nas cidades projetadas pelos urbanistas do Renascimento também transparece a forte influência da herança clássica. O modelo aplicado por Hipódamo nas cidades por ele desenhadas ganhou muita força por se constituir no reflexo da racionalidade buscada no período, e como bem aponta Lamas, constituiu-se em uma das principais marcas do urbanismo moderno*, em oposição à cidade medieval, por eles vista como irracional.

Do século XV em diante, o desenho de arquitectura, as teorias estéticas e os princípios de urbanismo irão obedecer a ideais semelhantes – sendo o principal o desejo de ordem e disciplina geométrica. É nítido o contraste com a irregularidade medieval, mesmo quando esta procede de um plano regular. Em << discursos >>, tratados, esquemas, projectos e realizações, a forma da cidade é subordinada à unidade e racionalidade.⁴⁷

Luísa Rocca, assim como Lamas, ressalta a intenção dos urbanistas renascentistas em reformar as cidades de seu tempo. Para a autora, essa busca era motivada pela vontade de fazer refletir o novo tempo de forma concreta na cidade e, embora as oportunidades de uso prático dos preceitos racionais no espaço urbano europeu não tenham sido vastas nos séculos XV e XVI,

As intervenções acontecidas – reformas, reordenamentos e expansões das cidades existentes – foram executadas de

* A geometria plana data do século III a. C, conhecida como Geometria Eucladiana. No final do século XIX, Nikolay Ivanovich Lobatchevsky e Bernard Riemann, separadamente, partiram de postulados diferentes dos euclidianos e montaram geometrias igualmente coerentes e rigorosas. Esses estudos permitiram a teoria da relatividade de Einstein.

⁴⁷ Ibid, p. 168.

acordo com os princípios renascentistas de regularidade, ordem e simetria. A implementação de malhas reticulares e ortogonais, as ruas largas e retilíneas, as praças fechadas estruturadas a partir de perspectivas, o fechamento das visuais através da colocação de edifícios singulares e monumentos, os quarteirões homogêneos com lotes de fachada contínua passam a ser sinônimo de modernidade.⁴⁸

Na Itália do século XV encontramos exemplos de intervenções urbanas realizadas dentro da proposta renascentista de planejamento urbano, como Palmanova, a única cidade nova construída sintetizando os conceitos renascentistas de fortificação e planejamento urbano, Pienza e Sabionetta, que sofreram intervenções de ampliação seguindo um desenho urbano pré-concebido, e a cidade de Ferrara, que teve sua ampliação em conformidade com os ideais modernos de cidade. Esta última é uma cidade de origem romana que sofreu uma ampliação porque no século XV a cidade passou a ser residência de intelectuais, o que trouxe a necessidade da construção de dois novos bairros. A ampliação foi projetada e conduzida por um arquiteto local e feita de acordo com as técnicas modernas, apresentando uma malha reticular adaptada às condições locais, com as duas ruas principais perpendiculares entre si.

⁴⁸ ROCCA, *opus cit*, p. 137.



Figura 5: Palmanova, representação do século XVII.

Fonte: NEVES, André Lemoine. *A transferência da cidade portuguesa para o Brasil: 1532-1640* – Tese de Doutorado – PPDU/UFP, 2009, p. 95.

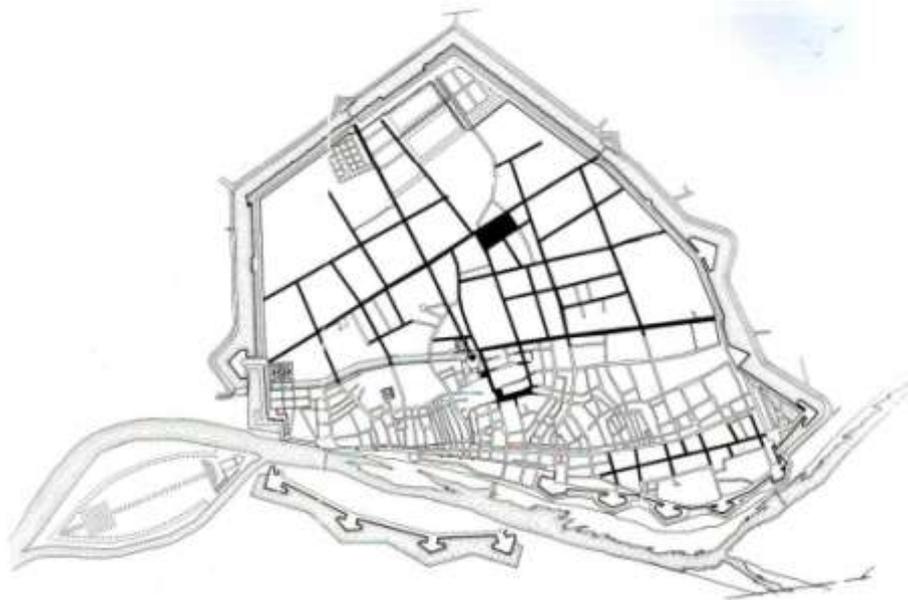


Figura 6: Planta de Ferrara no final do século XVI. Em preto, as áreas onde foram realizadas as intervenções. Observa-se a maior regularidade na planta.

Fonte: BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 425.

Como anteriormente referido, a cidade ideal é o grande tema de teorização no que diz respeito ao urbanismo renascentista e, embora o alcance prático dessas teorias não tenha sido amplo, a produção intelectual que

resultou na composição de vários tratados apresenta grande relevância, especialmente porque é um dos parâmetros de parte considerável das intervenções urbanas operadas na Europa e também nas terras de ultramar. Estes tratados são fruto da teorização a respeito da busca pela forma ideal a ser dada à cidade, baseados na filosofia neoplatônica que primava pelo científico e racional.

Ainda no período mais marcado de transição do medievo para a Idade Moderna, Leon Batista Alberti escreveu o tratado *De Re-aedificatoria*, dedicado ao Papa Nicolas V, composto por dez livros, escrito em 1452 e publicado em 1485, postumamente. No livro IV, Alberti define características de ruas – retas e largas para cidade nobres e poderosas; onduladas para cidades pequenas – e praças. No livro VIII, fala da ornamentação da cidade, da relevância do edifício e do espaço público. Neste texto ainda não são encontradas teorizações a respeito de procedimentos reguladores da ordenação urbana, muito provavelmente em decorrência de ter sido produzido ainda no início do movimento renascentista.

Também do século XIII é o tratado de Antônio Arvelino, que ficou conhecido como Filarete. Em 1464 Filarete terminou seu *Trattato di architettura*, composto por vinte e cinco volumes, onde planejou sua cidade ideal *Sforzinda*, dedicada ao seu mecenas, Duque de Milão, Francesco Sforza. *Sforzinda* foi globalmente planejada e seu plano está contido no tratado, ela está inscrita em uma forma estelar, com oito ângulos, semelhante ao recomendado por Vitruvio. Dezesseis ruas convergem para o centro, onde encontra-se a praça, com a catedral e o palácio, e duas praças menores para os demais edifícios públicos. Uma rua circular une as radiais e nas interseções se formam dezesseis praças menores com funções comerciais e religiosas. A cidade murada em forma poligonal, com malha ortogonal, também é o tema do tratado de Pietro Cataneo, de 1554, na obra *Quattro libri de l'architettura*.

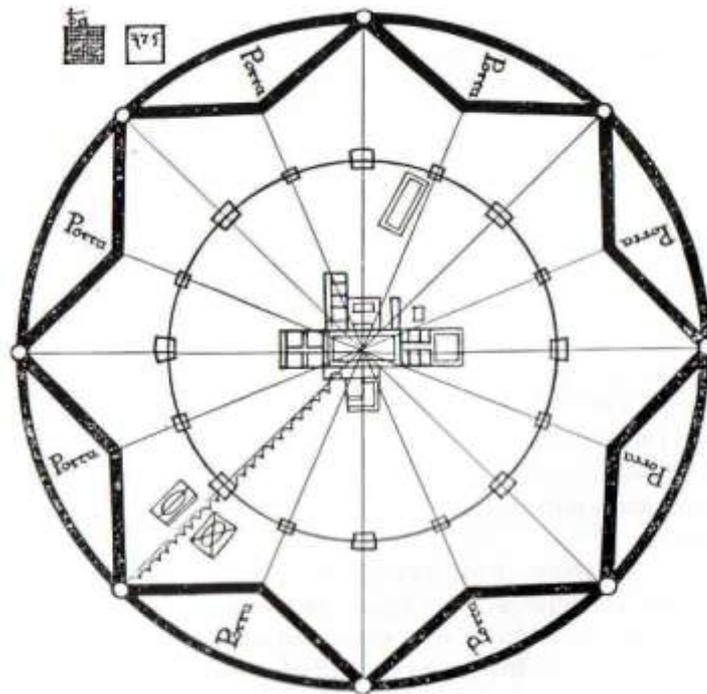


Figura 7: Planta da cidade ideal de Sforzinda, do Tratado de Filarete, 1465.
Fonte: BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 359.

Em 1495, Francesco Giorgio Martini terminou seu *Trattato di architettura, ingegneria e arte militare*, composto por sete livros. No livro III fala sobre o planejamento urbano, estabelecendo analogias entre as proporções do corpo humano e a arquitetura e entre o homem e o cosmos, abordando também a questão dos ventos. No livro V fala sobre as fortificações e sobre a malha ortogonal.

Estes tratadistas acima referidos provêm todos da Itália. Não foram apenas estes que se dedicaram a teorização de uma cidade de acordo com as premissas de idealização urbana, porém, são os que se identificam com o período renascentista. Em Portugal encontramos tratados dedicados ao tema citadino, porém de cunho mais militarizado.

A busca pela cidade ideal é marcada pela utopia, tema também recorrente no período, trabalhado por Thomas Morus em sua obra *Utopia*, onde é proposto um país cujo nome é justamente Utopia, em que a cidade idealizada é proposta através de uma organização social, territorial e política. Com os

espaços entre as cidades, ruas e setores urbanos matematicamente ordenados, a organização social é baseada na família, em que cada grupo de trinta famílias escolhe um magistrado e o corpo de magistrados escolhe o prefeito, e todas as cidades mandam um representante para o governo principal. O grande mote da obra de Morus é a impossibilidade de concretização do país e de sua forma de governo.



Figura 8: Carátula de *Utopia*.

Fonte: BENÉVOLO, Leonardo. *História de la arquitectura del Renacimiento: La arquitectura clásica del siglo XV al XVIII*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981, vol. I, p. 718.

É necessário asseverar que, muito embora um grande desenvolvimento teórico a respeito não apenas da cidade enquanto reflexo da nova cosmovisão do homem, mas também dos novos valores científicos tenha sido produzido a partir do Renascimento, especialmente no século XVI, o racionalismo que é atribuído a este período deve ser relativizado. Em primeiro lugar porque a sociedade europeia ainda era em sua maior parte agrária e iletrada, sendo muito ligada ainda à Igreja e às tradições mágico-religiosas. Outro fator que deve ser considerado é a escolha por parte da historiografia do século XIX do movimento renascentista como a saída das trevas da irracionalidade medieval, servindo como uma espécie de bastião das ideias ultrarracionais que passaram

a dominar o pensamento tecnicista do século XIX, o que pode ter tanto supervalorizado o movimento renascentista quanto o superdimensionado.

Se o urbanismo desenvolvido durante o Renascimento não teve uma aplicação vasta e efetiva, o mesmo não pode ser dito a respeito do Barroco⁴⁹. Lewis Mumford atribui grande valor ao movimento Barroco, dizendo que ele durou desde o século XV até o XIX, ou seja, inclui dentro de espécie de períodos barrocos o Renascimento e o Neoclássico. Isso talvez devido não apenas à continuidade identificável entre os três períodos, mas também porque o Barroco em si constitui auge dos elementos que compõem essa proposta de urbanismo como reflexo da sociedade.

O Barroco foi o movimento em que foram aplicadas as teorias de racionalidade e ordem urbanísticas desenvolvidas no Renascimento. A partir do século XVI, com a constituição dos Estados Nacionais, muitas cortes se estabeleceram nas cidades e passou a ser necessária a adaptação das cidades à nova realidade social. Às idéias de proporção e perspectiva renascentista foi acrescida a monumentalidade, característica da arquitetura barroca que servia para dar imponência à cidade.

A questão do poder, neste período, passou a ser preponderante, de forma que tal imponência e monumentalidade eram necessárias para deixar transparecer o poder daqueles Estados que se constituíam e que buscavam colocar sua força nacional à frente da força local vigente até então. Se anteriormente o Estado apresentava certa mobilidade, tendo nobres distribuídos ao longo do território, dando o suporte burocrático ao monarca, em dado momento a máquina pública alcançou um tamanho bastante grande, o que tornou necessária a centralização monárquica no ambiente urbano através do estabelecimento da capital. Para Goitia a capital dá a forma necessária para a centralização do poder necessária ao pleno desenvolvimento dos Estados

⁴⁹ Arnold Hauser entende por “barroco” a *reação de uma concepção de arte em parte intrinsecamente popular, em parte apoiada pela classe cultural dirigente, mas com consideração pelas massas, contra o exclusivismo intelectual do período precedente*. Para Hauser, o Barroco consiste em uma modificação da arte Renascentista e Maneirista dos séculos XV e XVI, caracterizadas pela alta intelectualização. Neste sentido, o barroco seria mais popular, atingindo uma gama maior da sociedade. HAUSER, Arnold. *O conceito de Barroco*. Lisboa: Vega, 1997, p. 41.

Nacionais, além disso, o estabelecimento destas capitais é um dos elementos que dá o caráter moderno aos Estados europeus neste período.

Era necessário (...) criar um instrumento burocrático impessoal e delegar a autoridade de uma maneira ou outra. O resultado foi uma burocracia contínua sediada numa corte permanente; os seus arquivos, chancelarias, tribunais (...) encontravam-se em edifícios estáveis. E assim surge a capital como conceito de tal permanência; a capital, que é uma criação inteiramente moderna, uma criação a que podemos chamar barroca, dando a este termo a amplitude que se lhe confere geralmente no campo da cultura.⁵⁰

O autor afirma que este é o momento determinante para a desestruturação da ordem medieval, pois além da derrocada do feudalismo proporcionada pela centralização de poder, a cidade perde definitivamente seu caráter medieval no que diz respeito ao cunho independente que apresentava até então, *com o aparecimento da nova ordem, a decadência da vida municipal torna-se um facto cada vez mais palpável, visto que a sua autonomia constitui um travão ao poder político central*⁵¹, e tal fato se deve a organização do aparato burocrático na capital, que colocou as demais cidades sob o julgo do monarca, dando as forma de nação.

A diminuição do poder municipal não representou, no entanto, uma diminuição da importância da cidade, ao contrário, as cidades cresceram muito, em tamanho e quantidade. A população urbana cresceu rapidamente no século XVI, com Paris alcançando os cento e oitenta mil habitantes antes de 1600, logo após a fixação da corte na cidade. Mumford aponta a importância que o aumento da população nas cidades tinha para o Estado que se estabelecia, pois representavam *mais carne para canhão, mais vacas leiteiras para pagar impostos e aluguéis*⁵², um Estado Nacional não existia sem os súditos para manter a estrutura administrativa e o aparato militar, que viu seu valor numa crescente junto ao poder estatal.

⁵⁰ GOITIA, *opus cit*, p. 120.

⁵¹ *Ibid*, p. 121.

⁵² MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 105.

Versalhes, um dos mais emblemáticos exemplos do barroco, teve sua construção iniciada na década de 1660, e suas funções eram não apenas afastar o monarca francês do alvoreço de Paris, mas também ser o centro do poder absoluto do rei, refletindo em sua arquitetura esta idéia. Versalhes não consiste em um simples espaço planejado dentro dos padrões de regularidade, mas sim um complexo concebido esteticamente, com arquitetura de grande uniformidade e suntuosidade, transparecendo não apenas equilíbrio, harmonia e beleza, mas, sobretudo, imponência e poder através de sua monumentalidade.



Figura 9: Planta em perspectiva de Paris, 1609, ainda apresentando as muralhas medievais.
Fonte: BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 504.

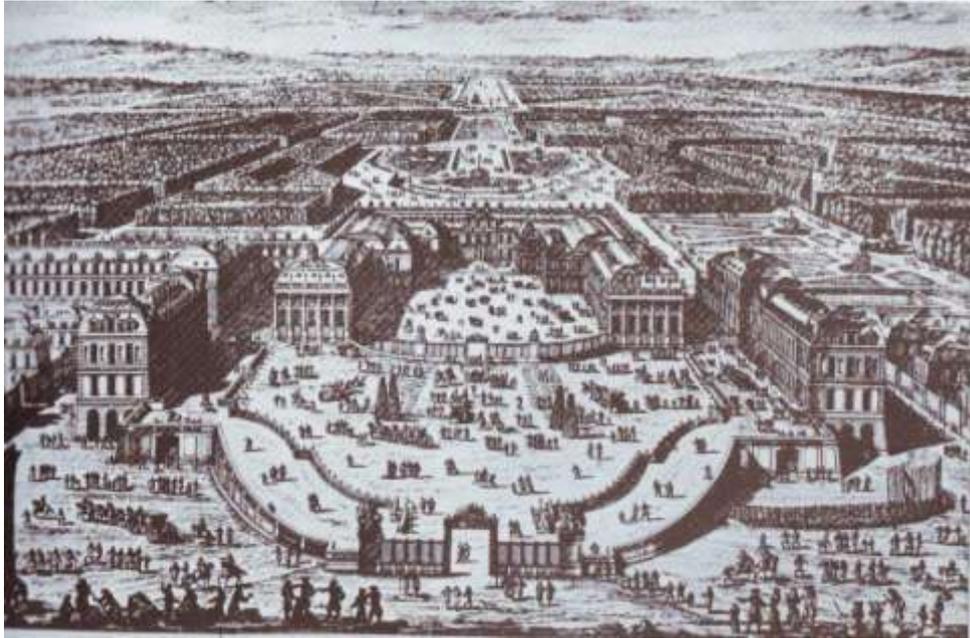


Figura 10: Versalhes, século XVIII.

Fonte: BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 515.

Para Goitia, a cidade barroca foi um grande palco para os monarcas e suas cortes que queriam se estabelecer e exibir seu poder, pois ela pôde ser criada como *uma obra de arte da percepção visual imediata*⁵³. Mumford salienta que um dos principais componentes dessa cidade é a avenida, pois mesmo que nem sempre fosse possível planejar toda a cidade em estilo barroco, o estilo requintado e imponente transparecia através das avenidas planejadas que cortavam as cidades. As avenidas não têm apenas o valor estético, mas também vão ao encontro do problema do transporte, visto que o crescimento da população acarretou a necessidade de aprimorar as vias para os veículos com rodas. A cidade sofre alterações de ordem estética e ideológica, e também utilitária, todas fundamentadas nos parâmetros de ordem e regularidade. Para o autor, *um dos grandes triunfos da mentalidade barrôca foi organizar o espaço, torná-lo contínuo, reduzi-lo à medida e à ordem, estender os limites de grandeza, abrangendo o extremamente remoto e o extremamente pequeno; finalmente associar o espaço ao movimento.*⁵⁴

⁵³ GOITIA, *opus cit*, p. 126.

⁵⁴ MUMFORD, *opus cit*, p. 102.

Porém, contrariamente ao que era proposto no Renascimento, onde se buscava uma cidade rigidamente ordenada, totalmente identificada com as regras de simetria e perspectiva, no Barroco também havia espaço para o sentimento, o sensual e anti-mecânico, encontrados mais amplamente na escultura e na pintura, mas que também fazia parte do espírito da corte festiva e esbanjadora localizada na cidade. A festa barroca, da qual apenas participavam os cortesãos, era segundo Centurião um dos elementos que separavam hierarquicamente a população citadina.

(...) a sociedade de corte encenava o espetáculo do fausto para si própria. Sob o signo do excesso, da abundância, e a abundância de signos, sublinharam-se as diferenças internas, as posições hierárquicas. Ao mesmo tempo, os divertimentos da corte ocorriam longe da multidão, separados do povo e assinalando a distância intransponível entre o espaço comum e o espaço alegórico de Versalhes.⁵⁵

O âmbito econômico também sofre a interferência da nova ordem na cidade. Não são mais os comerciantes e mercadores os habitantes mais poderosos economicamente. À medida que o Estado expandiu suas fronteiras, o número de pagadores de impostos aumentou e o tesouro real cresceu, as políticas mercantilistas ganharam força e o Estado se tornou capitalista. Mumford diz que a capacidade de abstração desenvolvida a partir do entendimento de poder, dinheiro, perspectiva espacial e tempo mecânico são marcas de um novo tempo, da superação definitiva da ordem medieval por novas formas, de um novo tempo.

A cidade barroca representa, além de outros aspectos, o poder do monarca. De modo geral, além das transformações levadas a cabo em função da corte, as novas cidades projetadas dentro dos modelos modernos de ordenação urbana eram todas voltadas ao monarca. Para Mumford, a ordem revelada através da planta urbana era um planejamento de classe, uma vez que por trás das fachadas clássicas e imponentes, a população comum continuou erigindo casas ao modo antigo. O monarca conseguiu, no entanto, alcançar o objetivo de transformar a cidade no seu teatro, onde o aparato

⁵⁵ CENTURIÃO, *opus cit*, p. 277.

administrativo e sua corte, que deviam ser o reflexo de seu poder e ostentar todo o luxo dele proveniente, desempenhavam papel preponderante para a construção da figura forte e absoluta do monarca moderno.

O processo de mudança social, cultural, política e econômica na Europa anunciado no Renascimento levou alguns séculos para tornar-se efetivo no velho mundo. As teorias e projeções iniciadas ainda no século XIV foram tomar formas mais concretas na cidade a partir da instituição das capitais nacionais. O mundo medieval teve sua derrocada final com a organização da nova sociedade que tinha como seu elemento fundamental os cortesãos, que figuravam ao lado do monarca. Mumford resume este período dizendo que *tanto forma como conteúdo da vida urbana foram transformados* e que *o novo padrão de existência brotava de uma nova economia, e do capitalismo mercantilista; de uma nova estrutura política, a do despotismo centralizado*⁵⁶. Era a consolidação da Idade Moderna na cidade europeia.

Cabe aqui lembrar que tal entendimento de modernidade além de não ser o único, é visto de forma crítica por autores de diferentes áreas, como o sociólogo Ruben George Oliven, que ao analisar a teoria da modernização, afirma que ela tende a dicotomizar o desenvolvimento social em um *continuum* em direção à modernidade e em oposição à tradição. Assim, a modernidade tende a ser compreendida enquanto um *modelo a-histórico e linear de mudança social baseado num determinismo cultural*, o que na visão do autor é uma simplificação, pois os fenômenos provenientes da modernidade são mais complexos. Neste sentido, Oliven nos diz que

Este modelo tem um forte viés etnocêntrico e raramente é utilizado para estudar o nível de consciência das classes sociais ou suas práticas e representações face às orientações culturais associadas com o desenvolvimento do capitalismo. Do modo como é utilizada pela maioria de seus teóricos, o modelo de modernização não passa de uma ideologia que procura mascarar as causas da situação dos países subdesenvolvidos, propondo características culturais como sendo responsáveis por seu atraso.⁵⁷

⁵⁶ MUMFORD, *opus cit*, p, 86.

⁵⁷ OLIVEN, Ruben George. *Urbanismo e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980, p.

A crítica de Oliven baseia-se no fato de a saída da tradição em direção à modernidade ser compreendida enquanto “desenvolvimento”, como se a história pudesse ser resumida *como uma sucessão de estágios pelos quais todas as sociedades podem, mais cedo ou mais tarde, passar*⁵⁸, dependendo dos avanços e atrasos das sociedades.

Dessa forma, é necessário salientar que ao propormos uma análise das diferentes formas de ver a cidade, não se pretende aqui adotar o entendimento de que houve uma espécie de desenvolvimento em direção a algum ponto melhor ou pior, mais ou menos desenvolvido, mas sim perceber como a cidade, dentro do espaço europeu, recebeu ao longo do tempo diferentes formas de valorização e que, conseqüentemente, seu papel para aquela sociedade foi sendo alterado. Por sua vez, as formas da cidade europeia refletiram tais modificações de concepção e valoração da sociedade em relação ao espaço urbano.

Essas questões são relevantes em relação à cidade ibero-americana uma vez que esta é aqui entendida enquanto fruto da tradição urbana europeia, não sendo uma mera reprodução desta, certamente apresentando diversos aspectos que são, certamente, reflexo de um processo longo de construção do pensamento em relação ao espaço citadino.

1.4 A CIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA

Os países que compõem a Península Ibérica – Portugal e Espanha – têm íntima ligação no que diz respeito às formas de administração política e também quanto à cidade. Ambas são herdeiras, como o restante da Europa, da tradição urbana romana, uma vez que a península foi colônia romana durante seis séculos. Além disso, a península sempre sofreu influência do resto da

38.

⁵⁸ OLIVEN, *opus cit*, p. 32.

Europa através do norte, onde faz divisa com a França. Os 700 anos de presença moura na Península representam também um elemento importante para sua formação cultural e, conseqüentemente, para suas cidades.

No entanto, ela tem algumas peculiaridades que a diferenciam do resto do velho continente. Sua localização geográfica lhe proporcionou contato com diferentes culturas desde cedo, a proximidade com a África e a saída tanto para o Mediterrâneo quanto para o Atlântico fazem com que a Península Ibérica tenha como característica uma dualidade importante na organização dos espaços urbanos ali configurados, de acordo com Glenda Pereira da Cruz, *um virtual eixo norte-sul, imposto pelas massas de águas do Mediterrâneo e do Atlântico que banham as suas costas, divide a terra ibérica em duas grandes áreas de influência, para o Oriente, o Mediterrâneo e para o Ocidente, o Atlântico*⁵⁹. Justamente devido a sua localização geográfica, a Península pode ser entendida como um conjunto que não pode ser plenamente considerado europeu⁶⁰, uma vez que apresenta diferenças marcantes com relação ao resto do continente. Ela se encontra no local de saída para o resto do mundo, no ponto de contato com o estranho e inexplorado, disto advém sua heterogeneidade. Além disso, há que se considerar a existência de três diferentes culturas estabelecidas dentro do espaço peninsular: a cristã, a muçulmana e a judaica.

A península também sofreu com as invasões bárbaras que levaram à crise romana, mas o que lhe dá de fato o *status* peculiar em relação ao restante da Europa foi a ocupação muçulmana, iniciada em 711 e que só teve fim no século XV. A ocupação mais ampla se deu nos territórios que hoje compõem o reino da Espanha, especialmente nas cidades de Sevilha, Córdoba, Valência e Granada. Em Portugal a ocupação não foi tão acentuada, no entanto, permitiu que a tradição urbana romana continuasse viva, através do comércio

⁵⁹ CRUZ, Glenda Pereira da. *Antecedentes da organização do espaço colonial da América Ibérica* – Tese de Doutorado – PPGH/PUCRS, 1995, volumes I, p. 132.

⁶⁰ CABO, Angel. “Condicionamentos geográficos” IN: ARTOLA, Miguel. *História de España Alfaguara*. Madrid: Alianza, 1978, p. 7

desenvolvido nos assentamentos urbanos⁶¹, como foram os casos de Lisboa e Coimbra.

Com relação ao tipo de cidade produzida pelos muçulmanos, ela é uma cidade voltada para dentro, para o espaço íntimo da casa, e não aos espaços públicos, como as cidades de tradição romana, onde os espaços públicos são o centro social de convívio. A cidade muçulmana é o reflexo de sua organização social, sem a centralização política, de como que ela é concebida com uma intenção funcional e não cívica e seu crescimento não é planejado, mas sim feito por adições aos espaços já existentes. Caracteristicamente, a cidade muçulmana era murada, seu castelo ficava no ponto mais alto da cidade por questões de defesa, as ruas não eram planejadas e os centros mais importantes da cidade muçulmana eram a mesquita e o mercado. A cidade muçulmana teve grande influência na Península, em Portugal, mesmo com a expulsão dos mouros ocorrida precocemente, é perceptível a influência no período medieval, em que a toponímia e a nomenclatura administrativa repetem a muçulmana.



Figura 11: Parte central de Málaga, Andalusia, 1971. Traçado urbano irregular, com becos sem saída e sem simetria.

Fonte: SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 25.

⁶¹ AZEVEDO *apud* ROCCA p. 91.

Na Espanha, como a permanência moura foi mais longa, muitas cidades apresentam ainda configuração que lembra a cidade muçulmana, com ruas estreitas e labirínticas. Goitia aponta que durante o medievo espanhol os muçulmanos foram os responsáveis pela fundação de cidades populosas e florescentes, com populações superiores ao restante da Europa na mesma época, caracterizadas pela irregularidade das ruas, *estrutura semelhante às do Oriente e, portanto, importada sem influência dos traçados romanos e visigóticos.*⁶²

No entanto, a ocupação muçulmana na Península Ibérica ocorreu preponderantemente no sul, assim, algumas cidades do norte da hoje Espanha, a partir do século XIII, já apresentavam configuração regular, sofrendo influência, segundo Goitia, das bastides francesas. Estas eram cidades fundadas *ex novo*, muitas vezes com intenções militares de proteção ou posse territorial, como é o caso de Santa Fé de Granada, acampamento utilizado durante o cerco de Granada, na Reconquista, convertido em cidade regular pelos reis católicos após a expulsão dos mouros.

⁶² GOITIA, *opus cit*, p. 75.



Figura 12: Aerografia de Santa Fé de Granada.

Fonte: BENÉVOLO, Leonardo. *História de la arquitectura del Renascimento: La arquitectura clásica del siglo XV al XVIII*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981, vol. I, p.513.

Tradicionalmente, o que se fala a respeito da cidade portuguesa é que seu molde está no medievo, um molde de cidades irregulares, adaptadas às necessidades topográficas do terreno, de crescimento orgânico sem qualquer tipo de controle ou planejamento. O elemento da cidade alta, herdada muito provavelmente da presença moura, reforça essa adaptação ao espaço geográfico e conseqüente não planificação da cidade. Porém, este entendimento vem sendo contestado.

Manuel Teixeira é um dos autores que alegam a regularidade dos traçados nas cidades portuguesas medievais. Para ele, *a fundação de cidades novas estava ligada aos processos de reconquista e repovoamento de territórios conquistados aos Mouros, tendo sido construídas principalmente em zonas de fronteira ou em áreas despovoadas que necessitavam de ser consolidadas.*⁶³ O autor argumenta que tais cidades, das quais podemos tomar como exemplo Viana do Castelo e Vila Real, apresentavam traçados regulares

⁶³ TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII- XVIII – Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 26.

e muralha, de acordo com a tradição medieval de proteção da cidade. A questão do ordenamento da cidade previamente estabelecido demonstra, para Teixeira, a intenção de transparecer o poder sobre os novos lugares conquistados/colonizados.

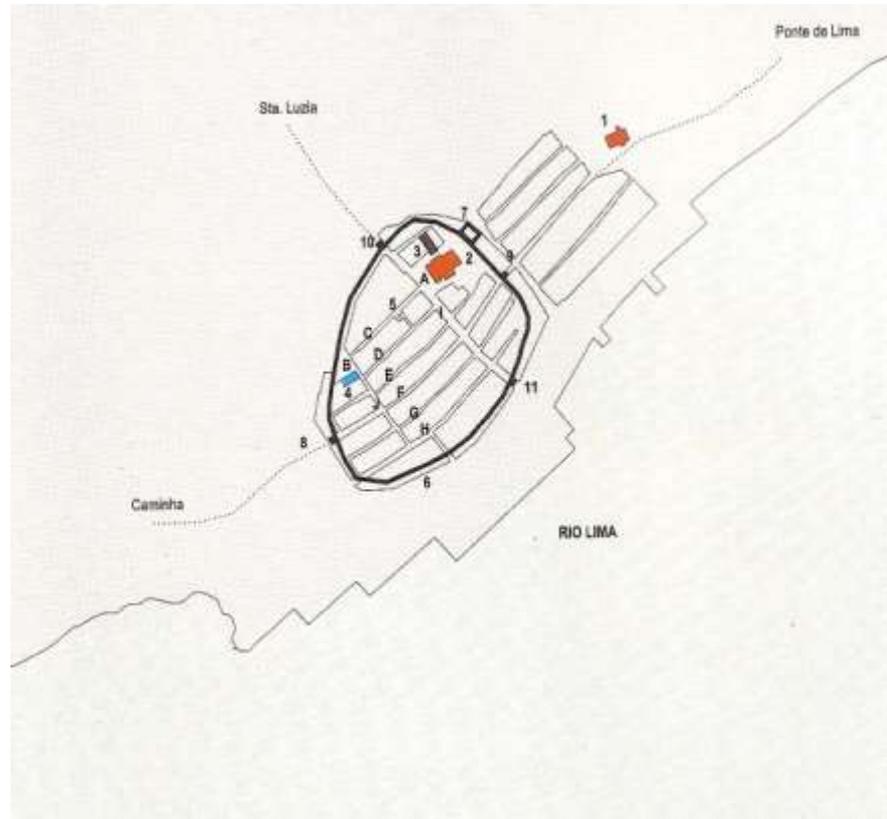


Figura 13: Planta de Viana do Castelo, século XV. Regularidade de traçado.

Fonte: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII- XVIII – Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 39.

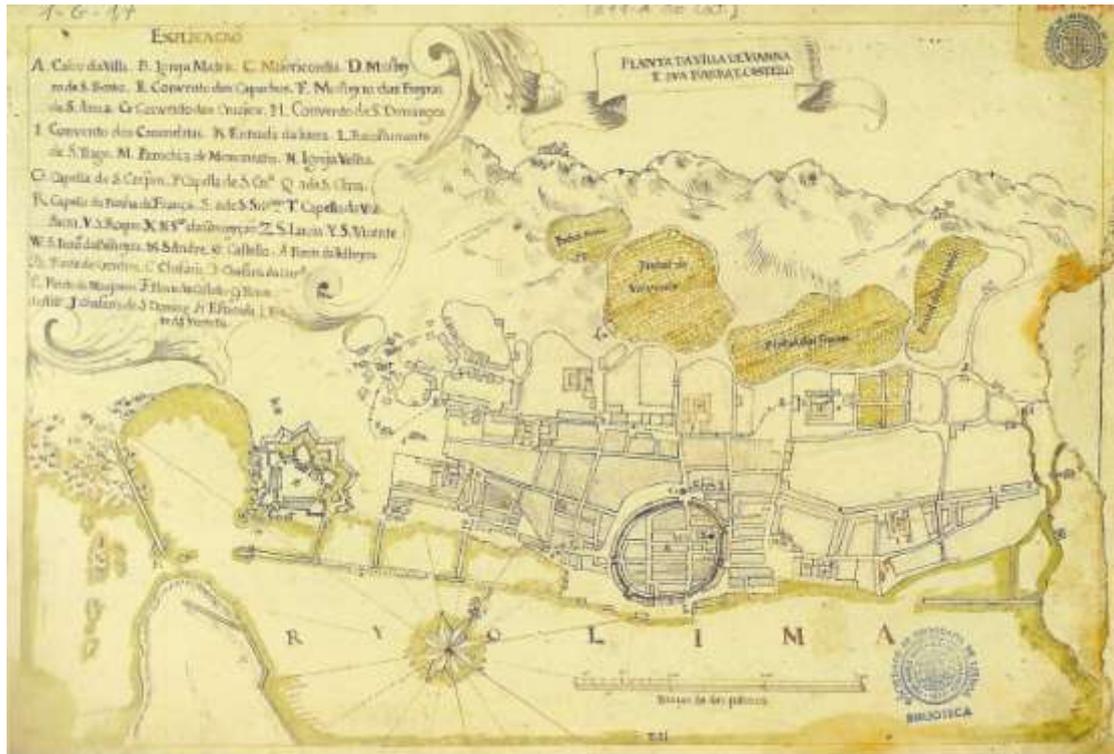


Figura 14: Planta da villa de Vianna e sua barra e castello, século XVIII. Detalhe do núcleo de fundação. Crescimento relativamente regular e ordenado

Fonte: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII- XVIII – Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 41.

Com relação às questões administrativas, no período imediato à nacionalidade*, Portugal ainda não tinha legislações específicas voltadas para a cidade, embora as câmaras municipais já fossem encontradas. Os Forais eram a única expressão jurídica que definia a administração pública e as relações sociais – eram concedidos pelo rei, nobre ou eclesiástico, e sua existência é anterior à nacionalidade. A partir do século XIII o reino português passou a importar orientações dos reinos que hoje constituem a Espanha⁶⁴ e o poder municipal passou a ser representado através da câmara municipal e do pelourinho.

Um componente da cidade ibérica que é amplamente encontrado nas cidades espanholas é a praça. Na cidade medieval portuguesa esta ainda não é um elemento formalmente estruturado, embora já apareçam nas cidades

* Em 1140 Afonso Henriques proclamou-se rei de Portugal, porém a independência apenas foi reconhecida em 1143, pelo tratado de Zamora, assinado por Afonso VII de Leão e Castela.

⁶⁴ NEVES, André Lemoine. *A transferência da cidade portuguesa para o Brasil: 1532-1640 – Tese de Doutorado – PPD/UEFP, 2009, p. 179.*

novas espaços centrais onde eram encontrados o mercado e o poço da cidade, logo um local onde a população tendia a se reunir.

Na cidade espanhola, a *plaza mayor* é o centro da cidade, tendo como sua característica ornamentados pórticos de acesso, uma vez que estas praças eram muitas vezes fechadas, por estarem rodeadas por prédios que acompanham sua arquitetura, como uma espécie de moldura. Goitia lança o questionamento sobre se esse fechamento da praça teria alguma relação com os pátios fechados das mesquitas muçulmanas. Não cabe ao presente trabalho discutir tal ponto, mas não se pode deixar de considerar a influência de 800 anos de presença moura na Espanha.

Devido à sua posição geográfica, os dois reinos peninsulares foram os primeiros a experimentar a saída ao Atlântico e ali promover experiências colonizadoras. Para Rocca, *os assentamentos nas ilhas atlânticas são a continuação do esforço de colonização interior da península ibérica e a origem da grande empresa de expansão ultramarina*,⁶⁵ uma vez que muitas das experiências de dominação ali empreendidas foram repetidas e aperfeiçoadas na América. Portugal iniciou sua expansão marítima em 1415, com a tomada de Ceuta, no norte da África. A colonização da Ilha da Madeira teve início em 1420, a ocupação dos Açores começou em 1460 e em 1462 chegaram a Cabo Verde. A ocupação das ilhas atlânticas trazia premissas colonizadoras que perduraram longamente na tradição portuguesa. A distribuição das terras era feita através de capitânias, com donatários e, desde o princípio o estabelecimento de municípios e câmaras municipais era incentivado pelo rei português. O autor Rui Carita cita os aspectos observados para a determinação dos locais de povoamento:

No início do povoamento, a escolha do sítio para uma povoação tinha em atenção em primeiro lugar três factores: a existência de uma baía ou enseada que servisse de bom porto, pois todas as comunicações eram então marítimas; a existência de água potável, essencial à subsistência da futura

⁶⁵ ROCCA, *opus cit*, p. 119.

população e o reabastecimento das embarcações, assim como de terrenos próximos susceptíveis de cultivo.⁶⁶

O reino de Castela incorporou-se às Ilhas Canárias através de concessão papal em 1344 e iniciou sua ocupação em 1402. Empreendeu a colonização das ilhas através do estabelecimento de *repartimientos* por meio de dois tipos de sistemas administrativos: o senhorio e o realengo*. O estabelecimento de cidades tinha importância na ocupação castelhana, mas a fundação destas era delegada à iniciativa dos colonos, talvez por este motivo não tenha havido o cuidado de planificação pré-estabelecida, em alguns casos sendo executado apenas *a posteriori*.

Cabe também referir as experiências de ocupação e colonização que foram desenvolvidas na África e Ásia, especialmente e mais amplamente por Portugal. Muitas das cidades construídas nos dois continentes são contemporâneas das fundadas na América como parte dos impérios ultramarinos ibéricos.



Figura 15: Damão, na Índia portuguesa, 1674. Cidade fortificada e com traçado regular.

Fonte: SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 154.

⁶⁶ CARITA, Rui. “As cidades insulares no universo urbanístico português”. IN: *Arquipélago. História*, 2ª série, volume 3, Editora Universidade dos Açores, 1999, p. 49-50.

* O senhorio era a conquista feita por senhores feudais; o realengo era a conquista realizada pela coroa.

Como no restante da Europa, o Renascimento não empreendeu muitas realizações dentro da Península Ibérica, sendo ali também substancialmente teórico no que diz respeito à cidade. Mas não pode ser negada sua chegada ao espaço peninsular, na Espanha, desde o século XVI, com a obra de Vitrúvio lá publicada em 1583 e em Portugal que entra em contato com renascentistas italianos ainda no século XV.⁶⁷ Ainda que, como já foi asseverado anteriormente, as teorias sobre cidades desenvolvidas durante o Renascimento não tenham sido levadas a cabo na Europa, os países ibéricos, através de suas colônias americanas promoveram a aplicação prática do planejamento urbano proposto pelos teóricos renascentistas. Nesse sentido, a América foi vista como um terreno virgem e fértil para as experimentações urbanísticas.

Contudo, a experiência urbana ibérica no novo mundo não é fruto isolado da experimentação renascentista. Com relação ao encontrado nas cidades americanas criadas pelos ibéricos, a tradição criada e o conhecimento acumulado na Península Ibérica foram determinantes para que a cidade no novo mundo tomasse a configuração tal como é identificada. Para Rocca, a cidade ibero-americana é fruto dos processos culturais levados a cabo na Península e nas experiências atlânticas.

Partindo-se da origem social do fato urbano, constata-se na configuração das cidades coloniais e na arquitetura ibero-americana estes processos culturais: os elementos da tradição urbana ibérica, suas variantes eruditas e populares; os legados romano medieval, cristão e islâmico; os princípios renascentistas; as experiências práticas anteriores vão ser selecionados, sintetizados, transmitidos e aplicados no novo mundo, onde, em conjunção com a geografia e – em maior ou menor grau – com as culturas pré-colombianas e africanas, adquiriram uma identidade própria.⁶⁸

A tradição urbana atingiu diferentes espaços europeus, de diferentes formas, ao longo dos séculos. A elaboração da análise foca, ainda que brevemente, em alguns dos elementos mais relevantes que, de alguma forma, contribuíram para a configuração da rede de cidades encontrada no espaço ibero-americano. A cidade ibero-americana é, portanto, herdeira da tradição

⁶⁷ ROCCA, *opus cit*, p. 149.

⁶⁸ *Ibid*, p. 26.

européia, mas também resultante das experiências provenientes da expansão marítima dos reinos peninsulares, as quais serviram como laboratório para o que foi executado em território americano.

A cidade constitui, por conseguinte, elemento altamente importante na colonização americana, sendo um dos principais mecanismos de ocupação e organização territorial e estabelecimento das fronteiras, além da centralização administrativa, importante para a época, por meio da qual era gerida a colônia e estabelecido o contato com a metrópole.

Ocorridas nos séculos XVIII e XIX, as transformações resultantes da industrialização – que gerou uma população de excedentes que se viu obrigada a procurar melhores condições de vida –, levaram à emigração de 55 milhões de europeus para o Novo Mundo. O tema da marginalização urbana é tratado de forma exemplar pela Escola de Chicago a partir do início do século XX, a qual se debruçou sobre o surgimento dos guetos urbanos e suas conseqüências para a sociedade contemporânea.

2 A TRADIÇÃO URBANA EUROPEIA CHEGA À AMÉRICA: CIDADES COLONIAIS IBERO-AMERICANAS

A história urbana europeia é consideravelmente longa e complexa, além de altamente rica. A tradição europeia de edificar cidades não ficou, definitivamente, restrita ao velho mundo, ao pequeno continente europeu. Com a saída da Europa de seus limites físicos a partir da expansão marítima, os europeus levaram para os novos territórios encontrados e colonizados uma de suas características mais marcantes, um dos mais fortes bastiões de sua cultura: suas cidades.

Portugal e Espanha guardam uma série de semelhanças entre si, não apenas com relação à herança urbana europeia, mas também muitas particularidades concernentes à realidade peninsular. O contato com a diversidade foi sempre uma constante para os habitantes da Península Ibérica, não somente em função de sua posição geográfica de saída da Europa, pela proximidade da África e dos diversos povos que ao longo dos séculos navegaram pelo Mar Mediterrâneo mantendo contato, mas também devido à diversidade de povos que lá se estabeleceram.

Com o desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitaram a saída para o Atlântico e a exploração da América, um novo mundo se abriu para os europeus. Porém, a Península Ibérica, no contexto renascentista e moderno, é alvo de grandes e profundos debates, pois apresenta uma série de características que a distancia das concepções modernas básicas, e é interpretada, por muitos autores, como a representante da continuidade das estruturas feudais e da preponderância da Igreja Católica e seus preceitos medievais. Entretanto, ela foi a precursora dos grandes descobrimentos, que para Falcon e Rodrigues são *expressões da cultura do Renascimento e tiveram*

a sua realização derivada do modo como a Península Ibérica absorveu as novidades do novo tempo⁶⁹, assumindo assim um caráter moderno.

A sociedade ibérica do início da modernidade, de um modo geral, era caracterizada pelo patriarcalismo, onde o chefe da família governava uma série de parentes e empregados, todos ligados a uma propriedade rural e previa uma espécie de obrigação mútua entre senhor e agregados. As corporações de ofício também tinham poder centralizador na sociedade ibérica, e tendiam a regular práticas e costumes, agregando significativo número de membros. Esta tendência à centralização da população em grupos familiares e de ofícios representava um empecilho aos estados modernos que se formavam na época, sendo uma das preocupações dos soberanos ibéricos formas de fazer seu poder transpor essas barreiras.

O governo centralizado ainda buscava se estabelecer na Península Ibérica no início da modernidade, embora ela fosse a grande precursora no que diz respeito à organização dos estados nacionais. Um dos empecilhos para a plena estruturação do estado centralizado como tal estava não apenas nas subdivisões encontradas no território peninsular, mas na estrutura da sua sociedade, uma vez que as estruturas patriarcalistas e as corporações ocupavam posição bem mais próxima da população do que o poder real. De qualquer forma, a estrutura de governo já se encontrava consideravelmente desenvolvida, especialmente no que diz respeito a legislações, sendo que a organização judiciária se delineava de acordo com a hierarquia burocrática moderna, uma vez que Castela já contava com as Sete Partidas*, reconhecidamente de cunho moderno por ser uma tentativa de uniformização jurídica, e Portugal teve seu primeiro conjunto de ordenações** composto ainda no século XV. De acordo com Stuart B. Schwartz e James Lockhart, *tanto na Espanha quanto em Portugal, uma classe educada de advogados-burocratas*

⁶⁹ FALCON e RODRIGUES, *opus cit.*, p. 239.

* As *Siete Partidas* são um corpo [normativo](#) redigido no Reino de [Castela](#), durante o reinado de [Afonso X \(1252-1284\)](#). Esta obra é considerada o legado mais importante da [Espanha](#) para a [história do direito](#), mas também trata de temas filosóficos, morais e teológico.

** As Ordenações Afonsinas constituem-se em uma coletânea de leis promulgadas pelo então rei de Portugal Dom Afonso V.

*treinado (letrados) era utilizada para consolidar o controle real e cuidar dos assuntos do governo, fornecendo pessoal para as cortes, o circuito de tribunais e outros cargos menores.*⁷⁰ No entanto, o restante da organização dos estados peninsulares ainda não se encontrava tão modernizada, devido ao fato de muitos dos cargos administrativos serem ainda vistos como propriedade, podendo inclusive serem herdados ou doados pela coroa como recompensa.

Weber, ao discutir a dominação estabelecida pelo soberano ao impor sua autoridade, nos aponta o papel da administração neste mecanismo de dominação defendendo que esta é absolutamente relevante, pois não é apenas a obediência dos súditos que legitima e reforça a dominação, mas também, o controle dos bens materiais, o que seria de altíssima importância, uma vez que *a dominação organizada necessita, por um lado, de um estado-maior administrativo e, por outro lado, necessita dos meios materiais de gestão.*⁷¹ O autor, no entanto, não faz referência específica à organização moderna de estado ao discutir a questão da dominação, mas sim ao modelo medieval de vassalagem. Porém, o modelo administrativo desenvolvido nos estados modernos vai basear seu poder e controle da sociedade, entre outros elementos, no controle dos bens materiais, e para tanto, a formação de seu corpo administrativo foi essencial, não somente no aspecto burocrático, mas igualmente no âmbito social e cultural, dado que as pessoas ligadas a este aspecto governamental eram também responsáveis pelo pleno estabelecimento das forças reais nas diversas posses da coroa e constituíam uma camada social específica, valorizada e que tinha acesso a privilégios garantidos pelo *status* de funcionário real, como ressalta Weber:

O estado-maior administrativo, que representa externamente a organização de dominação política, tal como aliás qualquer outra organização, não sei inclina a obedecer ao detentor do poder em razão apenas das concepções de legitimidade (...). A obediência funda-se, antes, em duas espécies de motivo que se relacionam a interesses pessoais: retribuição material e prestígio social.⁷²

⁷⁰ SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 30.

⁷¹ WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2008, p. 59.

⁷² WEBER, 2008, *opus cit*, p. 59.

A importância dispensada aos títulos de nobreza, os quais haviam sido em grande parte adquiridos por famílias importantes ainda em tempos longínquos, é outro fator relevante na sociedade ibérica. Os títulos nobiliárquicos estavam normalmente vinculados ao poder econômico, tanto no âmbito rural quanto comercial, mas havia também outras colocações valorizadas pela sociedade, como os cargos e funções ligados à igreja e ao rei, que recebiam valorização equiparada à nobiliarquia, além destes os mercadores também eram altamente valorizados, constituindo-se nestes os principais grupos que participaram do processo de expansão ultramarina. No entanto, a maior parcela da população ibérica era ainda rural, composta por agricultores e pastores. Autores como Stuart Schwartz, assim como James Lockhart salientam ainda o considerável número de pescadores em toda a Península, em função de sua localização geográfica, mas apontam que este ofício não recebia grande valorização social e que Castela era um exemplo de marcante desprezo pelo ofício, muito provavelmente em função de sua localização no interior peninsular.⁷³

O desenvolvimento do comércio na Península Ibérica foi também muito influenciado pela questão geográfica, de modo que o contato com comerciantes do Mediterrâneo era bastante constante, especialmente com os italianos, com quem relações comerciais foram mantidas desde a Idade Média. A prática comercial era estruturada em forma de companhias ou associações em toda a Europa, não sendo diferente com Portugal e Espanha. As práticas comerciais embora não tão amplas e importantes como na Itália e na Holanda, eram bastante difundidas na península, tendo sido consideravelmente ampliadas no Novo Mundo.

A cidade é outro ponto de convergência dentro do espaço peninsular ibérico dada sua importância tanto para portugueses quanto para espanhóis. Schwartz e Lockhart procuram ressaltar que devido à antiga ligação da península com a cultura cidadina, o fator local era altamente valorizado na

⁷³ SCHWARTZ, *opus cit*, p. 25.

sociedade ibérica do início da modernidade, pois *a província, a cidade e a vizinhança eram pontos de referência fundamentais que ajudavam os indivíduos a se definir em relação aos outros.*⁷⁴ Ainda com relação à cidade, os autores apontam a relação íntima que esta mantinha com o campo, salientando que moradores de aldeias eram considerados tão cidadãos quanto os habitantes propriamente urbanos.⁷⁵

A íntima ligação entre os reinos ibéricos que conquistaram e colonizaram a América é apontada por uma gama de autores e embora as formas de ocupação levadas a cabo por Portugal e Espanha guardem diferenças marcantes, muitas práticas e preocupações eram semelhantes, como a questão cidadina no processo de ocupação. Richard Morse retoma a questão da idealização da cidade na passagem do medievo para o período moderno e afirma que a idéia de cidade trazida para a América pelos ibéricos está baseada em fontes clássicas e cristãs:

Os principais ingredientes eram: 1. a noção grega da polis, uma comunidade agro-urbana baseada não num “pacto” entre indivíduos aquiescentes, mas numa entidade “política” de grupos integrados funcionalmente; 2. a noção imperial romana de que a municipalidade (*civitas*) era um instrumento para “civilizar” povos rurais e que os *civitates* eram as partes componentes do império e, de modo até mais global, de uma Cidade da Humanidade universal; 3. a noção agostiniana de uma Cidade de Deus, ou Cidade do Além, que opunha um paradigma de perfeição cristã aos sórdidos esforços e pecados da cidade terrena; 4. a visão quiliástica de uma edênica cidade de ouro ou paraíso terreno que podia ser descoberto em terras distantes, ou mesmo de uma possível cidade de pobreza e devoção que surgia sob a orientação eclesiástica entre os povos de além-mar recém-consagrados à humildade apostólica.⁷⁶

As duas primeiras noções remetem talvez à herança europeia, sendo que o ponto referente à municipalidade enquanto instrumento para civilizar é um dos mais caros no que tange a análise da cidade ibero-americana na

⁷⁴ Ibid, p. 21.

⁷⁵ Ibid, p. 22.

⁷⁶ MORSE, Richard M. “O desenvolvimento urbano da América espanhola colonial” IN: BETHELL, Leslie (org). História da América Latina: América Latina Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, volume II, p. 61.

América, ao passo que foi através do estabelecimento dos núcleos urbanos que se determinou o tratamento dispensado aos povos nativos, optando-se pela segregação ou não destes. Mesmo com a aproximação entre Portugal e Espanha no que diz respeito à importância dispensada ao estabelecimento de cidades no âmbito colonial, visando à centralização da administração, existem discrepâncias entre os dois processos de colonização, muito embora, é necessário salientar, o caráter moderno dos dois estados e de seus processos de colonização e administração não deixa de ser identificado nas diferentes formas de ocupação dos novos territórios.

Neste sentido, um aspecto altamente relevante da cidade colonial na América Ibérica é o seu papel enquanto centro de administração, a partir do qual as premissas colonizadoras eram colocadas em prática. Weber⁷⁷ fala a respeito da especificidade tributária da cidade político-administrativa e de sua função enquanto guarnição, ou seja, sua função de asseguradora territorial, a partir da qual se estabelece o campo administrativo do governo. Portanto, a cidade tem, entre outras, uma funcionalidade específica no sentido administrativo, o qual foi explorado na América tanto por Espanha quanto por Portugal, guardadas suas especificidades, adquirindo, dessa forma, função específica dentro dos impérios ultramarinos.

Embora a discussão a respeito dos limites do período moderno e sobre a formação dos Estados Nacionais Modernos seja ainda um ponto de divergência dentro do campo da história, e isso se reflita necessariamente na questão da modernidade dos estados ibéricos na época da expansão ultramarina e conquista do Novo Mundo, há de se perceber que este processo ocorreu em um momento de transição, o que acarreta a co-existência de elementos modernos e medievais. No entanto, a organização estatal que se estruturava no período das grandes navegações é característica dos estados centralizados e base para o absolutismo moderno. Para Norbet Elias um elemento fundamental para a determinação de um Estado Nacional como tal é a existência de um *monopólio permanente da autoridade central* e um *aparelho*

⁷⁷ WEBER, 2004, *opus cit.*, p. 415.

*especializado para administração,*⁷⁸ os quais já existiam em Portugal e Espanha e que foram aprimorados e implantados nas colônias ultramarinas.

2.1. ESPANHA: A MODERNIDADE TRADUZIDA NA RIGIDEZ URBANA

Se podemos afirmar que os dois reinos peninsulares tiveram suas tradições culturais, e ao que nos cabe, também as cidadinas, influenciadas diretamente pelo ímpeto urbano europeu e, além disso, atuaram como precursores na exploração de territórios no além-mar, devemos igualmente voltar nossa atenção às singularidades regionais que fizeram com que a Espanha, ao ingressar no grupo dos Estados Nacionais Modernos tenha se diferenciado de seu vizinho Portugal, devido às suas particularidades históricas e tornando-as reflexo de sua ocupação na América, inclusive no que tange às suas cidades coloniais e à administração destas.

A Espanha, até o século XV não conhecia unidade territorial, estava dividida em reinos e separada pela diversidade cultural que tais reinos apresentavam. Fernando e Isabel, os Reis Católicos, uniram, através de seu casamento, os reinos de Castela e Aragão, e iniciaram a unificação territorial espanhola. Após a unificação territorial e religiosa e a organização interna da Espanha, Fernando e Isabel puderam começar a desenvolver políticas de governo voltadas ao exterior. A partir desta unificação do território, os Reis Católicos passaram a desenvolver políticas administrativas centralizadoras, procurando contornar o poder da nobreza e das oligarquias municipais, enfraquecendo os poderes locais. Para expandir seu domínio e assegurar a presença e o controle do Estado em todas as regiões do território, cargos públicos foram criados e através de funcionários como o corregedor, que era um representante oficial do rei nos municípios, a vida cotidiana era fiscalizada de perto de modo a evitar que as oligarquias locais se sobrepusessem ao poder real.

⁷⁸ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1993, volume II, p. 98.

Até 1492, os espanhóis empenhavam-se em finalizar o projeto da Reconquista, e foi durante o reinado dos Reis Católicos que tal objetivo foi alcançado, com a conquista de Granada. Com o intuito de acabarem com a diversidade religiosa, além dos mouros, os Reis Católicos também passaram a desenvolver uma dura política de perseguição aos judeus, convertendo-os e expulsando os que não aceitavam a doutrina católica. O projeto de homogeneização religiosa da Península trazia consigo o objetivo de criar um sentimento de unidade, uma vez que a diversidade cultural e as especificidades locais ainda falavam mais alto para os então súditos de Castela. Tal unidade foi buscada em torno da religião e dos Reis Católicos, que representavam ali um Estado católico.

Após a unificação territorial e religiosa e a organização interna da Espanha, Fernando e Isabel puderam começar a desenvolver políticas de governo voltadas ao exterior. Desde o século XIII o reino de Castela detinha o domínio legal das Ilhas Canárias, mas apenas a partir do governo dos Reis Católicos foi que eles passaram a explorar suas potencialidades e organizar uma administração real. Para José Luís Comellas, os mecanismos de implantação de governo desenvolvidos nas Ilhas Canárias foram uma espécie de laboratório para o que veio a ser aplicado na América, a partir do século XVI.

Todo en la empresa de las Canarias: las formas de conquista, la organización, las funciones, la fusión de razas, los métodos misionales, son curioso y llamativo precedente – diríase que un entrenamiento – de lo que iba a verificarse años después, y a escala mucho mayor, en América.⁷⁹

Com a chegada à América, também em 1492, a Espanha firmou-se, no cenário europeu, como uma grande potência, posição que manteve por dois séculos, baseada no enriquecimento que as colônias americanas

⁷⁹ COMELLAS, José Luis. *Historia de España moderna y contemporánea*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A.. 1999, p. 54.

proporcionaram. O período de conquista da América pelos espanhóis foi até cerca de 1540. Entretanto, desde 1516 a Espanha encontrava-se sob o poder dos Habsburgo, com a Casa dos Áustria tomando poder através de Carlos I, filho de Felipe I da Áustria com a filha de Fernando – Joana, a Louca. O império Espanhol atingiu seu auge e entrou em declínio sob o comando dos Habsburgo e também atingiu sua maior extensão, até 1556, enquanto Carlos I era também imperador do Sacro Império Germânico.

O Estado forte que se constituiu na Espanha e se tornou referência moderna tinha como um de seus principais eixos estruturadores a cidade. Esta era, como já apontamos, o teatro social, ou seja, grande centro onde a sociedade se desenvolvia dentro dos moldes que o Estado foi estabelecendo, colocando em prática no espaço citadino o modelo civilizacional que marcou a sociedade colonial espanhola na América. Portanto, a cidade, no período colonial, era o grande eixo civilizador que carregava o emblema da nova sociedade que se constituía no Novo Mundo, uma vez que ela era, acima de tudo, uma rede de relações sociais, onde se tentava reproduzir o modelo das tradições citadinas peninsulares.

2.1.1. Ocupação da América espanhola e administração colonial

A organização administrativa implantada pela Espanha em suas colônias na América é caracterizada pela busca de controle do projeto de colonização, pela forte e permanente presença do Estado em todos os setores do Novo Mundo. O projeto de centralização absolutista implantado na Espanha devia ser também implantado nas colônias, como ressalta o autor J. H. Elliott.

A América havia sido conquistada e colonizada numa época em que na Espanha metropolitana a pressão era em favor do encarecimento teórico e prático da soberania real, e as Índias, como território virgem, oferecia oportunidades para a afirmação da presença do Estado num grau impossível até mesmo em Castela, onde o constitucionalismo, embora mortalmente ferido, ainda não havia expirado.⁸⁰

⁸⁰ ELLIOTT, J.H. “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII” IN: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, volume I, p. 296.

As primeiras décadas de ocupação, ou a primeira fase da época caribenha, não foram de grande sucesso por parte dos colonizadores espanhóis. O estabelecimento de feitorias se mostrou ineficaz dadas as dificuldades impostas pela população e pelas condições gerais de colonização da época. No entanto, a partir de 1502 já foi posto em prática o projeto de priorização da implantação de centros municipais e da separação entre brancos e indígenas. Do mesmo ano remonta a primeira cidade com traçado geométrico da colonização espanhola, com a reconstrução de Santo Domingo após um furacão que destruiu a cidade original. Muito embora a maioria significativa das cidades edificadas neste período tenha entrado em decadência até meados do século XVI, a experiência de implantação de municipalidades serviu de base para instruções dadas pela coroa para as demais frentes de colonização no continente.

Até o final do século XVI as principais cidades do mundo hispano-americano já haviam sido construídas. Para Morse, a colonização na América espanhola é, sobretudo, um trabalho de urbanização com clara *estratégia de povoamento nuclear para a apropriação de recursos e a implantação de jurisdição*.⁸¹ A necessidade de controle do território e do processo colonizador por parte da Espanha foi resolvida através da ampla fundação de cidades ao longo de suas possessões americanas, estabelecendo na cidade os mecanismos administrativos essenciais para a exploração da colônia e, dessa forma, assegurando o sucesso do processo civilizacional, ao passo que os novos costumes eram impostos à cultura previamente existente. O fato de a cidade, assim como a própria sociedade, ser altamente dinâmica faz emergir a questão da mescla cultural e social consequente das relações urbanas, ao passo que é no espaço citadino que as diferentes culturas entram em contato e tendem a gerar e manifestar seus resultados, como ocorreu não apenas na América hispânica, mas notavelmente nesta.⁸²

⁸¹ MORSE, *opus cit*, p. 69.

⁸² Sobre o tema, consultar CENTURIÃO, *opus cit*, p. 143-173.

Uma das premissas para a fundação dessas cidades era a implantação do modelo semi-agrário, com a cidade fundada exercendo jurisdição sobre as terras circunvizinhas, as quais eram responsáveis pelo abastecimento do núcleo urbano. Além disso, era evitado o isolamento da população em espaços rurais desligados da cidade e, conseqüentemente, também se evitava o estabelecimento de possíveis oligarquias rurais que poderiam exercer algum tipo de poder local paralelo ao espanhol.

Centurião nos lembra, no entanto, que o programa oficial de edificação de cidades não era o único na América espanhola, uma vez que a iniciativa privada era também incentivada, sendo a responsável pelo *fato de que os empreendimentos da conquista e colonização não ficaram rigidamente presos às diretrizes e iniciativas oficiais*⁸³, muito embora, ainda de acordo com o autor, mesmo as iniciativas independentes tinham a preocupação com a legitimação por parte da coroa, demonstrando aceitação do poder imperial.

A fundação de cidades também era levada a cabo por missionários, em mais uma das formas de cumprir o ímpeto civilizador, marcadamente a partir do século XVII e no século XVIII, colocava em prática outra premissa espanhola no que diz respeito à fundação das cidades, a separação entre europeus e indígenas. No que diz respeito aos missionários, os *pueblos de índios* tinham o claro objetivo de separar a população nativa do assédio dos espanhóis, visto que o número de indígenas vinha decrescendo aceleradamente desde o início da colonização. Nas cidades propriamente ditas, a separação social se dava na existência da *ciudad de españoles* e da *ciudad de índios*, ficando marcada desde o princípio a intenção de evitar a mistura entre nativos e espanhóis, diferentemente do ocorrido na área de colonização portuguesa.

⁸³ CENTURIÃO, *opus cit*, p. 121.



Figura 16: Iconografia da Redução de São João Batista constante no acervo da Biblioteca Nacional de Paris. Pode-se observar a regularidade do traçado, com a separação das casas dos indígenas demarcando as quadras.

Fonte: PERAMÀS, Josep Manuel, S.J. *Plan del pueblo de San Juan Bautista, del río Uruguay*. Dibujo conservado en el Archivo General de Simancas. Platón y los Guaraníes. Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, Asunción. 2004.

Com exceção dos *pueblos de índios*, a rigorosa planificação do traçado urbano pela qual é conhecida a cidade hispano-americana era encontrada apenas na *ciudad de españoles*, que apresentava planta em xadrez, com quarteirões quadrados e a praça central, a qual era obtida a partir da exclusão de um destes quarteirões. As áreas adjacentes eram ocupadas pela *ciudad de indios*, que freqüentemente fugia à geometrização. O planejamento urbano que foi traçado e aplicado nas áreas destinadas aos imigrantes europeus era reflexo de projeto moderno e racional e Centurião recupera a ideia da influência renascentista, apontando que tal configuração urbana foi implantada em *virtude da importância dada à simetria e à planificação urbana, às propostas dos arquitetos e urbanistas italianos da Europa do Renascimento*⁸⁴.

⁸⁴ Ibid, p. 124.



Figura 17: Buenos Aires, 1583. Observa-se a rigorosidade do traçado, com quadras simétricas e a *Plaza mayor*.

Fonte: GOITIA, Fernando; BALBÁS, Leopoldo Torres. *Planos de ciudades iberoamericanas y filipinas existentes en el archivo de Índias*. Madrid: Inst. de Estudios de Administración Local, 1981, p. 173.

Além do fato de a coroa espanhola recomendar a utilização do plano quadriculado para a edificação de cidades nas colônias americanas, um fator que proporcionou a ampla utilização do modelo foi o fato de não haver impedimentos para a planificação nas terras americanas, pois havia terras consideravelmente vastas não habitadas, sem qualquer tipo de estrutura urbana prévia, como é o caso de Buenos Aires, onde havia povos pré-colombianos nômades e, além disso, a topografia local proporcionava a boa implantação da planta quadricular.

Ainda com relação à morfologia das cidades hispano-americanas, há que se considerar a necessidade de adaptação imposta por algumas situações topográficas e culturais, especialmente nos casos onde já havia cidades pré-colombianas estabelecidas, as quais também apresentavam traçado regular, e

foram apenas adaptadas aos padrões espanhóis*, Como o caso da Cidade do México, onde o antigo traçado urbano foi mantido e se construiu a cidade espanhola sobre a antiga Tenochtitlán.

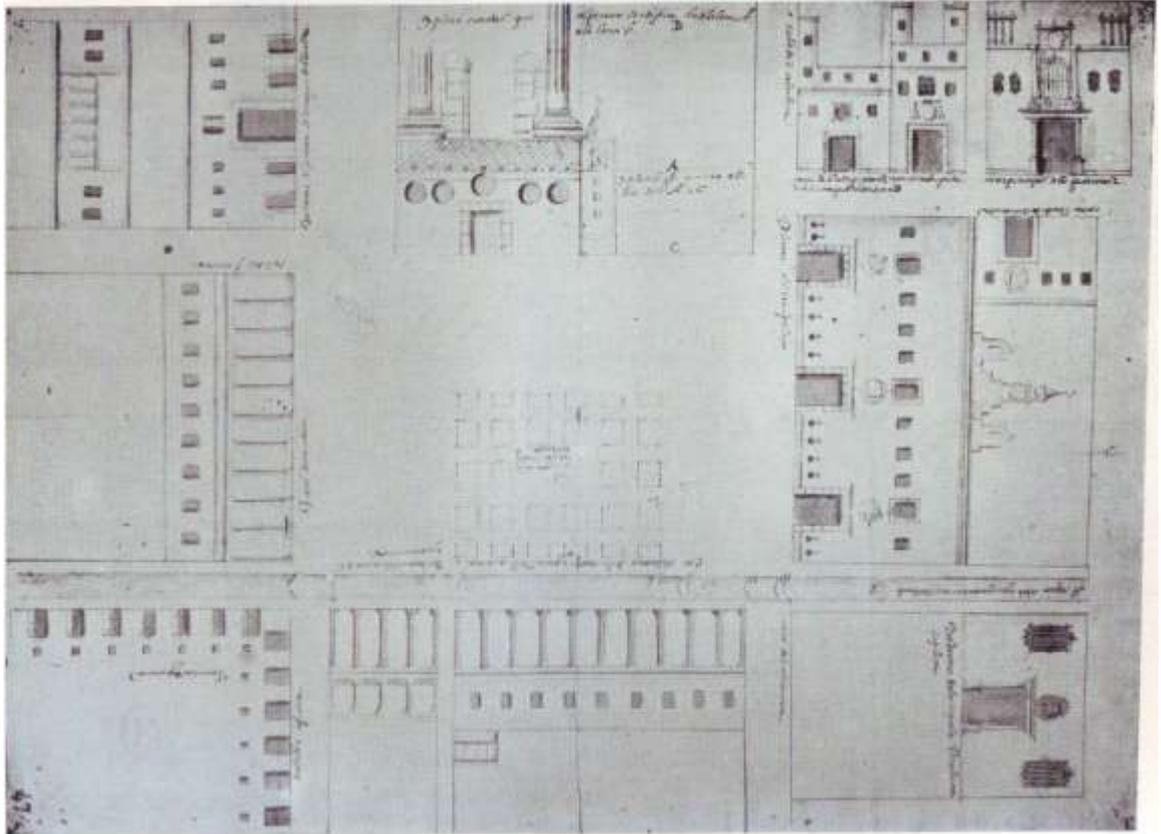


Figura 18: Cidade do México, 1596. Identifica-se a *Plaza mayor* e os prédios administrativos, assim como a igreja, já sobrepostos ao plano de Tenochtitlán.

Fonte: GOITIA, Fernando; BALBÁS, Leopoldo Torres. *Planos de ciudades iberoamericanas y filipinas existentes en el archivo de Indias*. Madrid: Inst. de Estudios de Administración Local, 1981, p.205.

* Também em Cuzco, no Peru, houve a sobreposição do modelo espanhol sobre o pré-colombiano.

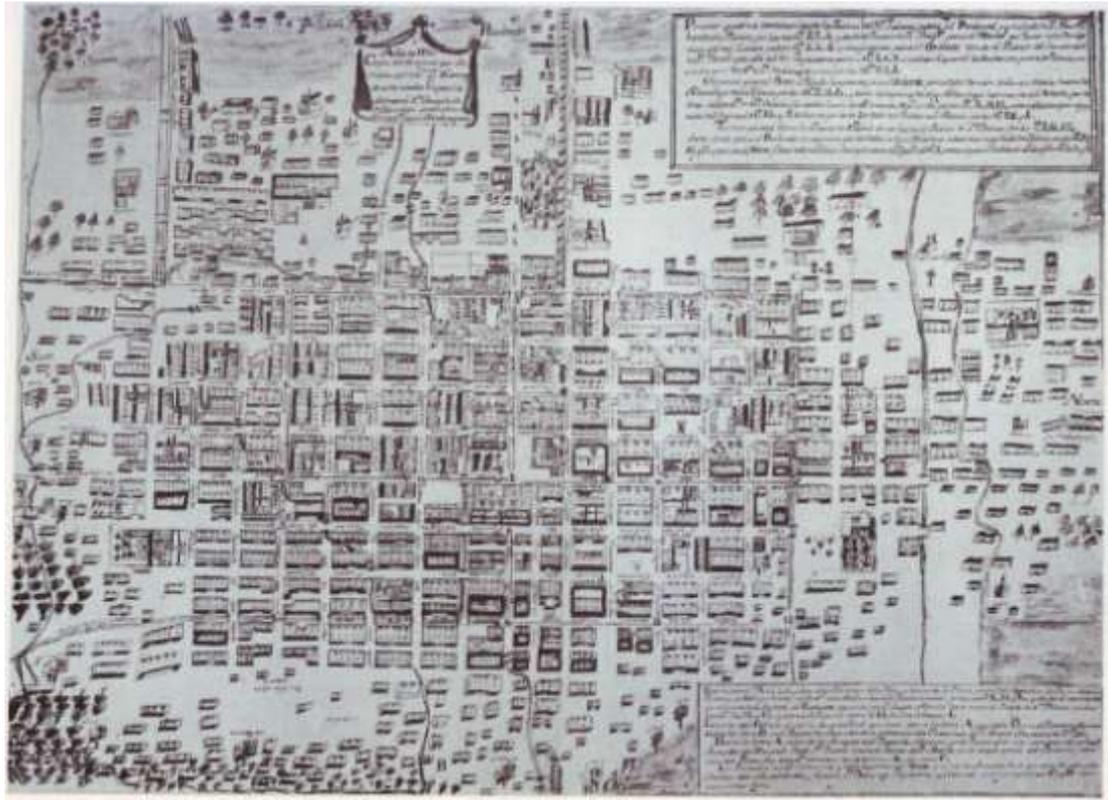


Figura 19: Cidade do México, 1756. Ordenamento na região central e irregularidade de traçado na periferia.

Fonte: GOITIA, Fernando; BALBÁS, Leopoldo Torres. *Planos de ciudades iberoamericanas y filipinas existentes en el archivo de Índias*. Madrid: Inst. de Estudios de Administración Local, 1981, p. 207.

As diferentes funções de cada cidade também eram determinantes no que diz respeito ao estabelecimento de sua forma, como nas cidades comerciais, nas semi-agrícolas e nas mineradoras, em torno de um centro espacial ordenado de modo relativamente homogêneo para todas elas, formavam-se as especificidades de traçados e caminhos, de acordo com a funcionalidade exigida. Existiam centros que mantinham mais contato com o exterior – Europa – do que com áreas circunvizinhas. Nas cidades costeiras, em função da ameaça externa de corsários holandeses, ingleses e franceses, havia fortificações e muralhas, como proteção aos freqüentes ataques. Dessa forma, a cidade costeira assumia, além das funções de ligação com a Metrópole e comércio, a defesa da colônia.

As características físicas definitivas da cidade espanhola em terras americanas resultaram em vários modelos. Um destes seria o modelo clássico, com traçado em *damero* e *Plaza Mayor* ao redor da qual se localizavam o

ayuntamiento e a *gobernación*. Mas são encontrados também os modelos regulares, que observava em linhas gerais o traçado do modelo clássico, porém sem a mesma rigidez, e irregular que pode ser encontrada em portos, centros de mineração por causa das topografias acidentadas, e em alguns *pueblos de Índios*.

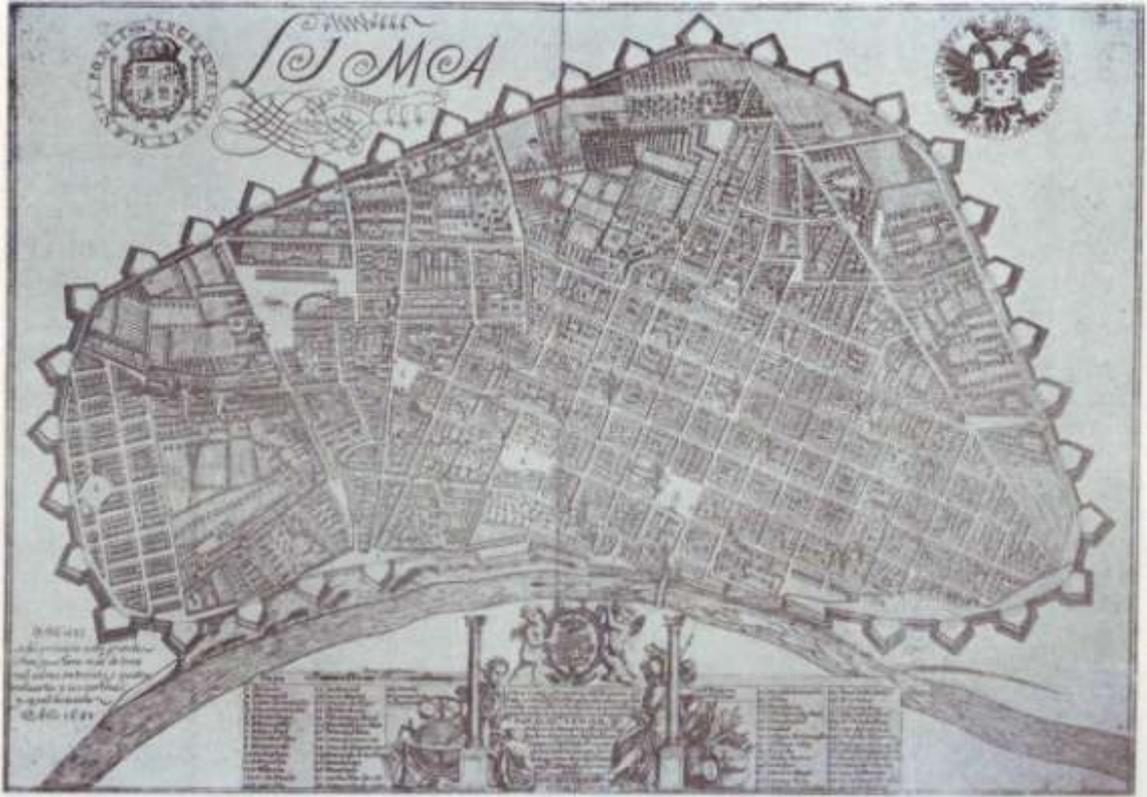


Figura 20: Lima, 1682. Regularidade de traçado no centro da cidade e menor rigidez nas demais regiões.

Fonte: GOITIA, Fernando; BALBÁS, Leopoldo Torres. *Planos de ciudades iberoamericanas y filipinas existentes en el archivo de Índias*. Madrid: Inst. de Estudios de Administración Local, 1981, p.291.

Sobre as amplas possibilidades de implantação citadina encontradas na América, Centurião a considera como o grande laboratório de aplicação e experimentação sobre espaço urbano a partir das teorias renascentistas e posteriores investidas barrocas. Para o autor, a urbanização hispano-americana teria sido

uma experiência profundamente original e adaptada às novas condições e aos novos ambientes geográficos e populacionais, ao mesmo tempo que transformadora de ambos. (...) Em reforço desta idéia vem o fato de que as principais reformas

urbanas do Renascimento executadas na Europa foram posteriores às primeiras cidades americanas.⁸⁵

A cidade tinha, como se pode perceber, um importante papel para a consolidação do império ultramarino espanhol. E o controle buscado através da cidade não era apenas social, mas também econômico. A necessidade de fiscalização por parte da administração espanhola provinha especialmente do intenso comércio, baseado na extração de produtos valorizados na Europa. Visando alcançar o máximo controle sobre esse comércio, a coroa canalizou todo o controle comercial em Sevilha. O controle requerido pela intensa atividade comercial subsequente forçou desenvolvimentos institucionais formais, transformando a administração em um aparelho burocrático.

O Conselho das Índias foi criado com o objetivo de fornecer mecanismos formais para garantir que os negócios na América fossem trazidos regularmente à atenção do monarca e que a sua vontade, corporificada em leis, decretos e instituições, fosse devidamente transmitida a suas possessões americanas. Porém, um grande empecilho para a real efetividade do Conselho era o fato deste estar sediado na Espanha, além de que a maior parte dos conselheiros não tinha experiência na colônia, por isso tinham a tendência de ver os problemas dela a partir da realidade peninsular. Todos os processos e trabalhos eram feitos a distância, o que proporcionava, por um lado, certa liberdade aos funcionários que estavam na colônia e, por outro, grande dificuldade de comunicação e lentidão para resolver os problemas a ela relacionados.

Os funcionários da coroa nas Índias, dispendo teoricamente de plena liberdade nos grandes espaços abertos de um grande Novo Mundo, viram-se na prática acorrentados por cadeias de papel ao governo central da Espanha. Pena, tinta e papel eram os instrumentos com que a coroa espanhola respondia aos inéditos desafios da distância implícitos na posse de um império de amplitude mundial.⁸⁶

⁸⁵ Ibid, p. 131.

⁸⁶ ELLIOTT, *opus cit*, p. 287.

Para Elliott, essa burocratização tornou o governo *mais cuidadoso que imaginativo, mais inclinado a regulamentar que inovar*, porém, a colonização pôde ocorrer com *um grau razoável de ordem pública e um respeito tolerável pela autoridade da coroa*⁸⁷, o que garantiu o sucesso do empreendimento espanhol.

Os vice-reis governadores e as *audiências* constituíam o mais alto nível de administração na América espanhola e suas áreas de jurisdição eram subdivididas em unidades menores, chamadas *alcadías mayores* ou *corregimientos*. Era importante que os funcionários nomeados para tais cargos não fossem proprietários rurais locais nem *encomenderos*. Suas funções administrativas se estendiam às cidades, vilas e regiões rurais das diversas regiões da colônia.

Em cada cidade ou vila ainda havia o *cabildo*, elemento administrativo de alta relevância na estrutura espanhola. Ele era uma espécie de derivação de instituições similares encontradas na Espanha medieval, e se encarregava da administração geral das cidades coloniais. Era o órgão que dava representatividade legal à cidade, através do qual os habitantes resolviam os problemas administrativos, econômicos e políticos do município. Seus membros eram escolhidos entre os principais habitantes da cidade, que detinham assim amplos poderes jurídicos e administrativos e suas sessões resolviam vários tipos de problemas como a administração de bens comuns, o policiamento e higiene das ruas, ensino, abastecimento da cidade, determinação de valores de venda de serviços e bens, regulamentação de ofícios urbanos, regulamentação de um sistema de pesos e medidas. Durante quase todo o período colonial o *cabildo* exerceu grande controle nas cidades, gozando de grande prestígio e força política. No entanto, a progressiva centralização da administração espanhola, mais marcadamente no século XVIII, passou a interferir no poder local do *cabildo*, uma vez que o risco deste se impor aos poder real era constante, devido à maior representatividade na

⁸⁷ Idem.

vida urbana colonial, o que ia contra a intenção espanhola de manter o controle constante em todas as suas regiões coloniais.

Para a estruturação dos mecanismos de exploração econômica da América, foram criadas formas de utilização da mão-de-obra local. Em alguns casos, onde as organizações indígenas já tinham sistemas de exploração da mão-de-obra *de povos submetidos, através da escravização ou do trabalho compulsório visando o pagamento de tributos, esses sistemas foram utilizados pelos espanhóis. As diversas denúncias feitas contra essas formas de exploração, como as de Bartolomé de Las Casas contra a *encomienda*, forçaram a administração espanhola a criar uma legislação específica para o trato dos indígenas. Em 1542 foram promulgadas as Leis Novas, que determinavam que as *encomiendas* seriam apenas concessões temporárias feitas pela Coroa, válidas durante a vida do contemplado, sem o direito à hereditariedade, evitando assim a constituição de qualquer relação de vassalagem. Através desta legislação, o Estado se fazia presente também neste aspecto da colonização, assegurando a centralização e a posse territorial, além da tributação.

Para Luis Fernando Rodhen, tudo o que foi feito nas colônias espanholas entre 1492 e 1573 foram experimentações, uma vez que os espanhóis foram definindo, ao longo do tempo, metas e procedimentos, de modo a atingirem seus objetivos estratégicos de conquista e dominação dos povos americanos⁸⁸. Para o autor, foi a partir das primeiras experiências na América que foi possível, ao governo espanhol, elaborar não apenas uma série de leis norteadora da política de povoação e constituição urbana americana, mas determinar as formas administrativas. Em 1573, Filipe II encomendou do

* O sistema de *encomienda* baseava-se no pagamento de tributo por parte dos indígenas em troca de cuidado material e espiritual de um espanhol e do clérigo que ele presumivelmente engajava, em troca do direito de extrair quantidades prescritas de trabalho, de produtos ou de dinheiro. O *repartimiento* consistia no recrutamento remunerado de uma determinada porcentagem da população indígena masculina, que tinha de viajar e trabalhar em projetos específicos de obras públicas ou indústrias e lavouras destinadas ao Estado, ou então em Potosí, na extração da prata.

⁸⁸ RHODEN, Luiz Fernando. *O traçado urbano português no Brasil meridional: origem e evolução: 1737-1777* – Dissertação de Mestrado – PPGH/PUCRS, 1996, p. 83.

Conselho das Índias a compilação das leis que haviam sido promulgadas até então.

No entanto, apenas a partir de 1630 o jurista Juan de Solórzano Pereira, membro do Conselho das Índias, começou a organizar as ordenações que faziam parte da legislação espanhola na América, que já contava com mais de 3500 pontos. Esta foi publicada apenas em 1681 e impressa em quatro volumes, intitulada *Recopilación de las Leyes de las Índias*. Para Elliott, estas *leis impressas nesses volumes eram mais seguramente um guia das intenções da coroa de Madri do que uma indicação do que realmente ocorria na América; mas o próprio fato de sua existência devia entrar nos cálculos tanto dos governadores quanto dos governados em sua vida quotidiana.*⁸⁹

Com relação ao processo de urbanização, as Leis das Índias deixavam claro o modelo que devia ser seguido, além de determinar as condições que deveriam ser observadas para a implantação de um núcleo urbano. Elas não se limitavam à concepção formal, mas também se voltavam à elaboração do zoneamento e ao uso do solo visando equilibrar a relação campo-cidade.

Quanto aos requisitos para a escolha do local onde a cidade ou a vila viria a ser fundada, as ordenações recomendavam que houvesse plenas condições de construção e manutenção do povoado através de boas provisões naturais, além de boas condições de acesso, de preferência terrestre e marítimo.

el terreno sea saludable, reconociendo se si conservan en él hombres de mucha edad, y mozos de buena complexión, disposicion y color: si los animales y ganados son sanos, y de competente tamaño, y los frutos e matimientos buenos, y abundantes, y de tierras á propósito para sembrar, y coger (...) arboledas para leña, materiales de casa y edificios: muchas e buenas aguas para beber, y regar (...). Las tierras que se hubieren de poblar, tengan buenas entradas y salidas por Mar y Tierra, de buenos caminos e navegación, para que se pueda (...) comerciar e gobernar, socorrer y defender.⁹⁰

⁸⁹ ELLIOTT, *opus cit*, p. 292.

⁹⁰ “De las poblaciones”. IN: *Recopilación de leyes de los Reynos de las Índias*. Madrid : Consejo de la Hispanidad, 1943, Libro III, Título V, p. 14.

Já no que tange à constituição física da cidade, na disposição dos prédios, casas e ambientes públicos, o que prevalece, como já foi citado, é a ordem racional, com a aplicação do modelo quadricular como base da planificação urbana.

Lugar, repártanlo por sus plazas, calles, y solares a cordel y regla, comenzando desde la plaza mayor, y sacando desde ella las calles á las puertas y caminos principales, y dexando tanto compas abierto, que aunque la poblacions vaya en grand crecimiento, se pueda siempre prosseguir y dilatar en la misma forma.⁹¹

A praça central, ou *plaza mayor* é o elemento chave desta organização, pois todos os demais elementos da cidade estão dispostos em função de sua localização.

La plaza mayor, donde se ha de comenzar la poblacion, siendo en Costa de Mar, se debe hacer as desembarcadero de el Puerto, y si fuere lugar Mediterráneo, en medio de la población: su forma en quadro prolongada, que por lo ménos tenga de largo una vez y media de su ancho (...) su grandeza proporcionada al número de vecinos, y teniendo consideracion á que las poblaciones pueden ir en aumento, no sea ménos, que de docientos peis en ancho, y trecientos de largo, ni mayor de ochocientos pies de largo, y quinientos y treinta y dos de ancho, y quedará de mediana y buena proporcion.⁹²

As ruas deviam ser regulares e, dependendo do clima local, deviam ser estreitas ou largas. Além disso, no caso de cidades muradas, as casas deviam guardar uma distância mínima de trezentos metros até o limite murado, para cuidados com a defesa. As ordenações que falam sobre as cidades ainda indicam os direitos e deveres dos povoadores, fundadores de cidades e da conduta dos governantes locais. Além disso, dá instruções sobre o relacionamento com os povos nativos, recomendando o não enfrentamento e a busca da conversão para a religião católica, incluindo-os na nova sociedade que se organizava.

⁹¹ “De la población de las ciudades, villas e pueblos”. IN: *Recompilación de leyes de los Reynos de las Índias*. Madrid: Consejo de la Hispanidad, 1943, Libro III, Título VII, p. 19.

⁹² “De la población de las ciudades, villas e pueblos”. IN: *Recompilación de leyes de los reynos de las Índias*. Madrid: Consejo de la Hispanidad, 1943, Libro III, Título VII, p. 21.

Schwartz e Lockhart dizem que o desenvolvimento institucional na administração espanhola se desenvolveu de forma mais acentuada nas áreas centrais e nas de extração de prata. Existiu, desde o princípio, a necessidade e o consequente incentivo para a entrada e permanência de empregados ligados à administração, visando melhor fiscalização da extração da prata e dos impostos por ela gerados. Os autores afirmam que boa parte do corpo administrativo, desde governadores locais e antigos *encomenderos* que acumulavam algum tipo de função administrativa, até os recém-chegados apelavam constantemente às trocas de favores no âmbito administrativo e que, muitos, chegavam a altos cargos ou, após o desligamento da função pública, tornavam-se donos de terras e minas. Além disso, os autores também nos apontam que ao longo das gerações, muitos cargos públicos acabaram tornando-se hereditários, de forma semelhante ao que acontecia na Península Ibérica, ao passo que muitos vice-reis foram substituídos por filhos ou parentes próximos.

O vice-reinado tornou-se uma peça chave para a administração espanhola, e o cargo de vice-rei trazia junto um alto *status* social, sendo ocupado praticamente apenas por membros da nobreza espanhola. O vice-rei, os agregados que com ele vinham da Espanha e *encomenderos* mais próximos a ele formavam a camada mais alta da sociedade hispano-americana, camada esta que estava fixada na cidade, mas que mantinha permanente contato com o espaço rural, reafirmando o modelo de cidade semi-agrária. Os funcionários ligados às Audiências também tinham papel bastante valorizado naquela sociedade, no entanto, apenas os juízes apresentavam prestígio e estabilidade social, sendo que os demais, como procuradores e escrivães, buscavam permanentemente firmação, *quer com base na nomeação para cargos, quer em aquisição de propriedades.*⁹³

Os autores dizem que no período maduro da colonização, a progressiva ligação da administração com a colônia aprofundou-se bastante, sendo uma

⁹³ SCHWARTZ, *opus cit*, p. 135.

consequência o não retorno de muitos funcionários à Espanha e, além disso, o aumento do número de funcionários nascidos em solo americano. De qualquer forma, Schwartz e Lockhart dizem que a partir do século XVII não são detectadas muitas mudanças na administração colonial, com exceção da crescente participação de nativos no corpo administrativo.

A complexa teia burocrática tecida pelos espanhóis nos séculos de administração americana mostrou-se, segundo muitos autores, muito mais um empecilho administrativo do que um ponto positivo dos espanhóis. No entanto, o corpo de leis por eles produzido é sem dúvida um dos grandes elementos administrativos espanhóis, para Schwartz e Lockhart, *com uma coleção de leis suficientemente grande, podia-se encontrar precedente e justificativa para praticamente qualquer interpretação possível ou linha de ação*⁹⁴.

A metade americana que coube a Portugal teve uma dinâmica de desenvolvimento colonial e administrativo um tanto diferente. Entretanto, no período que vai de 1580-1640 encontramos um intersecção entre estes dois programas de colonização através da União Ibérica, que trouxe não apenas a aproximação entre os dois reinos ibéricos e certa integração na colônia, mas também deixou seus reflexos administrativos nas duas costas americanas.

2.2. PORTUGAL: TRADIÇÃO E MODERNIDADE NAS CIDADES BRASILEIRAS

O reino português nasceu como o Condado Portucalense, que teve sua independência reconhecida através do Tratado de Zamora, em 1143. Mas é apenas após a crise de 1383-1385, quando o reino português se encontrou sem um rei e um conflito com Castela se desenrolou em virtude da disputa dinástica, que podemos dizer que Portugal passou a tomar formas de estado

⁹⁴ Ibid, p. 161.

moderno. A disputa dinástica com Castela, que se prolongou por dois anos, deu a vitória aos portugueses e levou a Dinastia de Avis ao poder.

No entanto, não foi apenas a disputa militar que marcou este período. A aliança com a Inglaterra foi mais fortemente delineada neste período através do apoio inglês na guerra contra Castela e, posteriormente, através do casamento de D. João I de Portugal com Filipa de Lencastre. Esta união dava fundamento político às trocas comerciais entre os dois reinos. Além disso, a burguesia comercial e marítima, que apoiou a Revolução de Avis, assumiu importante papel político em Portugal, Manuel Nunes Dias nos diz que *a revolução não guindou apenas um rei ao poder, mas também a burguesia, credora da Coroa.*

⁹⁵A partir deste período, o reino português assumiu um delineamento de Estado Moderno.

Finalmente, ao cabo de um longo período de intranqüilidades, encerrava-se a Idade Média portuguesa. A Nação, agora livre e coesa, podia traçar novos rumos, tomando consciência dos seus destinos. Alargando-se para o sul, fomentando a atividade comercial e marítima, ao mesmo tempo que se organizava organicamente, descortinava horizontes de vastas ambições (...). Com o ascenso dos Avis ao trono, a Nação atingiu a sua maioria política.⁹⁶

Uma ressalva se faz necessária à afirmação de Dias: o entendimento do autor quanto ao término da Idade Média e início da Moderna pode ser considerado como radical, senão equivocado, pois a visão de que períodos históricos têm datas estáticas, momentos de início e fim bem delimitados não se mostra coerente, uma vez que os processos históricos são todos longos, entrelaçados e ligados a diferentes temporalidades. Por este mesmo motivo, a modernidade do Estado português, ou de qualquer outro, tende a ser tão fervorosamente discutida, pois marcas medievais se fizeram presentes por toda a modernidade, assim como aspectos modernos já eram encontrados desde muito cedo na história portuguesa.

⁹⁵ DIAS, Manuel Nunes. *O descobrimento do Brasil: Processo conjuntural de longa duração*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 30.

⁹⁶ DIAS, *opus cit*, p. 30.

A crise monetária que assolava a Europa no século XV teve como um de seus resultados imediatos uma grande crise no comércio. Portugal sofria igualmente com o problema monetário e desde a independência as *responsabilidades da realeza haviam aumentado*,⁹⁷ especialmente com relação a seus grandes apoiadores, os burgueses, que com a crise monetária e comercial estavam tendo grandes prejuízos. De modo geral, todos os setores da sociedade portuguesa – assim como a europeia – estavam sofrendo com a crise e a possibilidade de exploração do Atlântico parecia uma saída potencialmente lucrativa. Segundo Dias,

Todos se mostravam, por isso, interessados na “aventura”. As diferentes aspirações convergiam para o mesmo alvo. A burguesia encontrava assim uma espera comum onde havia colaboração recíproca e benéfica – e por vezes necessária – da Igreja, da nobreza, da burguesia, do “povo miúdo”. A Europa Ocidental recusou-se, pois, a cruzar os braços, e tirou-se para o Atlântico, desprezando, de certa maneira, os problemas ligados ao Mediterrâneo.⁹⁸

Portugal, agraciado por sua favorável localização geográfica foi o pioneiro na expansão marítima atlântica. Após o estabelecimento da monarquia nacional, Portugal voltou suas atenções às potencialidades do Atlântico, inicialmente como escala do tráfico do Mediterrâneo, depois estabelecendo relações com as principais rotas mercantis que partiam do Norte europeu e passaram a incluir Portugal em suas atividades comerciais.

Raymundo Faoro⁹⁹, por sua vez, atribui ao Estado de origem patrimonial¹⁰⁰ o pioneirismo português com relação ao Atlântico. Para este autor, a afirmação de alguns autores¹⁰¹ de que Portugal seria uma monarquia

⁹⁷ Ibid, p. 34

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Globo, 2001.

¹⁰⁰ Para Raymundo Faoro, o Estado português trouxe para dentro dele, desde muito cedo, o controle econômico, desviando do poder dos grandes proprietários de terra. A nobreza é burocratizada desde o início da organização estatal, responsável pela fiscalização do comércio e ocupante dos cargos de poder político inferior ao rei. Nas palavras do autor: *Os reis portugueses governaram o reino como a própria casa, não distinguindo o tesouro pessoal do patrimônio público. Seu poder assentava no patrimônio, em torno deste gravitava ele próprio, seus súditos e os interesses públicos da nação*. IN: FAORO, *opus cit*, p. 11.

¹⁰¹ Como os autores J. Lúcio de Azevedo e H. Gama Barros, citados por Raymundo Faoro no capítulo “A Revolução Portuguesa” IN: FAORO, *opus cit*, p. 45-87.

agrária é equivocada, pois *Portugal não conheceu, no íntimo de sua teia social e econômica, o predomínio da economia agrária, capaz de, plenamente realizado, levar à quase soberania da nobreza territorial*¹⁰², estando o Estado português permanentemente voltado para os interesses comerciais, uma vez que o soberano tinha considerável poder sobre a sociedade portuguesa, mantendo, dessa forma, o foco comercial. Para Faoro, uma comprovação da inexistência do poder agrário é que *a empresa marítima não encontrou resistência, no reino, de uma facção agrária (...) a oposição, realmente existente, surgiu do grupo empenhado no comércio costeiro, receoso da grande e temerária expansão, por terras que não se haveriam de dominar.*¹⁰³

Podemos complementar ainda lembrando a tradição portuguesa de buscar novos territórios, especialmente para comércio, o que reforça a contestação do dito caráter agrário português, ao passo que a preocupação em estabelecer relações comerciais foi sempre uma constante na história portuguesa, o que reforça outro aspecto também muitas vezes contestado: a cidade. O comércio sempre esteve ligado ao espaço urbano, independentemente da sociedade para a qual nos voltamos, mas em especial à europeia, e o próprio renascimento urbano nos burgos demonstra este fato. Dessa forma, o interesse comercial português não pode ser dissociado da importância dispensada para a cidade em Portugal.

Portugal, após concluir sua independência e delinear suas feições enquanto Estado Nacional, tendo de resolver as questões econômicas e sociais de que padecia no início de sua modernidade, investiu na empresa marítima como possibilidade de expansão econômica e territorial e definiu como seu escopo administrativo a centralização nas mãos do soberano e a aliança com a burguesia comercial e marítima, que levou a cabo a iniciativa da expansão marítima.

Colocado em uma encruzilhada de dois mundos – o Mar do Norte e o Mediterrâneo –, Portugal era uma admirável charneira da Europa. Pobre e pequeno, apertado contra o mar

¹⁰² Ibid, p. 68.

¹⁰³ Ibid, p. 69.

por um vizinho absorvente, encontrou no Atlântico espaço para crescer. Dir-se-ia, paradoxalmente, que à sua miséria medieval Portugal deveu a sua fortuna e prestígio à época manuelina. A pobreza levou-o a buscar o Mar Oceano o que o continente lhe não podia dar.¹⁰⁴

Portugal primeiro ocupou as ilhas atlânticas, em seguida, pontos da costa africana e, finalmente, a Índia. Ambos os processos de exploração e colonização serviram como uma espécie de laboratório, onde formas de ocupação territorial foram experimentadas, muitas das quais foram posteriormente utilizadas na América. A chegada ao Brasil é, para Faoro, o elo necessário da *magna empresa do século XIV*¹⁰⁵, que liga o longo processo de desenvolvimento de comércio e exploração marítima portuguesa. Para o autor, Lisboa, ao se tornar ponto altamente importante para o comércio português – e atlântico de forma geral – assumiu um *aspecto cosmopolita, todavia, calcado sobre o cais atlântico*, o que deu para a capital portuguesa a *tônica que marcará a relevância de Portugal no mundo*¹⁰⁶.

A empresa marítima portuguesa esteve, desde o princípio, ligada ao capitalismo de Estado, aspecto este que dava coesão ao processo de expansão e que teve reflexos posteriores no processo de ocupação e administração das colônias portuguesas na América, uma vez que o Estado português sempre procurou se fazer presente na colônia, não ficando dependente apenas de iniciativas privadas, embora estas tenham sido também de grande utilidade, mas sim juntando a si a população na realização do projeto de expansão ultramarina, na palavras de Faoro, *todos colaboraram na grande arrancada, submissos, famintos, de honras e de saques, ávidos de lucros, ardentes de fé – todos por si sob a bandeira real, que os cobria e lhes dava cor, energia e vida.*¹⁰⁷

¹⁰⁴ DIAS, *opus cit*, p. 37.

¹⁰⁵ FAORO, *opus cit*, p. 70.

¹⁰⁶ *Ibid*, p. 71.

¹⁰⁷ *Ibid*, p. 73.

2.2.1 Ocupação da América portuguesa e administração colonial

Uma vez descobertas as terras brasileiras, Portugal empenhou-se na busca por produtos considerados de valor, como as especiarias e metais preciosos e, uma vez não encontrados tais artigos, a coroa portuguesa manteve como seu foco principal no âmbito ultramarino as colônias africanas e asiáticas. O estabelecimento de feitorias no litoral brasileiro – prática já aplicada e bem sucedida na África – e a exploração do pau-brasil por particulares foram as iniciativas exploratórias empreendidas nos trinta primeiros anos. Entretanto, a constante ameaça de outras nações europeias, como Espanha e França, no litoral brasileiro em busca de pau-brasil e possíveis riquezas, desenvolvendo laços com as populações indígenas locais, colocou Portugal em uma encruzilhada: *ou tomava posse do Brasil de modo mais permanente ou perdia sua terra para os ativos rivais europeus.*¹⁰⁸

Centurião nos diz que, ao contrário do que muitos autores pregam, os primeiros anos após a chegada de Cabral ao Brasil não foram de abandono ou falta de interesse por parte de Portugal. Certamente o comércio com as Índias Orientais era imediatamente mais lucrativo e manteve o foco principal da coroa portuguesa, mas para o autor, *mesmo antes de 1516, no ano de 1509, o pau-brasil da terra de Santa Cruz tinha cotação na praça de Anvers e ali chegava regularmente, denotando uma incipiente atividade econômica, o que sugere, de acordo com Centurião, não só a precocidade do aproveitamento das terras do Brasil, em termos de atividade extrativa, como o caráter acentuadamente comercial da ocupação.*¹⁰⁹

Após a expedição de Martim Afonso de Souza, em 1530, a coroa portuguesa tentou resolver a questão da posse das terras brasileiras sem perder o foco no Oriente. Dessa forma, mais uma vez a iniciativa privada recebeu espaço, sendo estimulada pela *ação estatal e pela garantia da lei e da força militar reais.*¹¹⁰ O sistema de capitânicas hereditárias, que já havia sido

¹⁰⁸ SCHWARTZ, *opus cit*, p. 221.

¹⁰⁹ CENTURIÃO, *opus cit*, p. 187.

¹¹⁰ SCHWARTZ, *opus cit*, p. 222.

utilizado para povoar as Ilhas da Madeira e Açores, foi adotado para o povoamento do Brasil.

Neste sistema, as terras brasileiras* que cabiam a Portugal foram divididas em 15 faixas e doadas pela coroa a nobres que tomavam posse destas terras enquanto donatários, recebendo direitos administrativos na colônia, como os poderes de fundar cidades, nomear funcionários e distribuir terras. Cada uma dessas capitâneas passava a constituir uma entidade administrativa subordinada diretamente à Metrópole. A concessão de terras – sesmarias – era uma das principais armas a favor dos donatários, pois serviam para atrair colonos e dar prosseguimento ao povoamento das capitâneas. Além disso, os donatários ainda receberam da coroa portuguesa o direito ao controle do comércio de escravos indígenas e participação no comércio do pau-brasil.

O fato de todas as capitâneas partirem da costa por si já é um sinal da preocupação portuguesa em manter o controle do litoral. Centurião lembra que este procedimento havia sido implementado também nas possessões africanas e orientais, apontando que *o incrustamento no litoral foi sempre uma característica da expansão lusitana*¹¹¹, o que   um diferencial com rela ção   política de ocupa ção espanhola, que sempre demonstrou preocupação em ocupar logo o interior. O autor também atribui   *racionalidade e ao sólido pragmatismo do empreendimento colonial*¹¹² português a clara preocupação em manter a explora ção apenas na costa, contendo a penetra ção do interior também pela necessidade de primeiramente criar bases sólidas no litoral e, além disso, concentrar o escasso material humano de que dispunha. Além disso, o autor salienta a inten ção urbana contida nas capitâneas, uma vez que os donatários recebiam de forma específica o poder de fundar centros urbanos, o que para ele demonstra certa expectativa de que isso ocorresse nas novas terras¹¹³.

* Da costa até onde o Tratado de Tordesilhas determinava posse portuguesa.

¹¹¹ CENTURIÃO, *opus cit.*, p. 182.

¹¹² *Ibid.*, p. 202.

¹¹³ *Ibid.*, p. 197.

Mesmo as feitorias já teriam esse caráter, pois *no caso de serem bem sucedidas, as feitorias poderiam converter-se em povoados e posteriormente em vilas (...) dando assim início a um processo mais estável de assentamento.*¹¹⁴ Manuel Teixeira e Margarida Valla¹¹⁵ atribuem justamente às feitorias a aproximação entre as fortificações e as cidades, tendo tido importante papel os engenheiros militares que não se ocupavam apenas em desenhar as fortificações, mas também as cidades.

No entanto, muitos foram os problemas que dificultaram o sucesso das capitânicas hereditárias enquanto forma administrativa. Os constantes conflitos com os indígenas e a falta de recursos para a manutenção das capitânicas influenciaram diretamente a instabilidade nos primeiros anos de ocupação, mas outra questão recorrente está ligada aos colonos e sua posição com relação aos donatários. Schwartz e Lockhart¹¹⁶ procuram salientar como no Brasil foram repetidas práticas já desenvolvidas por Portugal nas demais áreas ultramarinas e também na metrópole, especialmente durante o medievo. Para os autores, *os amplos poderes senhoriais dos donatários lembravam uma era já superada na Europa*¹¹⁷, condição esta que se chocava de frente com os interesses dos colonos alocados nas sesmarias, pois para esses, *o Brasil representava a mobilidade social por meio da aquisição de terras e da oportunidade de viver “nobrememente”*¹¹⁸, ou seja, *buscavam obter ascensão social no Brasil, e a condição encontrada, de submissão ao donatário, trazia descontentamento. Roberto C. Simonsen aponta também que a falta de um órgão coordenador das donatarias não permitia a sua cooperação; ao contrário, as hostilidades recíprocas vieram agravar ainda mais os males reinantes.*¹¹⁹

As capitânicas que obtiveram sucesso – São Vicente e Pernambuco – o fizeram a partir do plantio de cana-de-açúcar, do estabelecimento de engenhos e da aproximação com os indígenas, especialmente através da união de

¹¹⁴ Ibid, p. 185.

¹¹⁵ TEIXEIRA, *opus cit*, p. 215.

¹¹⁶ SCHWARTZ, *opus cit*, p. 222.

¹¹⁷ Ibid, p. 228.

¹¹⁸ Idem

¹¹⁹ SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 85.

europeus com mulheres nativas. No entanto, Schwartz e Lockhart afirmam que mesmo *quando bem-sucedidas, as capitânicas estavam condenadas a ser transitórias, por causa de sua natureza ambígua e dos objetivos conflitantes da coroa, dos donatários e dos colonos.*¹²⁰ Quanto a estes objetivos da coroa, cabe ser salientado o fato de esta manter em suas mãos o monopólio da exploração de pau-brasil e da venda de açúcar, sendo os donatários e colonos seus fornecedores, o que mantinha o controle econômico nas mãos reais, legando aos colonos a despesa da força colonizadora sem maiores possibilidades de crescimento.

Mesmo com o pouco êxito obtido pelas capitânicas hereditárias enquanto única frente de colonização, a implantação das lavouras de cana-de-açúcar e dos engenhos teve papel fundamental no que veio a ser o Brasil colonial. Com o desenvolvimento agrícola e o vislumbramento do mercado que poderia ser atingido pelo açúcar, a população branca aumentou, assim como os investimentos, como nos demonstra a preocupação na aquisição de escravos africanos para o trabalho nas lavouras de cana. Para Centurião, a partir da efetiva ocupação do litoral brasileiro, surgiu *um tipo específico de paisagem humana e social na colônia, desenhando o perfil, que não mais se alterou, de uma sociedade marcada pelo latifúndio e pela escravidão.*¹²¹

A instituição do governo geral na colônia portuguesa visava tornar presente a representação real e, conseqüentemente, através da centralização administrativa, impor controle aos acontecimentos da colônia, fiscalizar os donatários e fortalecer a defesa das novas terras, uma vez que a ameaça estrangeira não havia sido afastada com o início da colonização. Junto a isso, o potencial produtor demonstrado pelas capitânicas de São Vicente e Pernambuco serviu de estímulo para a coroa, a qual percebeu que *as possibilidades lucrativas do Brasil excediam em muito o simples estágio das feitorias comerciais de exploração.*¹²²

¹²⁰ SCHWARTZ, *opus cit*, p. 228.

¹²¹ CENTURIÃO, *opus cit*, p. 186.

¹²² SCHWARTZ, *opus cit*, p. 229.

O estabelecimento do governo geral no Brasil objetivava centralizar e aumentar o controle estatal sobre a colônia, embora Centurião defenda que a descentralização atribuída às capitanias fosse mais aparente que real o que podia ser demonstrado *através da coesão política e social mantida durante todo período colonial*.¹²³ Para isso foram concedidos ao primeiro governador-geral, Tomé de Souza, poderes que conflitavam ou até mesmo se sobrepunham aos anteriormente concedidos aos donatários, como a concessão de sesmarias que passou a caber ao governador-geral. Ainda foram instituídos os cargos de provedor e ouvidor-mor, encarregados respectivamente das questões financeiras e jurídicas da colônia, atribuições que também cabiam, anteriormente aos donatários. Dessa forma, fica perceptível a intenção da coroa de tomar das mãos de particulares os amplos poderes anteriormente concedidos.

Veio com o primeiro governador-geral a ordem¹²⁴ para a fundação da primeira cidade brasileira, Salvador, que deveria ser a sede do governo, na capitania da Bahia, da qual o donatário havia falecido e sua posse retornado ao rei português. Durante o período do terceiro governador-geral, Men de Sá foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565-67, no intento de proteger a região dos franceses que ali haviam se estabelecido e fundado a França Antártica. O Rio de Janeiro, após a expulsão dos franceses se tornou uma segunda capitania real. As cidades passaram a concentrar papel cada vez mais relevante na administração real, especialmente após o pleno estabelecimento do governo geral. A ordem para fundação de Salvador para ser centro administrativo vai ao encontro de tal perspectiva e, na análise de Nestor Goulart Reis Filho, citado por Centurião,

a intenção mais ampla contida no empenho urbanístico era de controlar o processo de dispersão que faz parte da ocupação de qualquer território virgem. Orientada pelos princípios de racionalidade administrativa própria do empreendimento colonial, buscava a Coroa eliminar na medida do possível, as incertezas da colonização por meio da tentativa de

¹²³ CENTURIÃO, *opus cit*, p. 197.

¹²⁴ Regimento trazido por Tomé de Sousa, que continha as determinações do rei a respeito das atribuições do governador geral e a determinação para a fundação da cidade de Salvador.

burocratização e rotinização da aventureira ocupação das terras do Brasil.¹²⁵

É necessário salientar que foi a partir do efetivo estabelecimento da administração real que a organização religiosa iniciou sua estruturação no Brasil, tendo vindo o padre Manoel da Nóbrega junto com Tomé de Souza para a colônia americana e iniciado o trabalho de aproximação e catequização dos nativos, bem como a regulação da sociedade colonial, dado que até então as relações com mulheres indígenas vinham sendo desenvolvidas de forma livre, em desacordo com a moral da época.

A partir da instalação da estrutura administrativa e jurídica portuguesa no Brasil, os padrões de colonização foram delineados. A fundação de cidades com função de centralizar a administração colonial tinha também a determinação de assegurar o controle sobre o potencial comercial que foi detectado através das capitanias e muito embora as cidades tenham, em um primeiro momento, ficado restritas à faixa costeira, seu papel enquanto ponto de controle já ficava claro. Quanto a esta primeira fase colonial, Schwartz e Lockhart defendem que

Na década de 1570 as principais características do Brasil português já haviam tomado forma. O governo real se estabeleceu, suplantando até certo ponto a fase anterior de iniciativa privada, mas a área de controle burocrático se limitava a uma faixa estreita ao longo da costa e às cercanias das pequenas vilas e cidades. O interior continuava, em grande parte, desconhecido, ainda um reino de tesouros míticos e perigo real por parte de grupos de indígenas independentes. As entradas de exploradores e caçadores de escravos ou de missionários às vezes penetravam profundamente no sertão, mas não existia controle efetivo naquelas áreas.¹²⁶

O delineamento geral da administração colonial portuguesa foi organizado no primeiro século de ocupação, tendo seu aspecto centralizador realmente aplicado a partir do estabelecimento do governo geral. A preocupação em ocupar a costa, deixando a exploração do interior em segundo plano foi igualmente uma marca deste primeiro século de colonização.

¹²⁵ REIS *apud* CENTURIÃO, p. 197-8.

¹²⁶ SCHWARTZ, *opus cit.*, p. 231.

Para o estudo da formação urbana no Brasil, é necessário ter em mente a preocupação constante da Coroa, aos tempos da colonização, em manter uma forte rede urbana na área costeira (...) só com a consolidação das redes urbanas litorâneas tornar-se-ia possível uma penetração segura e bem conduzida para as terras do interior, no qual se construiriam sucessivamente novas redes, que levariam o processo de interiorização num constante *continuum* de expansão em busca das riquezas minerais que os espanhóis já haviam encontrado no Peru.¹²⁷

Muito embora uma característica marcante do Brasil colonial tenha sido a monocultura produzida em grande escala visando à exportação, e por isso muitos autores, como Sérgio Buarque de Holanda¹²⁸, atribuem à realidade colonial um aspecto marcadamente rural, os centros urbanos tiveram grande importância no período colonial brasileiro, não apenas enquanto centros de controle da colônia, mas também enquanto pólos estreitamente ligados ao meio rural enquanto pontos de comercialização de produtos para os engenhos e mercados para os produtos provenientes das fazendas. A cidade do Brasil colônia vem sendo constantemente objeto de estudo historiográfico, lhe sendo atribuídas diferentes, e muitas vezes divergentes, características.

2.2.2 A cidade colonial brasileira: características da implantação e funcionamento

Com relação à cidade colonial no Brasil existe, de modo geral, uma tendência à comparação com o que é encontrado nas cidades da América espanhola. Sérgio Buarque de Holanda, no famoso texto “O semeador e o ladrilhador”, traça justamente uma comparação entre as cidades coloniais portuguesa e espanhola na América, atribuindo à primeira a desorganização e ruralização, e à segunda a rígida obediência à norma e racionalização do espaço, sendo esta, na opinião do autor, voltada de fato para o urbano. Logo na abertura do texto o autor já deixa claro suas idéias com relação ao modo português de edificar cidades no Brasil:

¹²⁷ CENTURIÃO, *opus cit*, p. 207-8.

¹²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão. (...) Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante criação de grandes núcleos de povoação estáveis e ordenados.¹²⁹

Outra discussão a respeito da cidade brasileira colonial que vem ganhando espaço no meio historiográfico pode ser encadeada à crítica de Buarque de Holanda quanto à forma de ver a cidade brasileira enquanto ordenada ou não, racional ou não. Reis Filho diz que sempre existiu na historiografia brasileira uma tendência a contar a história da urbanização brasileira como uma *história linear, na qual o processo seria muito precário e despojado, no passado, e estaríamos nos aperfeiçoando no presente, em direção à modernidade*,¹³⁰ e esta visão que Goulart critica e à qual estava ligado Buarque de Holanda é uma herança da historiografia do século XIX, da racionalidade exacerbada defendida no período, que tinha este entendimento de evolução permanente em direção ao futuro, ao devir, e na visão do autor, deve e tem sido revista pela historiografia atual.

Quanto à preferência portuguesa pelo espaço rural em detrimento do estabelecimento de cidades apontado por Buarque de Holanda, a própria atribuição de fundar povoados e vilas aos donatários é um fator que vai contra tal entendimento, como já foi referido. Além disso, autores como Centurião entendem o espaço rural na colônia portuguesa como intimamente ligado ao urbano em função de um projeto maior que era a empresa ultramarina portuguesa.

(...) o empreendimento rural posto em prática no Brasil, configurou-se como uma extensão do grande empreendimento econômico de caráter urbano, mercantil e moderno, do qual as

¹²⁹ HOLANDA, 2008, *opus cit*, p. 95-96.

¹³⁰ REIS, Nestor Goular. “As principais cidades e vilas do Brasil: importância da vida urbana colonial” IN: *Oceanos: A construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p. 61.

idades brasileiras foram uma extensão. Construída a economia rural brasileira, marcada em seus aspectos essenciais, a partir de centros urbanos dos quais emanava o mando e o poder, não poderia, ao menos estruturalmente, prevalecer sobre estes.¹³¹

A intenção urbanizadora portuguesa é reafirmada pelo historiador José Pessoa, para quem a *fundação de vilas é parte fundamental da estratégia de posse do território da América Portuguesa* porque a posse das terras descobertas gerava a *necessidade do estabelecimento de uma rede de povoamento e controle dos nós geográficos achados* os quais eram, na visão do autor, *os pousos mais seguros na terra inóspita*¹³². Além disso, no entendimento de Pessoa, a cidade representava de fato o eixo civilizador português, pois através dela *o colonizador submete a paisagem natural a um modelo próprio de projeto espacial* e no caso específico do Brasil, isso pode ser percebido nos próprios nomes dos assentamentos urbanos, tanto nos de nome português, como São Sebastião do Rio de Janeiro e tantas outras cidades e vilas com nomes de santos católicos, o que refletia a dominação cultural que se estava estabelecendo, quanto nos nomes mesclados com a língua tupi, como em Nossa Senhora da Ajuda de Jaquaripe. Baseado nisso, o autor afirma que *o batismo cristão não se restringe ao gentio catequizado, ele se estende ao território*¹³³, a posse cultural era assegurada junto com a territorial.

Já em relação à falta de normas na rede urbana colonial brasileira, muitos autores¹³⁴ atualmente defendem que não se tratava de falta de visão ou preocupação com a ordenação em um plano regular, mas sim da aplicação da própria tradição urbana portuguesa, com o modelo da cidade medieval tendo preponderância. Teixeira e Valla, com relação às cidades ultramarinas portuguesas em geral, argumentam sobre o padrão de suas formas que

Cada cidade colonial tinha características particulares, que as diferenciavam umas das outras, e que resultavam dos papéis

¹³¹ CENTURIÃO, *opus cit*, p. 184.

¹³² PESSOA, José. “Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos de urbanização na América Portuguesa”. IN: *Oceanos: A construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p. 71.

¹³³ PESSOA, *opus cit*, p. 72.

¹³⁴ Luís Ricardo Michaelsen Centurião, Manuel C. Teixeira, André Lemoine Neves, Luísa Rocca.

específicos que estavam destinadas a cumprir e das diferentes condições materiais e culturais com que se confrontavam. Ao mesmo tempo, porém, todas estas cidades partilhavam os mesmo modelos de referência, o que lhes dava uma identidade comum e um inquestionável caráter português.¹³⁵

No caso da cidade voltada para a centralização do poder, a cidade administrativa, esta era caracterizada pela ligação entre as regiões que a circundavam, funcionando como pólo de autoridade de onde emanavam as leis e que se responsabilizava pela coleta de impostos. Além disso, o papel com relação ao comércio, embora não fosse necessariamente papel da cidade administrativa, era também por ela exercido, ao passo que a tributação do comércio também passava por ela, assim como o controle dos produtos que eram importados e exportados lhe diziam respeito. Quanto ao modelo que servia de exemplo para as cidade coloniais fundadas por Portugal, Teixeira e Valla afirmam que

Nas primeiras fases de desenvolvimento, em que a lenta estruturação dos aglomerados urbanos era muitas vezes deixada ao cuidado dos seus próprios habitantes, os modelos de referência eram os da cidade portuguesa medieval, que estes conheciam através da sua própria experiência de vida e que em cada sítio eram adaptados às condições locais. Mesmo quando planeadas de início segundo uma estrutura regular, como era muitas vezes o caso, estas cidades tinham os seus modelos não na cidade ideal renascentista mas antes nos traçados regulares das cidades medievais portuguesas.¹³⁶

Neste sentido, podemos afirmar, de acordo com Teixeira e Valla que o traçado das primeiras cidades brasileiras tinha suas raízes na tradição vernácula urbana, devendo ser considerada a premissa de adequação ao local escolhido para a edificação da cidade, fator que sempre foi levado em consideração e que muitas vezes provocou a atribuição de desordem à cidade colonial brasileira. Os autores argumentam que a *aparente desordem era efectivamente regida por princípios que, embora não codificados num conjunto explícito de regras, eram parte rica da tradição urbana.*¹³⁷ É necessário ser observado o caráter experimental e não oficial que as primeiras cidades

¹³⁵ TEIXEIRA, *opus cit*, p. 215.

¹³⁶ *Ibid*, p. 216.

¹³⁷ *Idem*. .

fundadas no Brasil tinham, uma vez que a incumbência de sua edificação cabia aos donatários. Após a implantação do Governo Geral, a cidade portuguesa no Brasil passa a ter um controle maior, inclusive no que tange à sua forma.

Outro ponto de constante comparação com relação à colonização promovida pelos espanhóis na América é justamente com relação ao conjunto de leis que estabelecia padrões para administração colonial, incluindo determinações e recomendações com relação ao estabelecimento de assentamentos urbanos. Muito embora os espanhóis dispusessem de suas *Leyes de las Índias*, estas ainda não estavam em vigor no primeiro século de colonização, especialmente no período da conquista dos grandes impérios pré-colombianos, quando considerável parte das cidades coloniais foi fundada e edificada. Rocca, partindo do que consta no Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas Y Urbanismo – CEHOPU –, afirma que no caso espanhol, a prática precedeu à norma ao passo que as *Leyes* sintetizavam *um conhecimento teórico e uma prática já implantada legitimando então a experiência e estabelecendo, a posteriori, as pautas para as futuras fundações.*

138

No caso português não existe um conjunto de leis organizadas com o propósito de orientar estritamente o processo colonizador e a ocupação. Também inexistem orientações gerais com relação às cidades como encontramos na América espanhola. O que a administração lusitana nos apresenta são as Ordenações Afonsinas e Manuelinas, de 1447 e 1521, respectivamente, que ao longo de seus muitos títulos apenas demonstram a preocupação portuguesa em relação às condições sanitárias e funcionais da cidade, constantes nas Ordenações Afonsinas, e com relação à constituição global da cidade e valorização estética, encontradas nas Ordenações Manuelinas. Porém, tais contribuições não são voltadas especificamente para novas fundações. Para Paulo Santos, não obstante as Ordenações não estivessem voltadas necessariamente para a fundação de cidades, estas *eram consideradas cada qual como um caso particular, a exigir determinações*

¹³⁸ ROCCA, *opus cit*, p. 174.

específicas, que podiam variar de cidade para cidade. Mas, com frequência, os preceitos contidos nas cartas régias, que tratavam da fundação de vilas e cidades, iam passando de umas para as outras e constituindo-se em corpo de doutrina. ¹³⁹ Analisando-se pelo prisma de que as determinações para fundação e edificação de cidades foram constituindo um conjunto de orientações ao longo do tempo, podemos afirmar que, de certa forma, a postura portuguesa em relação às cidades não era tão oposta à espanhola, dado que esta teve a normatização de suas premissas colonizadoras determinadas ao longo de suas primeiras décadas de colonização, também sendo caracterizada pela experimentação. Talvez uma das grandes diferenciações entre os dois modelos seja a maior maleabilidade apresentada pelos portugueses no que diz respeito às realidades locais e consequentes necessidades de adaptação.

Ainda em relação ao corpo de leis e normas portuguesas, as Ordenações eram complementadas por outros documentos legais, como os Regimentos, as Cartas Régias e Forais, que embora subordinadas às Ordenações reais, continham especificidades. Em relação ao caráter das Ordenações reais, Teixeira e Valla afirmam que *ainda que nem sempre se ajustassem completamente às particularidades da vida da colônia, as Ordenações reais portuguesas constituíam a base de todo ordenamento jurídico brasileiro, incluindo a legislação que respeitava à vida urbana.* ¹⁴⁰

Os Regimentos, Cartas Régias e Forais destinavam-se, portanto, a complementar as Ordenações, sendo que o primeiro consistia na sistematização de determinações relativas a situações e/ou circunscrições territoriais determinadas, já as Cartas Régias eram determinações reais específicas. No caso das cidades brasileiras, as Cartas Régias eram dirigidas aos governadores, capitães-gerais e ouvidores, ordenando a fundação de vilas e cidades, e por vezes apresentavam determinações urbanísticas e arquitetônicas. Já os Forais tinham caráter mais burocrático, estabelecendo questões relacionadas aos tributos e ao direito. Além de todos estes

¹³⁹ SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 47.

¹⁴⁰ TEIXEIRA, *opus cit*, p. 220.

documentos anteriormente citados, no âmbito local existiam as Câmaras Municipais, que não apenas distribuíam os lotes urbanos como também, em alguns casos como São Paulo, controlavam a edificação de casas, que só podia ser feita perante sua autorização. As Câmaras expediam os códigos de Postura, os quais determinavam uma série de questões relativas aos espaços públicos, funcionamento de estabelecimentos e higiene.

Do primeiro século de colonização datam os Regimentos e Forais que determinaram a fundação de cidades importantes como Salvador e Rio de Janeiro. Estas duas são exemplos das cidades reais, que eram promovidas diretamente pela Coroa e apresentavam não apenas maiores dimensões quando comparadas às demais, mas também maior planejamento, tendo *traçados urbanos regulares inspirados nos ideais renascentistas* cumprindo de forma mais adequada os *objectivos de controlo do território e de afirmação do poder real que estavam por detrás da fundação destas cidades*.¹⁴¹

A fundação de Salvador da Bahia de Todos os Santos veio determinada no Regimento de Tomé de Souza, de 1548, então governador-geral do Brasil. Neste regimento encontramos expressas preocupações da Coroa com a fundação e estruturação urbanística da cidade, a salubridade do local escolhido, as condições de defesa e abastecimento, a qualidade das terras para agricultura, a disponibilidade de materiais de construção e água potável.

Eu, el-rei, faço saber a vós, Tomé de Souza, fidalgo de minha casa que, vendo eu quanto serviço de Deus, e meu, é conservar e enobrecer as capitánias e povoações das terras do Brasil, e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exalçamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles, ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente, para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar Justiça e prover nas coisas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda e a bem das partes, e por ser informado que a Bahia de Todos-os-Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento, assim pela disposição do porto e rios que nela entram, como pela

¹⁴¹ Ibid, p. 218.

bondade, abastança e saúde da terra, e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita Bahia se faça a dita povoação e assento, e para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições e todo o mais que for necessário, e pela muita confiança que tenho em vós, que em caso de tal qualidade e de tanta importância me saberes servir, com aquela fidelidade e diligência que se, para isso, requerer, hei por bem de vos enviar por governador às ditas terras do Brasil, no qual cargo e, assim, no fazer da dita fortaleza, tereis a maneira seguinte da qual for fortaleza e terra da Bahia vós haveis de ser capitão.¹⁴²

No texto escrito por Dom João III ficam perceptíveis algumas características que diferenciam o modo português para determinar a edificação urbana da forma espanhola, previamente analisada. As recomendações não são específicas como as encontradas nas Leis das Índias, apenas lembram a importância de alguns elementos, como o porto, cuja existência deve ser observada, preocupação esta claramente voltada para a facilidade de contato com a Europa e para as possibilidades comerciais. O caráter oficial e administrativo da cidade de Salvador fica explicitado no texto, com a futura cidade ficando encarregada de centralizar atividades de justiça e proteção dos demais povoados. No sétimo item do regimento, o rei português aborda outros pontos relacionados ao sítio onde seria construída a cidade.

(...) E, portanto, vos encomendo e mando que como tiverdes pacífica a terra vejais com pessoas que o bem entendam o lugar que será mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte e que se possa bem defender e que tenha a disposição e qualidades para aí por o tempo em diante se ir fazendo uma povoação grande e tal (qual) convém que seja, para dela se proverem as outras capitánias como com a ajuda de Nosso Senhor espero que esta seja e deve de ser em sítio sadio e de bons ares e que tenha abastança de águas e porto em que bem possam amarar os navios e vararem se quando cumprir, porque todas estas qualidades ou as mais delas que puderem ser, cumpre que tenha a dita fortaleza e povoação por assim ter assentado que dela se favoreçam e provejam todas as terras do Brasil, e no sítio que vós melhor parecer ordenareis que se faça uma fortaleza da grandura e feição que a requerer o lugar em que a fizerdes, conformando-vos com as traças e amostras que levais praticando com os oficiais que para isso lá mando e com quaisquer outras pessoas que o bem entendam e para esta obra vão em vossa companhia alguns oficiais,

¹⁴² “Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, Almeirin, 1548, dezembro, 17” IN: TAPAJÓS, Vicente da Costa Cantos. *História administrativa do Brasil: A política administrativa de D. João III*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 203.

assim pedreiros e carpinteiros (...) e como na dita fortaleza for feita tanta obra que vos pareça, que seguramente vos podereis nela recolher e agasalhar com a gente que levais, vos passareis a ela, deixando, porém na dita cerca, que está feita alguma gente que baste para a povoar e defender.¹⁴³

A preocupação com a defesa da cidade fica bastante visível no regimento, não apenas na orientação para escola do local, mas também na recomendação de fortificação da cidade. Tal preocupação era proveniente da importância estratégica que teria a futura cidade, especialmente em um período em que incursões estrangeiras eram uma constante na colônia portuguesa. Outros elementos ainda são perceptíveis, como importância da disponibilidade de água e a salubridade do terreno, não apenas por ser um lugar que seria habitado por um número relativamente alto de pessoas, mas provavelmente também para o cultivo imediato de produtos para o sustento da população.

As amostras referenciadas por Dom João III foram trazidas por Luís Dias, o arquiteto que veio junto com a armada e nomeado “Mestre da Fortaleza e Obras de Salvador”. Os modelos trazidos por Luís Dias eram de autoria de Miguel Arruda, que havia trabalhado nas obras de fortificação de Ceuta. Teixeira e Valla nos lembram da influência que a tratadística renascentista teve em Portugal através dos tratados de fortificações, servindo de incentivo para a criação de escolas práticas. No âmbito colonial, os arquitetos e engenheiros formados tanto em Portugal quanto na Itália, estes especialmente ainda durante o século XVI, desempenharam importante papel por causa da necessidade que se apresentava em pessoas responsáveis por supervisionar as obras de fortificação e urbanismo. No século XVII estes técnicos eram intitulados “engenheiros-militares” e tinham alargada ação de intervenção em projetos arquitetônicos e militares, em especial nas cidades reais, onde a jurisdição real era mais direta e efetiva. O papel dos engenheiros militares cresceu ao longo do século XVII, e no XVIII eles passaram a ter preponderante importância nos projetos de reformas e retificação das cidades desenvolvidas por Dom João V e pelo Marquês do Pombal.

¹⁴³ “Regimento que levou Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, Almeirin, 1548, dezembro, 17” *opus cit*, p. 205.

Além de Salvador, outras cidades reais foram fundadas entre os anos de 1532 e 1650, período ao qual muitas vezes se atribui além de falta de fontes, como uma fase de inexistência de preocupação com regularidade no traçado e mera reprodução da cidade portuguesa¹⁴⁴. No referido período foram fundadas no Brasil 37 cidades e vilas, das quais sete* foram iniciativas diretas da Coroa, o que demonstra a intenção de controle mais direto por parte desta. Com tal idéia corrobora Reis Filho, ao afirmar que *a política iniciada com a fundação de Salvador em 1549, tem continuidade com a construção do Rio de Janeiro e, no século XVII, de São Luís e Belém (...) centros que seriam as cabeças da rede urbana em suas regiões e constituem parcelas de território sob a responsabilidade direta da Coroa*¹⁴⁵. Salvador, além de ter sido a primeira cidade brasileira e construída com a determinação de ser capital com finalidade de centralizar o poder, apresenta certa regularidade, de acordo com a preocupação demonstrada por Dom João no regimento de Tomé de Souza.

Localizada na costa, tendo um porto natural disponível, Salvador atendia às recomendações reais. Teixeira e Valla dizem que a cidade *estruturou-se a partir de um binômio cidade-burgo: a cidade alta dos poderes civis e eclesiásticos, a cidade baixa dos mercadores*¹⁴⁶, em uma estrutura semelhante ainda às cidades medievais portuguesas, mas com a preocupação da regularidade do plano. Muito embora a parte baixa da cidade tenha sido construída e desenvolvida primeiro, eram destinadas à parte alta as amostras trazidas por Luís Dias, onde seriam estabelecidos os edifícios administrativos. Porém, nesta época, uma dos elementos mais importantes da cidade era a muralha que a fortificava, portanto, Dias primeiramente edificou a fortificação ao redor da cidade e após moldou a cidade em si, de acordo com o perímetro das fortificações e com as condições topográficas do terreno, resultando disso uma *malha regular, mas não perfeitamente ortogonal*.¹⁴⁷ Outro elemento

¹⁴⁴ André Lemoine Neves.

* Salvador da Bahia de Todos os Santos, São Sebastião do Rio de Janeiro, Filipéia de Nossa Senhora das Neves, São Luís de Maranhão, Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio, Nossa Senhora de Belém e Olinda, que inicialmente foi fundada como vila e depois elevada a cidade.

¹⁴⁵ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & CIA. LTDA, 1968, p. 68.

¹⁴⁶ TEIXEIRA, *opus cit*, p. 225.

¹⁴⁷ Idem.

importante na cidade de Salvador era a praça, e aqui vemos uma grande diferença em relação ao encontrado nas cidades coloniais espanholas na América, pois a praça do Palácio em Salvador, embora fosse o centro administrativo da cidade e conseqüente pólo aglutinador do crescimento urbano, foi projetada numa posição lateral em relação ao núcleo inicial da cidade, não estando em posição central, nem representando o elemento gerador de constituição da malha urbana, oposta à praça hispano-americana que desempenhava essa função.



Figura 21: Salvador, 1605. Traçado regular, com adaptações ao terreno.

Fonte: Reis, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo : Edusp, 2000, p. 18.

Gabriel Soares de Sousa, português que viveu na capitania da Bahia no século XVI, fez uma série de descrições de Salvador, desde a população até a disposição das casas e os usos que eram dados à praça principal. Descreveu o processo de fundação e edificação da cidade, relatando desde a escolha do terreno por Tomé de Souza, que *mandou descobrir a terra bem, e achou que defronte do mesmo porto era melhor sítio que por ali havia para edificar a cidade, e por respeito do porto assentou que não convinha fortificar-se no porto de Vila Velha, por defronte desse porto estar uma grande fonte, bem à borda da água que servia para aguada dos navios e serviço da cidade.*¹⁴⁸ Quanto a construção da fortificação, nos informa Soares que Tomé de Souza fez *primeiro uma cerca muito forte de pau a pique, para os trabalhadores e soldados*

¹⁴⁸ SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, p. 129.

*poderem estar seguros do gentio. Como foi acabada, arrumou a cidade dela para dentro, arruando-a por boa ordem com as casas cobertas de palma, ao modo do gentio.*¹⁴⁹ Estes muros aos quais se refere Soares, que Luis Dias teve o cuidado em construir de imediato na cidade, trinta anos depois da fundação de Salvador já não existiam, como bem descreve o autor julgando serem os motivos a falta de preocupação por parte dos governadores-gerais e o crescimento da cidade.

a qual cidade foi murada e torreada em tempo do governador Tomé de Sousa, que a edificou, como atrás fica dito, cujos muros se vieram ao chão por serem de taipa e se não repararem nunca, no que se descuidaram os governadores, pelo que êles sabem, ou por se a cidade ir estendendo muito por fora dos muros; e, seja pelo que fôr, agora não há memória aonde eles estiveram.¹⁵⁰

A cidade passou por várias ampliações e modificações, além da reconstrução da muralha. Com relação aos aspectos gerais, é visível a influência da tradição medieval portuguesa, no entanto, a busca de regularização da malha urbana transparece a influência renascentista, mesmo que de forma limitada, ao passo que a tradicional adaptação à realidade topográfica imperou. Teixeira e Valla atribuem o *pragmatismo das soluções adotadas* como uma das características do urbanismo desenvolvido pelos portugueses no Brasil, considerando claramente a influência renascentista trazida, segundo eles, principalmente pelos engenheiros militares, que já tiveram participação na fundação desta primeira cidade brasileira.

Outra cidade fundada durante o século XVI que merece ser referida é São Sebastião do Rio de Janeiro. Tendo sua fundação inicial no morro Cara de Cão, durante a invasão francesa, que ocupou a baía, e depois sido transferida para o morro de São Januário,¹⁵¹ apresenta a característica medieval de fundação no alto, mas teve progressiva regularização do traçado conforme se deu seu crescimento em direção à várzea, que tinha terreno alagadiço e pantanoso e sua ocupação dependeu da secagem dos terrenos. A fundação do

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Ibid, p. 133.

¹⁵¹ SANTOS, *opus cit*, p. 48.

Rio de Janeiro ocorreu de fato em 1570, após a expulsão dos franceses e a partir de determinação real, e sua função inicial era no sentido de estabelecer o controle da região, através do estabelecimento de um governo dual no Brasil em 1572, com a sua segunda sede na cidade que ficava ao sul. Porém, em 1577 Salvador voltou a ser a única capital brasileira.

O local escolhido para a fundação do Rio de Janeiro apresentava ampla baía abrigada, boas condições enquanto porto natural e proteção dos extremos da baía pelos morros, o que assegurava a defesa da cidade. Quanto à ocupação do terreno, a cidade apresentava uma estrada ao longo da costa, a qual estruturava a ocupação, ligando núcleos habitacionais, fortes, capelas, e demais elementos citadinos. A malha ortogonal se desenvolveu a partir desta rua costeira, de onde saíam ruas paralelas em direção ao interior da cidade e, conforme a cidade ia se expandindo, outras ruas paralelas à primeira iam adentrando o território. Para Teixeira e Valla, essa constituição do plano do Rio de Janeiro reflete a experiência em outras cidades insulares, edificadas anteriormente, como as encontradas na Ilha da Madeira e Açores.

Esta é a estrutura básica que se pode observar em qualquer destas cidades insulares e no Rio de Janeiro, e que obviamente denota a existência de uma experiência urbanizadora e de uma tradição que se vai consolidando e transmitindo ao longo do tempo, em diferentes condições geográficas.¹⁵²

A evolução do traçado do Rio de Janeiro contou, assim como Salvador, com o trabalho de engenheiros militares que dominavam a arte urbanística, como o francês Miguel de L'Escol. A partir da breve análise da constituição destes dois exemplos de cidades do século XVI podemos depreender que existia não apenas uma intenção urbana por parte da coroa portuguesa, mas também preocupação e observância da tradição no processo de edificação destas. Desde o princípio a ocupação do Brasil apresentou caráter urbano, e o fato de considerável parcela dos senhores de engenho e grandes fazendeiros manterem residência nas cidades e núcleos de povoação nos demonstra que a

¹⁵² TEIXEIRA, *opus cit*, p. 229.

ligação entre campo e cidade era forte¹⁵³. Disto podemos perceber igualmente outra aproximação com a realidade hispano-americana, uma vez que naquelas colônias esta relação campo-cidade também era marcadamente forte, com a relevante diferença de que a Coroa espanhola exigia de seus colonos a manutenção de residências nas cidades, algo que não encontramos na realidade brasileira.



Figura 22: Rio de Janeiro, meados do século XVI. Planta com núcleo inicial de povoamento.
Fonte: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII- XVIII – Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 241.

¹⁵³ REIS FILHO, *opus cit*, p. 97.



Figura 23: Rio de Janeiro, 1713. Planta da cidade com as fortificações. Crescimento já havia extrapolado o núcleo inicial.

Fonte: TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII- XVIII – Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 249.

As cidades em expansão no Brasil colônia devem ser analisadas ainda com relação ao sucesso de muitas ocasionado pelo crescimento populacional e o contínuo aumento da complexidade produtiva, o que tinha por consequência o desenvolvimento cada vez mais rápido e positivo do comércio, reforçando outra função preponderante que a cidade colonial brasileira tinha, o desenrolar das atividades comerciais da colônia.

De qualquer forma, a retificação dos traçados urbanos brasileiros é mais identificável a partir das passagens do século XVI para o XVII e daí em diante. Não por acaso temos neste período o estabelecimento da União Ibérica, de 1580 até 1640, em que o rei da Espanha também governou Portugal, trazendo certa influência espanhola para a administração portuguesa e, em consequência, nas políticas de ocupação territorial e planejamento urbano. Centurião faz referência a este fato identificando duas etapas de ocupação territorial, identificando-as como a primeira correspondendo ao *período de*

*instalação das capitâneas, e a segunda, ao período filipino, o primeiro já tendo sido examinado, cabe aqui colocar que o segundo correspondeu a um momento de significativa penetração territorial e fundação de núcleos populacionais.*¹⁵⁴

¹⁵⁴ CENTURIÃO, *opus cit.*, -*--*p. 196.

3 CIDADES DO NORTE: A UNIÃO IBÉRICA REDIMENSIONA O ESPAÇO COLONIAL

A questão política de maior relevância e impacto do final do século XVI em Portugal foi o falecimento de Dom Sebastião em 4 de agosto de 1578, durante a batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos, que deixou Portugal sem um herdeiro legítimo do trono, uma vez que Dom Sebastião era solteiro. O trono foi então assumido pelo cardeal Dom Henrique, tio-avô de Dom Sebastião e que havia sido seu regente até a maioridade. No entanto, a questão sucessória não se resolveu, pois Dom Henrique não obteve liberação da igreja para abdicar de seus votos eclesiásticos e casar para ter herdeiro legítimo, no intuito de dar continuidade à Dinastia de Avis. Dessa forma, com sua morte em 31 de janeiro de 1580 o trono português ficou vago e se transformou em objeto de disputa.

Dentre os candidatos a assumir o trono português estavam D. Catarina, duquesa de Bragança, Dom Antônio, Prior do Crato, ambos netos de Dom Manuel I e Filipe II de Espanha, neto de Dom Manuel I por sua mãe, que era a primogênita do falecido rei português. Não apenas a primogenitura da mãe de Filipe II contou de forma determinante, mas sim seu poder bélico, o qual foi apresentado como recurso para a resolução da sucessão. A força política e militar de Filipe II era proveniente das possessões que havia herdado de seu pai, Carlos V, tendo como possessões reais espanholas as colônias espanholas na América e Ásia, os Países Baixos, o Franco Condado e as possessões italianas.

A vitória de Filipe II levou a um arranjo político entre a Espanha e as Cortes de Tomar, em abril de 1581, onde a União Ibérica foi oficialmente

constituída e Filipe II de Espanha passou a ser também Filipe I de Portugal¹⁵⁵. A monarquia dual ficou estabelecida nas Cortes de Tomar, seguindo o mesmo modelo adotado pelo Reino da Escócia e da Inglaterra, onde as duas coroas passaram a ter uma união pessoal da monarquia, ficando assegurada a autonomia portuguesa diante da garantia de que Portugal não seria anexado por Castela e que suas leis e costumes seriam respeitados e mantidos. Além disso, ficou garantido que as colônias permaneceriam sob administração portuguesa, bem como os cargos públicos continuariam sendo ocupados por cidadãos de Portugal. Entretanto, a autonomia solicitada pelas Cortes de Tomar não foi, de acordo com Tereza Cristina Laurentys, atendida plenamente, ao passo que a nomeação de um vice-rei por Filipe II demonstra que *já tornaria explícita a dependência de Portugal em relação ao reino espanhol e a inexistência efetiva de uma autonomia absoluta*¹⁵⁶. Não obstante, a autora ainda aponta o Conselho de Portugal, com sede em Madri, onde eram discutidas *todas as questões realmente relevantes sobre o reino tutelado*,¹⁵⁷ as Ordenações Filipinas eram as leis que abrangiam o império português, e os Conselhos de Estado e da Fazenda, ambos tinham secretários especiais espanhóis para assuntos coloniais.

3.1. A UNIÃO IBÉRICA E A CIDADE COLONIAL BRASILEIRA

Buarque de Holanda, ao enumerar as modificações percebidas na colônia brasileira, questiona a verdadeira natureza destas mudanças, atribuindo-as a possíveis coincidências sem, no entanto arriscar um posicionamento efetivo.

Não há que negar a coincidência do período dos Filipes no Brasil com a mudança na orientação da colonização e da penetração. Coincide com o sistema espanhol de colonização

¹⁵⁵ Joaquim Veríssimo Serrão discorda de tal denominação pois os reis espanhóis não constituíram de fato uma dinastia em Portugal ao passo que terem sido aclamados reis pelas cortes *não chega para integrar num quadro dinástico figuras que tiveram realeza própria noutra país*. Nesse sentido, o autor afirma que a denominação que deve ser adotada é a destes reis enquanto soberanos espanhóis e não portugueses.

¹⁵⁶ LAURENTYS, Tereza Cristina. *Memória e história: o imaginário da invasão holandesa a Salvador (1624)* – Dissertação de Mestrado – PPGH/PUCRS, 2002, p. 18.

¹⁵⁷ LAURENTYS, *opus cit*, p. 18.

mais no interior, a mudança no sentido de penetração colonizadora do Brasil. Coincide o período dos Filipes com o incremento da expansão provocada pelo gado, com a penetração e a conquista do Nordeste, com a expulsão dos franceses, com o impulso que irá provocar o bandeirismo. Quais os motivos de todos esses acontecimentos? Norma “política” espanhola para o Brasil ou simples ausência de uma política colonial propriamente dita para o Brasil e por isso capaz de impedir o natural desenvolvimento da penetração e da expansão partindo dos pontos iniciais de colonização?¹⁵⁸

De fato, qualquer afirmação a respeito das modificações detectadas na política colonizadora para o Brasil durante o período filipino pode ser arriscada, especialmente devido à escassez documental. No entanto, é inegável que a ocupação adentrou o interior e com ela levou o aparato administrativo e burocrático, expandindo o processo civilizador no território americano através das cidades e vilas fundadas durante o período da União Ibérica.

Muito embora autores como Brasil Bandecchi afirmem que com a União Ibérica, *administrativamente, o Brasil não sofreu nenhuma modificação, pois que se mantinha na sua organização e sob as mesmas leis, regimentos etc. que aqui eram aplicados antes de Filipe II ser aclamado rei da Lusitânia*,¹⁵⁹ a colônia portuguesa sofreu interferências e influência da administração filipina ao longo dos sessenta anos em que esta se fez presente no Brasil, sendo as principais a progressiva centralização e a interiorização.

Porém, a política internacional espanhola também teve grande peso sobre o Brasil. Caio Boschi nos adverte que *a análise da temática da União Ibérica cumpre ser alargada e entendida como questão internacional, exigindo, assim, também, o conhecimento e a análise verticais da realidade histórica da Inglaterra, da França, da Alemanha e dos Países Baixos em fins de Quinhentos*,¹⁶⁰ uma vez que o contexto europeu foi responsável por uma considerável parcela dos acontecimentos que envolveram Portugal, e

¹⁵⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1976, p.180-181.

¹⁵⁹ BANDECCHI, Brasil. *História econômica e administrativa do Brasil*. São Paulo: Ed. Didática Irradiante S/A, 1970, p. 35.

¹⁶⁰ BOSCHI, Caio. “O advento do domínio filipino do Brasil” IN: VENTURA, Maria da Graça M. (org). *A União Ibérica e o mundo atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 163.

consequentemente o Brasil, em beligerâncias com estas nações devido à sua ligação política com a Espanha.

Em decorrência da política imperialista espanhola e da extensão de suas possessões, conflitos militares e políticos eram continuamente deflagrados. Além disso, a questão religiosa também se colocava como constante motivo de atrito entre a Espanha católica e outras nações, como a Inglaterra anglicana. A região dos Países Baixos encontrava-se em luta contra a Espanha buscando independência e liberdade religiosa, pois haviam aderido ao protestantismo. No período em que a União Ibérica foi estabelecida, o conflito nos Países Baixos ainda estava se desenvolvendo, tendo terminado com a perda dos territórios por parte da Espanha.

O conflito com a Holanda foi o que trouxe mais consequências diretas para o Brasil durante o período filipino. Após o estabelecimento das lavouras de cana-de-açúcar no Brasil, a Holanda era um importante consumidor e parceiro comercial de Portugal. No entanto, em decorrência do atrelamento político português à Espanha, os portos do império português foram fechados aos navios holandeses em 1594, o que, segundo Laurentys, *forçou uma reorientação das táticas holandesas para a obtenção daqueles produtos que lhe eram importantes na sua lógica mercantil*,¹⁶¹ sendo esta reorientação a intensificação do contrabando e o projeto de invasão e conquista de territórios americanos. A constituição da Companhia das Índias Orientais, em 1602, e da Companhia das Índias Ocidentais, em 1621, representam marcos da intenção expansionista batava.

Laurentys aponta alguns argumentos que levaram a Holanda a escolher o Brasil como local para a ocupação em terras americanas, desde o potencial econômico e produtivo brasileiro e a boa localização geográfica das cidades mais importantes no litoral, até a possível insatisfação dos colonos com a administração espanhola. Além disso, podemos apontar o estágio de desenvolvimento urbano e a ocupação territorial como fatores favoráveis aos

¹⁶¹ LAURENTYS, *opus cit*, p. 21.

holandeses, uma vez que Salvador, então capital da colônia brasileira, contava com estrutura urbana relevante e sua dominação proporcionaria ótima base para o posterior domínio da região. Dessa forma, a primeira tentativa holandesa ocorreu na capitania da Bahia, em Salvador, em 1624. No entanto, estes foram expulsos no ano seguinte.

A tentativa seguinte, em 1630, ocorreu em Pernambuco, onde os holandeses permaneceram por um período relativamente longo, tendo sido expulsos apenas em 1654, já depois da Restauração portuguesa. A escolha de Pernambuco resultou da riqueza de seus engenhos e da maior vulnerabilidade defensiva local, o que atendia aos objetivos batavos de restabelecer o comércio do açúcar. Os holandeses se estabeleceram em Recife, onde organizaram a administração de sua nova colônia.

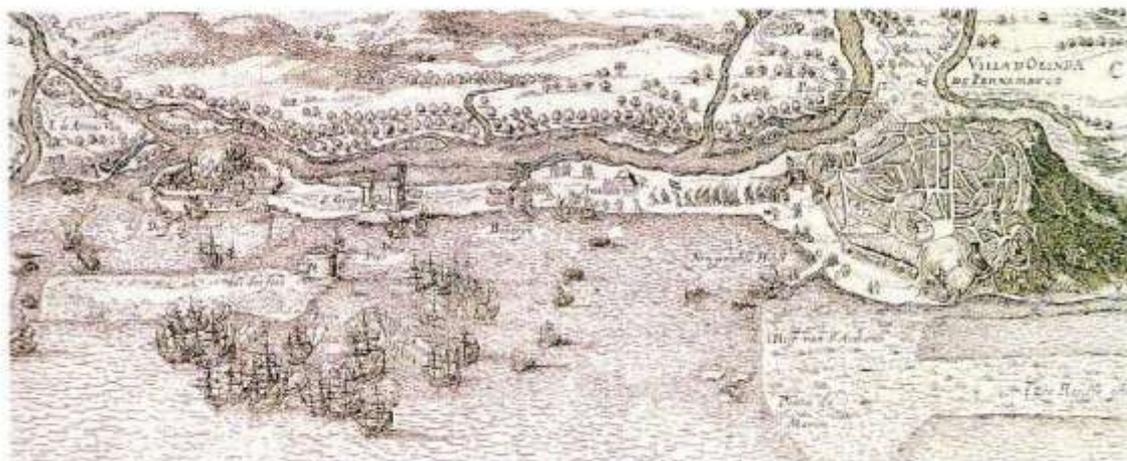


Figura 24: Villa d'Olinda de Pernambuco, numa gravura que representa a tomada da vila pelos holandeses. Pormenor da gravura holandesa de autor desconhecido, c. 1630, incluída na carta do General Hendrick C. Lonck.

Fonte: MENEZES, José Luís Mota. “Olinda e Recife: 1537-1650”. IN: *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p.138.

Recife surgiu como um povoado perto da vila de Olinda e até a década de 1630, sua população era de cerca de duzentos habitantes. José Luís Mota Menezes¹⁶² afirma que Recife passou a ter sua população aumentada a partir de 1631, com o incêndio de Olinda. Sob o domínio holandês, a cidade de Recife conheceu considerável desenvolvimento, especialmente no plano

¹⁶² MENEZES, José Luís Mota. “Olinda e Recife: 1537-1650”. IN: *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p.136-150.

urbano, que foi remodelado através de obras de retificação das ruas, saneamento e da construção de canais de drenagem dos terrenos alagadiços. Heloísa Meireles Gesteira afirma que as modificações porque passou a cidade durante a permanência holandesa *fez com que alguns trechos da paisagem urbana do Recife lembrassem a paisagem do norte da Europa*¹⁶³

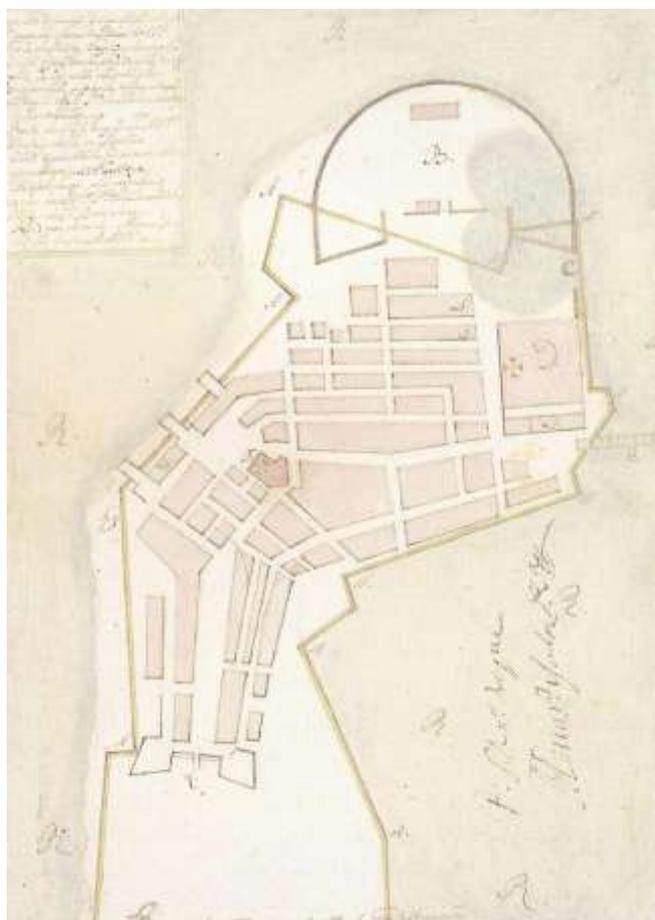


Figura 25: Planta do Bairro de Recife. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, 1733. Nota-se a regularidade das quadras, embora a malha necessite se adaptar ao terreno irregular.

Fonte: Reis, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo : Edusp, 2000, p 95.

Recife foi a residência inicial do conde Maurício da Nassau. Mas assim que os confrontos bélicos pelo domínio da região cessaram, o conde deu início à construção da Cidade Maurícia, que passou a ser a sede de seu governo. Construir uma cidade em espaço colonial implicava não só no controle sobre a

¹⁶³ GESTEIRA, Heloísa Meireles. “O Recife Holandês: História natural e colonização neerlandesa (1624-1654)” IN: *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.8, 2004, disponível em http://www.sbh.org.br/pdfs/revistas_anteriores/2004/1/artigos_1.pdf, acesso em 20/11/2010, p. 8.

região, como também a domesticação da natureza selvagem, como podemos notar através dos desafios enfrentados pelos neerlandeses para construir a Cidade Maurícia em um terreno alagadiço e até então pouco habitado.

A sede do governo holandês trouxe fortes ares barrocos ao nordeste brasileiro, contrastando com as cidades que ali existiam, uma vez que a busca pela regularidade de traçado, mesmo estando presente em partes das cidades coloniais brasileiras construídas pelos portugueses, não era ainda tão uniformemente controlada. Além disso, o aspecto cortesão atribuído à cidade, com arquitetura e requintes europeus dava um aspecto ordenado e hierarquizado à cidade, ligando-a de forma íntima à tradição européia. Sobre esta cidade cortesã fundada por Nassau, Gesteira aponta ser um local de *recepção da cultura européia, criando, na América, uma dicotomia: o interior era sinônimo de barbárie e a cidade símbolo de civilização.*¹⁶⁴

Nassau mandou construir uma ponte que ligava a Cidade Maurícia a Recife, no intuito de integrar as duas regiões e manter o controle político e administrativo. O conde também investiu na construção de museus, zoológico e jardim botânico. O grande investimento holandês, e especialmente de Nassau, em sua capital brasileira demonstra a importância que a cidade tinha também para os batavos, ao passo que esta servia enquanto centralização do poder administrativo e assegurava a ocupação daquela região, como ressalta Buarque de Holanda, *a importância atingida então pelo Recife como sede do governo holandês da colônia, como seu principal núcleo comercial e militar, como centro de abastecimento das várias conquistas feitas no Brasil (...) explica por que chegou a ser a mais notável cidade da costa atlântica das Américas no século XVII.*¹⁶⁵

¹⁶⁴ GESTEIRA, *opus cit*, p. 9,.

¹⁶⁵ HOLANDA, 1976, *opus cit*, p. 246-247.



Figura 26: Caerte Vande Van Pharnembocque. Cidade Maurícia ligada pela ponte à Cidade de Recife.

Fonte: Reis, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo : Edusp, 2000, p. 87.

O estabelecimento dos holandeses no nordeste brasileiro durante a União Ibérica possibilitou não apenas o contato com a cultura batava do norte europeu, mas também a coexistência de três modelos de cidades no território brasileiro. Embora as cidades portuguesa, espanhola e holandesa sejam provenientes de uma mesma tradição urbana, a europeia, os holandeses já apresentavam a cultura barroca mais desenvolvida em seu território, tendo-a aplicado na construção da Cidade Maurícia. No restante do Brasil, o modelo barroco passou a ser aplicado efetivamente apenas no final do século XVII.

3.1.1 A expansão territorial e as cidades fortificadas

A União Ibérica proporcionou ao Brasil algumas modificações e aprimoramentos administrativos que contribuíram para o pleno estabelecimento das fronteiras territoriais, assim como a ampliação destas, além do reforço da defesa nas regiões mais distantes e difíceis de controlar. Para tanto, o

estabelecimento de cidades foi fundamental no cumprimento do objetivo de ampliar a presença real e aumentar o controle territorial.

No que tange à centralização do poder nas mãos da administração real espanhola, Caio Prado Júnior¹⁶⁶ aponta como de grande relevância a diminuição do poder dos donatários, que passam a estar cada vez mais sob a jurisdição do governador-geral. Em consequência disso, o autor aponta a progressiva *decadência das autoridades locais*, ou seja, das Câmaras Municipais.

As Câmaras Municipais às quais se refere Prado Júnior constituíam uma das bases administrativas portuguesas. Elas eram compostas, basicamente, por um juiz-presidente, dois vereadores e um procurador, além de funcionários oficiais com responsabilidades administrativas, mas sua composição podia variar de acordo com a realidade local, como aponta Maria Fernanda Baptista Bicalho

(...) havia muita variação quanto à composição das câmaras, seja no reino, seja nas diferentes regiões do ultramar, seja ainda em função da minudente legislação que, ao longo dos séculos, veio modificar ou acrescentar (...) o que anteriormente era regido pelas Ordenações. Em suma, cada câmara – reinol ou ultramarina – tinha uma configuração própria e um equilíbrio historicamente tecido ao longo do tempo e das diferentes conjunturas econômicas, sociais e políticas no amplo espaço geográfico da monarquia portuguesa no Antigo Regime.¹⁶⁷

Bicalho ainda fala sobre o grande volume de serviços administrativos dos quais se encarregavam as câmaras no próprio Brasil colônia, especialmente nos períodos de invasões e tensões militares, ficando elas encarregadas desde organizar a defesa do território até promover obras públicas¹⁶⁸. Também neste sentido, Caio Prado ressalta que no Brasil as câmaras ganharam bastante importância em função do *isolamento em que*

¹⁶⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 51.

¹⁶⁷ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (sec. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001, p. 193.

¹⁶⁸ BICALHO, *opus cit*, p. 199.

*viviam os colonos e a debilidade da administração longínqua, fazendo com que, as câmaras chegassem a legislar sobre quase todos os assuntos governamentais.*¹⁶⁹ Com a administração espanhola, no entanto, como aponta Prado Júnior, *os representantes do poder real irão aos poucos reivindicando para si toda a autoridade, e acabam transformando as Câmaras em simples executoras de ordens deles emanadas.*¹⁷⁰

Em relação ao enfraquecimento das Câmaras municipais, podemos traçar um paralelo com o que era encontrado na forma administrativa espanhola em suas colônias americanas, com o processo de enfraquecimento dos *cabildos* coloniais em virtude do mesmo processo centralizador por parte da coroa. Além disso, o marcado combate à formação de oligarquias locais sempre foi uma constante no lado espanhol da América como já demonstrava a exigência de manutenção de moradia na cidade mesmo tendo propriedade rural, pois as oligarquias tendiam a se transformar em governos paralelos, prejudicando a centralização do poder. Muito embora as Câmaras não tenham desaparecido no Brasil, seu poder de decisão foi progressivamente podado ao passo que mais funcionários locais eram nomeados e que as unidades administrativas eram desmembradas visando justamente a otimizar a presença real nas diferentes regiões da colônia.

Administrativamente, a coroa espanhola dedicou considerável atenção ao Brasil, criando dispositivos voltados especificamente para os assuntos coloniais, como o Conselho da Índia e Conquistas Ultramarinas, criado por Filipe II, em 1604, que centralizava tudo que dizia respeito às possessões ultramarinas portuguesas, as quais até então haviam sido tratadas juntamente com os assuntos do reino, sem receber atenção de acordo com sua realidade. Muito embora o Conselho da Índia tenha existido pelo curto período de dez anos, ele se constituiu em uma marca administrativa espanhola, que para os assuntos de suas colônias já havia fundado seu Conselho das Índias nos primeiros anos de conquista, durante a década de 1520.

¹⁶⁹ PRADO JÚNIOR, *opus cit*, p. 51.

¹⁷⁰ *Ibid*, p. 52.

Em que pese o entendimento de Prado Júnior sobre a União Ibérica e o aumento do fluxo de portugueses para o Brasil, em decorrência do empobrecimento de Portugal durante a administração espanhola, especialmente por causa da perda das possessões asiáticas, o autor afirma que *a ruína de Portugal significara o desenvolvimento desmesurado de nosso país* [Brasil],¹⁷¹ pois o progressivo aumento da população na colônia trouxe como consequência a expansão da ocupação territorial, sobretudo a interiorização, há que se considerar que não existe consenso a respeito da real situação política e economia portuguesa durante a União Ibérica.*

Em relação ao complexo urbano do Brasil colônia, a União Ibérica proporcionou uma espécie de surto de crescimento que fez com que se criassem dezoito novas povoações, sendo três cidades, número significativo para um período de sessenta anos. Celso Furtado é um autor que dá importância a este fato ressaltando que *toda a costa que se estende do atual Estado de Santa Catarina até a foz do Amazonas estava ocupada pelos portugueses. Pelo menos nesta parte da América estava eliminado o risco de formação de uma economia concorrente*¹⁷².

Uma discussão relevante a respeito da União Ibérica e a formação do território brasileiro é com relação ao surgimento do bandeirismo como uma de suas consequências. Autores como Alfredo Ellis Júnior¹⁷³ e Cassiano Ricardo¹⁷⁴ defendem que não existindo fronteiras estabelecendo a separação entre América portuguesa e espanhola, colonos portugueses supostamente teriam liberdade para transitar sobre todo o território, ao passo que eram súditos de um mesmo rei. Por outro lado, Jaime Cortesão afirma que o Brasil não chegou a ser espanhol durante a União Ibérica, afirmando que *bem longe de formar com a Espanha uma só nação, Portugal conservava todos os seus*

¹⁷¹ PRADO JÚNIOR, *opus cit*, p. 50.

* Do ponto de vista de Joaquim Veríssimo Serrão, o período filipino em Portugal representou administrativamente um momento de certa prosperidade, com aumento da população e valorização regional.

¹⁷² FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989, p. 66.

¹⁷³ ELLIS JR, Alfredo. *Raposo Tavares e sua época*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

¹⁷⁴ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

*foros, liberdades e privilégios, usos e costumes, formando reino e coroa à parte, tanto na metrópole quanto nas províncias ultramarinas*¹⁷⁵.

A questão do bandeirismo como um produto da União Ibérica não é consenso nem cabe aqui ser profundamente discutida, porém, Tadeu Valdir Freitas Rezende afirma que a postura espanhola com relação aos portugueses e suas incursões pelo interior tiveram importância para a ampliação territorial, englobando assim os bandeirantes, para o autor

não se pode garantir que o movimento português de expansão territorial teria se desenvolvido da mesma maneira; tivesse Espanha tomado medidas de defesa mais efetivas para conter o avanço lusitano nos sertões americanos, e sobretudo não sendo obrigada a tratar Portugal com a reverência de um aliado, é possível, e mesmo provável, que o bandeirismo não teria alcançado resultados territoriais tão expressivos.¹⁷⁶

O autor também afirma que o período da União Ibérica foi *favorável para a expansão territorial para o interior, particularmente, na Amazônia e no Centro-Oeste*¹⁷⁷. Certamente um dos motivos* que levou a coroa espanhola a incentivar a exploração do interior brasileiro, especialmente em direção ao Norte, foi a constante presença de estrangeiros no território, como os franceses que frequentavam a região desde o século XVI e haviam se estabelecido no Maranhão. Uma preocupação da coroa espanhola que é apontada por Rezende era a proteção do Vice-Reinado do Peru, por isso o controle da bacia amazônica era essencial, tendo ficado os portugueses, pela melhor possibilidade de acesso, encarregados deste trabalho.

Não há dúvida de que a política de Madri, durante a vigência da união ibérica, foi conduzida com o propósito de garantir a defesa dos territórios amazônicos, resguardando e protegendo o Vice-Reinado do Peru pelo seu acesso atlântico das investidas estrangeiras, e evidenciada, sobretudo, pelos

¹⁷⁵ CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958, p. 78.

¹⁷⁶ REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras* – Tese de Doutorado – USP, 2006, p. 69.

¹⁷⁷ REZENDE, *opus cit*, p. 69.

* Outra motivação para adentrar o território sempre foi a busca por metais preciosos e seu descobrimento produziu um movimento de expansão territorial na direção central, na atual Minas Gerais, tendo como consequência igualmente a fundação de uma rede de cidades.

esforços militares despendidos pela conquista e manutenção desses territórios.¹⁷⁸

A proteção da costa norte-nordeste durante o período de união das coroas ibéricas foi visivelmente orientado pelo estabelecimento de cidades, seguindo o padrão adotado no restante da costa colonial brasileira. Cristóvão Fernandes Duarte¹⁷⁹ aponta para as cidades-fortaleza, encontradas nas cidades de Natal, Filipéia, São Luís e Belém, por estas serem responsáveis por estabelecer unidade defensiva. As quatro cidades, tendo sido as duas primeiras fundadas no final do século XVI** e as duas seguintes no início do XVII, guardam semelhanças entre os locais de fundação, apresentando localização estratégica junto à foz de rios importantes, mas também com ligação facilitada ao mar, permitindo a proteção territorial e fiscalização do escoamento da produção, como podemos perceber na imagem a seguir, onde mostramos a localização da cidade de São Luís do Maranhão em relação à sua saída para o Atlântico. Esta ligação direta com o mar aberto proporcionava não apenas facilidade de locomoção marítima, mas, sobretudo, o controle da entrada para a Bacia Amazônica, assegurando, dessa forma, a posse e a vigilância de uma região bastante extensa.

¹⁷⁸ REZENDE, *opus cit*, p.71.

¹⁷⁹ DUARTE, Cristóvão Fernandes. “São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia do período filipino”. IN: *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p. 152-160.

** A cidade de Natal foi fundada em 6 de janeiro de 1598, com a construção da Fortaleza da Barra do Rio Grande, também chamada de Forte dos Reis Magos. A fundação de Filipéia, atual João Pessoa, ocorreu em 5 de agosto de 1585, sob o nome de Nossa Senhora das Neves, tendo passado em 1588 a se chamar Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem a Filipe II de Espanha. Sua estrutura fortificada tinha como principal fortaleza o Forte do Cabedelo.

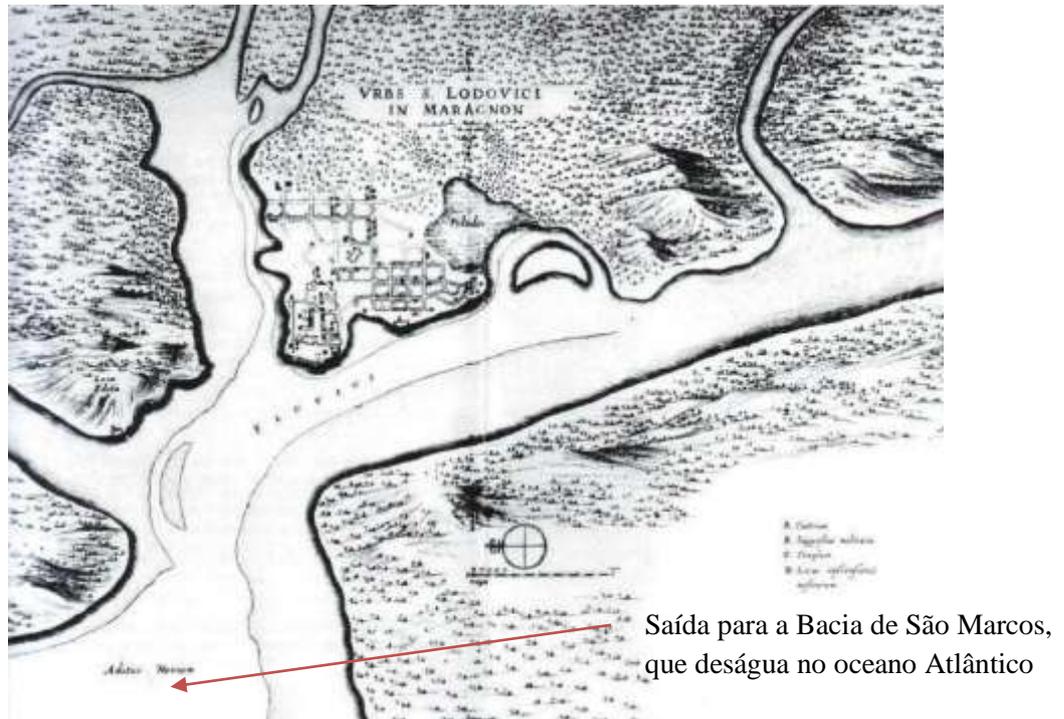


Figura 27: São Luís do Maranhão entre os anos de 1641 e 1644, durante a dominação holandesa. Observa-se a localização estratégica de controle da saída para o mar.

Fonte: DUARTE, Cristóvão Fernandes. “São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia do período filipino”. IN: *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p. 153.

Toda a região onde foram fundadas estas cidades-fortaleza era alvo constante de incursões de corsários franceses e posterior tentativa de ocupação por parte da França, bem como estiveram sob domínio e influência holandesa. Para o autor,

A sequência dos núcleos urbanos e das fortificações implantados ao longo dos caminhos trilhados pela conquista do norte e nordeste aos franceses, bem como as semelhanças entre eles compartilhadas no momento de sua fundação, constituem uma clara demonstração da unidade estabelecida entre as várias etapas deste processo. ¹⁸⁰

É digno de nota o fato de as cidades-fortaleza apresentarem, em seu plano, não apenas planejamento, mas, sobretudo homogeneidade e regularidade, devido a sua função militar; seus planos urbanos eram projetados pelos engenheiros militares formados nas academias européias. Dessa forma,

¹⁸⁰ DUARTE, *opus cit*, p. 159.

o projeto civilizador era levado junto com a ocupação territorial de forma organizada, uniforme e planejada.

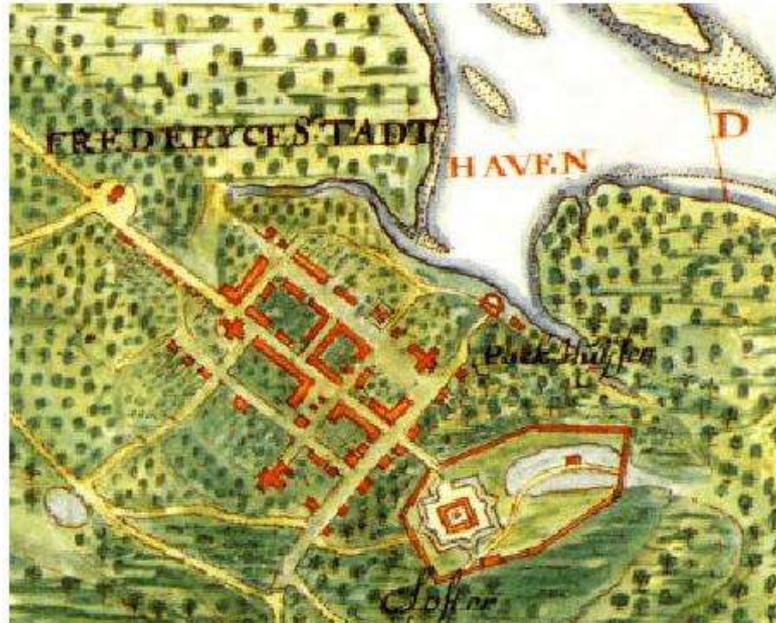


Figura 28: Planta de Filipéia no período holandês, sob o nome de Cidade Federica. Observe o núcleo inicial, com o forte.

Fonte: Reis, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo : Edusp, 2000, p. 119.

A implantação de cidades na costa norte-nordeste era uma necessidade colonial antiga, devido à vulnerabilidade defensiva da região, necessidade esta que começou a ser suprida durante a União Ibérica certamente em função do interesse espanhol em preservar suas possessões para além do rio Amazonas. No entanto, este primeiro momento de implantação urbana na referida região ainda seguia a premissa colonizadora de ocupação litorânea visando à proteção territorial mais imediata.

3.2 SÃO LUÍS DO MARANHÃO ABRE O CAMINHO PARA O NORTE

A grande distância entre o extremo norte da colônia brasileira e a dificuldade de acesso fizeram com que a região tenha sido deixada em segundo plano no processo de ocupação territorial viabilizado por Portugal no

século XVI. Dessa forma, a região apenas chamou em definitivo a atenção do governo quando sua posse passou a ser realmente ameaçada pela presença francesa, como já mencionamos. O estabelecimento dos franceses no Maranhão, na ilha de Upaon-açu*, com a fundação de um forte e um ancoradouro em 1612, ameaçou efetivamente a posse territorial da região, por sua localização na entrada da Amazônia.

O projeto colonial francês englobava além do norte da colônia portuguesa, o Rio de Janeiro, onde haviam estabelecido a França Antártica, desmantelada em 1560, e territórios do norte da América, no atual Québec. No Maranhão, liderados por Daniel de La Touche, os franceses estabeleceram a França Equinocial, que teve sua fundação oficializada em 1612, com uma missão realizada por frades capuchinhos e o início da construção do *Fort Saint Louis*.

Entre 1613 e 1615, expedições militares comandadas por Jerônimo de Albuquerque foram enviadas pela coroa ao Maranhão com o objetivo de expulsar os invasores. Em frente à ilha de São Luís foi erguido o Forte de Santa Maria, base para a batalha de Guaxenduba que culminou na expulsão definitiva dos franceses. Em 1616, Francisco de Frias da Mesquita, capitão-mor e engenheiro, levou de Pernambuco para o Maranhão os projetos para reformar os fortes de São Felipe, São Francisco e São José.¹⁸¹ Frias já havia trabalhado na Fortaleza da Lage, no Recife, no Forte do Mar e de São Diogo, em Salvador e na Fortaleza dos Reis Magos, em Natal. Frias da Mesquita ocupou, no Maranhão, cargos administrativos como provedor-mor e ouvidor geral.

O projeto das reformas de São Luís do Maranhão, após a tomada portuguesa, estava determinado no regimento deixado pelo capitão-mor Alexandre Rodrigues de Moura para Jerônimo de Albuquerque, seu sucessor.

* Nome que a ilha recebia pelos tupinambás, grupo indígena que a dominava na época, significa “ilha grande”.

¹⁸¹ Ibid, p. 154.

Este regimento, datado de nove de janeiro de 1616 determina o arruamento a ser empreendido na cidade segundo projeto atribuído a Frias.

Sera advertido elle dito Capitão Mor reformar este forte são Phillippe na forma, e ordem, que pela traca do Capitão fran.^{co} de frias engenheiro mor do estado do Brasil esta dessenhado, a qual esta assinada por mim, e por elle, tendo particular cuidado de não deixar de continuar com todas as que nella estão apontadas, singindo todo o dito forte de parede pela parte de fora que comecara em baixo em sete palmos, e cada seis venha deminuindo hum para sima e o mesmo cuidado e diligencia tera em fazer executar a traca, que lhe fica para o forte de s. fr.^{co} e para estas fortificações se fazerem com a diligencia, E commodidade (...) ¹⁸²

O texto de Alexandre de Moura reflete a preocupação com a observância das recomendações por ele feitas, especialmente no que diz respeito ao forte em si, que deveria ser reformado visando aumentar suas possibilidades de defesa. Recomendações de ordem urbana também são identificadas no Regimento, as quais demonstram a preocupação com a ortogonalidade do traçado.

Tera particular cuidado do acrescentamento desta Cidade S. Luis fazendo que fique bem aRuada, e direita conforme a traça, que lhe fica em poder e para a seu exemplo o fação todos os moradores fara hua caza, e vivira nella, e em nenhua maneira dentro nos fortes, senão havendo occasião forçosa de inimigos em que lhe pareça He necessaria sua assistencia. ¹⁸³

A função primordial do forte e da cidade em si fica explicitada através do cuidado com a ordem de crescimento da cidade e da recomendação de ocupação do forte por parte da população apenas em casos excepcionais para defesa da cidade. A cidade devia florescer e crescer de modo a garantir funcionamento do binômio cidade-fortaleza. Adicionado ao forte, no sistema defensivo da cidade, estava também o muro, elemento herdado da cidade europeia. O traçado, feito por Frias, ao qual se refere o Regimento não sobreviveu ao tempo, sendo o mais antigo registro de São Luís o feito pelo

¹⁸² “Regimento de Alexandre de Moura”. IN: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVI, p. 230. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm, acesso em 21/11/2010.

¹⁸³ “Regimento de Alexandre de Moura”. IN: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVI, p. 232. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm, acesso em 21/11/2010.

holandês Caspar Barleaus, antes de 1647. Barleaus compunha o grupo de holandeses* que ocupou Pernambuco e percorreu parte do norte brasileiro, tendo este artista produzido várias representações desta região do Brasil. Santos aponta para a possibilidade de que o desenho de Barleaus seja o mesmo projetado por Frias, mas Duarte rebate que esta é uma questão controversa, que demanda pesquisa mais aprofundada visando superar as suposições.

O local escolhido para a fundação de São Luís não era totalmente favorável ao plano quadricular por apresentar irregularidades, no entanto, o projeto e a execução se mostram bastante geometrizados e diretamente influenciados pelo urbanismo renascentista. Para Lemoine, o sistema defensivo de São Luís *é baseado nos tratados renascentistas de arquitetura militar e a estrutura urbana é regular como a de uma bastide*.¹⁸⁴ Paulo Ormino de Azevedo afirma que *o autor do projeto estabeleceu a uniformidade urbana através da elaboração de uma casa modelo e de um regulamento que exigia moradias fossem construídas conforme esse modelo*¹⁸⁵.

* Em 1641 os holandeses assaltaram São Luís, onde permaneceram até 1644, quando foram expulsos pelos portugueses. Um dos principais legados da estadia holandesa no Maranhão foi a produção cartográfica de Caspar Barleaus, que retratou muito bem o território urbano maranhense de meados do século XVII. Sobre a invasão holandesa no Maranhão, ver: MEIRELES, Mário Martins. *Holandeses no Maranhão: (1641-1644)*. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1991.

¹⁸⁴ NEVES, *opus cit*, p. 241.

¹⁸⁵ AZEVEDO *apud* ROCCA, p. 191.

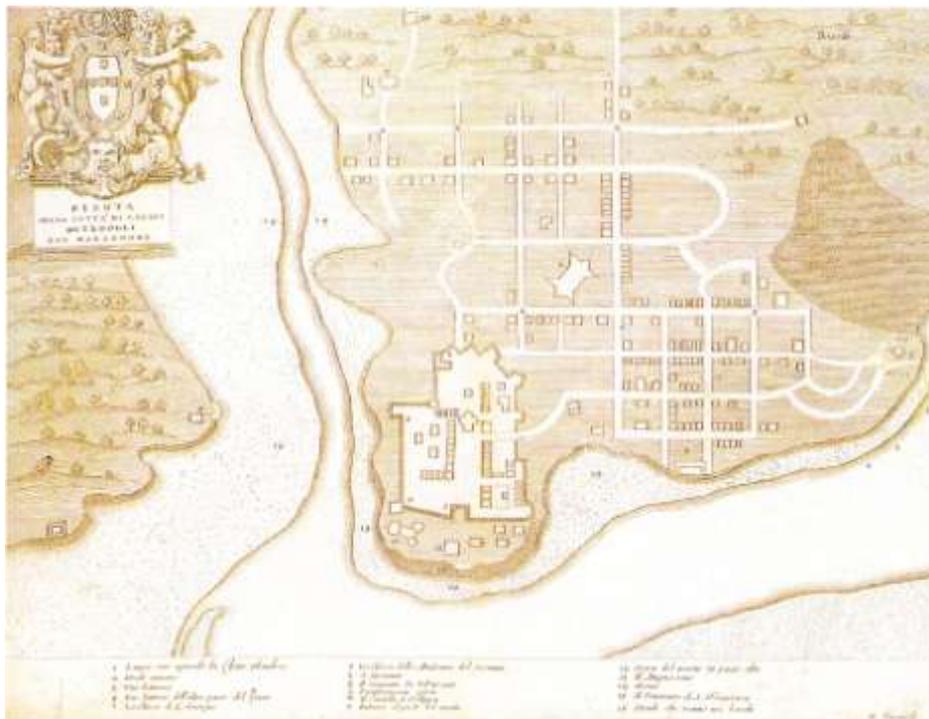


Figura 29: Cidade de São Luís do Maranhão. Planta anterior a 1647, de autoria de Caspar Barleaus.

Fonte: SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 165.

Para Olavo Pereira da Silva F., *Frias buscou adaptar o núcleo urbano já existente aos padrões estabelecidos pelas Leis das Índias (...)* devido à União das duas coroas ibéricas. Segundo o autor, *a esse código urbanístico de origem renascentista e o primeiro do hemisfério ocidental, correspondem o traçado ortogonal dos arruamentos que serviu de diretriz para a malha de expansão da cidade.*¹⁸⁶ A cidade de São Luís é o primeiro, e bastante emblemático, exemplo da influência exercida pela administração espanhola na constituição da cidade brasileira. Certamente a necessidade de adaptações, imposta pela realidade local e de recursos, fez com que a cidade não apresentasse em seu plano o modelo clássico espanhol encontrado nas cidades hispânicas na América, mas a ortogonalidade do traçado é indiscutível.

Em relação à adaptação, observa-se no plano da cidade como elemento principal o próprio forte de São Luís, no lugar da *Plaza mayor* espanhola. Ao redor do forte, também na região central da cidade, estavam localizados o

¹⁸⁶ SILVA F., Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. Belo Horizonte: Unesco, 1998, p. 17.

Palácio dos Governadores, a Casa da Câmara e o Cabildo.¹⁸⁷ O Convento do Carmo é outro elemento de destaque no plano, identificado em formato de polígono estrelado, também em local de destaque na cidade. O crescimento de São Luís ocorreu, durante o século XVII, de forma bastante ordenada e seguindo o que estava previamente determinado, porém a cidade não chegou a alcançar grandes dimensões, apresentando no plano cerca de vinte quarteirões, e em meados do seu século de fundação, mantinha em torno de 500 habitantes. A regularidade do núcleo inicial da cidade pode ser observada ainda nos dias atuais, embora o crescimento desordenado, especialmente das periferias, da cidade industrial tenha colaborado para a deformação do planejamento inicial.

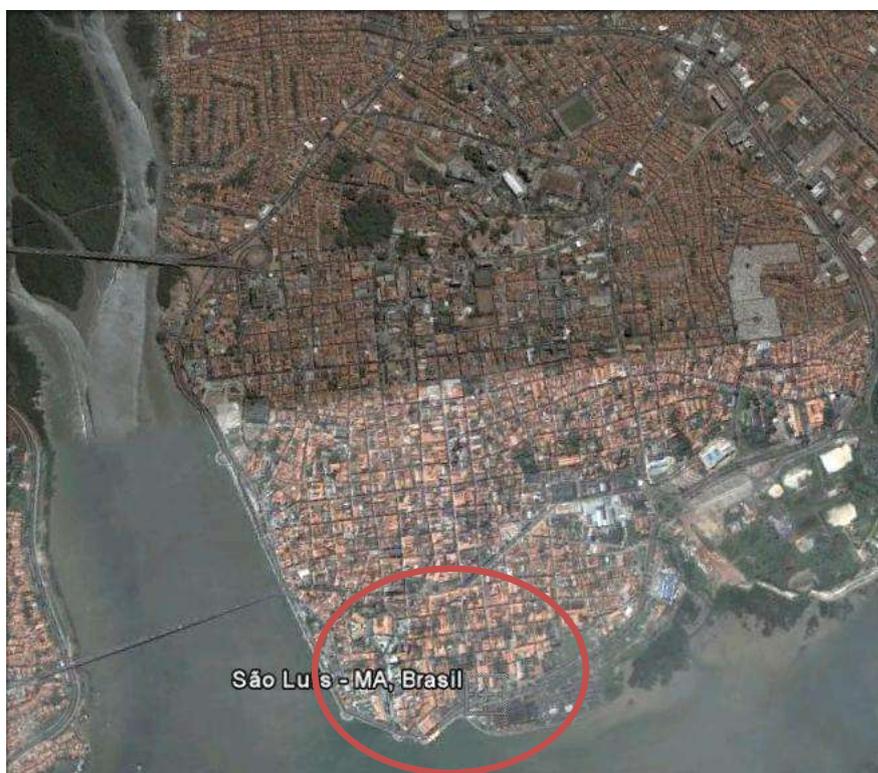


Figura 30: Cidade de São Luís do Maranhão atualmente. Destaque para núcleo inicial de fundação.

Fonte: Google Earth, foto de 24 de junho de 2009. Acesso em 05/12/2010.

¹⁸⁷ SILVA F., *opus cit.*, p. 17.

3.3 BELÉM DO PARÁ E O CONTROLE DO VALE AMAZÔNICO

À ocupação portuguesa de São Luís seguiu-se a fundação de Nossa Senhora de Belém do Pará, como continuação da missão que buscava assegurar a posse da costa norte brasileira, guarnecendo-a. Seguindo também o projeto de proteção territorial, Belém foi fundada dentro do padrão cidade-fortaleza, com seu núcleo inicial sendo o Forte do Presépio de Santa Maria de Belém* e apresentando localização estratégica. A cidade, fundada em 12 de janeiro de 1617, estava localizada no elo entre rio e mar, às margens do rio Guajará. Seu sítio compreendia uma estreita faixa de terra confinada de um lado pelo rio e do outro por um pântano, que na época era chamado pelos nativos de Piry. Segundo Duarte, tal localização *adequava-se perfeitamente às recomendações dos tratados de engenharia militar da época*¹⁸⁸, e, além disso, proporcionava o controle da Bacia Amazônica, tendo se tornado o ponto vital para a exploração da Amazônia, além da passagem para os Andes.

A escolha do sítio para a localização de Belém representa, dessa forma, um ato de clarividência geo-política: o controle da foz e do curso do rio Amazonas significou imediatamente a posse virtual de todo o território setentrional da Colônia. A partir daí, a história de Belém será também a história da conquista da Amazônia.¹⁸⁹

O objetivo da expedição enviada por Alexandre de Moura e comandada por Jerônimo de Albuquerque, assim como havia ocorrido no Maranhão, era expulsar possíveis estrangeiros. Além disso, Francisco Caldeira de Castelo Branco, capitão-mor do Grão Pará, recebeu de Gaspar de Souza, então governador-geral do Brasil, regimento especial *que lhe concedia autoridade suficiente para descobrir, conquistar e colonizar do Amazonas até o cabo Norte*,¹⁹⁰ região onde posteriormente foi fundada a cidade de Macapá, no atual estado do Amapá.

* O forte recebeu tal nome em alusão à data de início da expedição que fundou Belém, 25/12/1616.

¹⁸⁸ DUARTE, *opus cit.*, p. 157.

¹⁸⁹ *Idem.*

¹⁹⁰ GADELHA, Maria Regina A. Fonseca. “Conquista e ocupação da Amazônia: fronteira norte do Brasil.” IN: *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA-USP, vol. 16, n. 45, maio/ago. 2002, p. 73 Publicação

Rezende tem o entendimento de que a fundação de Belém foi totalmente estratégica, pois *atendia às novas necessidades da Coroa Ibérica, evitando pôr em risco o domínio espanhol sobre a região*, como já apontamos, inserindo-se a fortificação que deu origem à nova cidade dentro do plano de ocupação e defesa da região Norte, uma vez que *a constituição de um núcleo urbano deveria funcionar como um marco de posse e de defesa da imensa bacia amazônica contra as investidas de estrangeiros.*¹⁹¹



Figura 31: Prospecto da cidade de Belém , do Estado do Gram Pará, João André Schwebel, 1756.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=xs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&disp=list&sort=off&s=new&arg=schwebel&argaux=schwebel&use=kw_livre&x=0&y=0. Acesso em 12/12/2010.

Não existem registros do plano urbano inicial de Belém, sendo que muito provavelmente a cidade não teve seu desenho feito previamente por um engenheiro militar, como foi o caso de São Luís. O primeiro registro do plano urbano da cidade é de 1753, de autoria do engenheiro alemão João André Schwebel. Porém, a regularidade de seu traçado identificada no plano de Schwebel permite afirmar que a cidade recebeu, talvez desde sua fundação, cuidado no que tange à planificação, apresentando um plano ortogonal bastante regular.

eletrônica, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200005&lng=pt&nrm=iso, acesso em 28/11/2010.

¹⁹¹ REZENDE, *opus cit*, p. 54-55.



Figura 32: Planta geométrica da cidade de Belem do Gram Para, 1753, de João André Schwebel.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=cartografia_pr&db=cartografia&use=cs0&rn=1&disp=card&sort=off&ss=22682448&arg=schwebel. Acesso em 12/12/2010.

Belém nasceu dentro do forte, que serviu, após a cidade ultrapassar suas fronteiras, como ponto inicial para todo o processo de ordenação urbana, além de exercer papel fundamental na proteção e segurança do núcleo urbano. A cidade que se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII estava dividida em duas regiões separadas por um igarapé, as atuais Cidade Velha e Campina.

A primeira, e mais antiga, indicada abaixo no recorte feito no mapa original reproduzido no trabalho de Cristóvão Fernandes Duarte era composta por um núcleo de quatro ruas principais, dispostas em leque que convergiam para o forte¹⁹². Quatro travessas cortavam, no sentido leste-oeste, as ruas principais, estando dispostas paralelamente, exibindo clara regularidade. Na Cidade Velha se localizavam os prédios administrativos e vivia a maior parte da população da cidade.

¹⁹² DUARTE, *opus cit.*

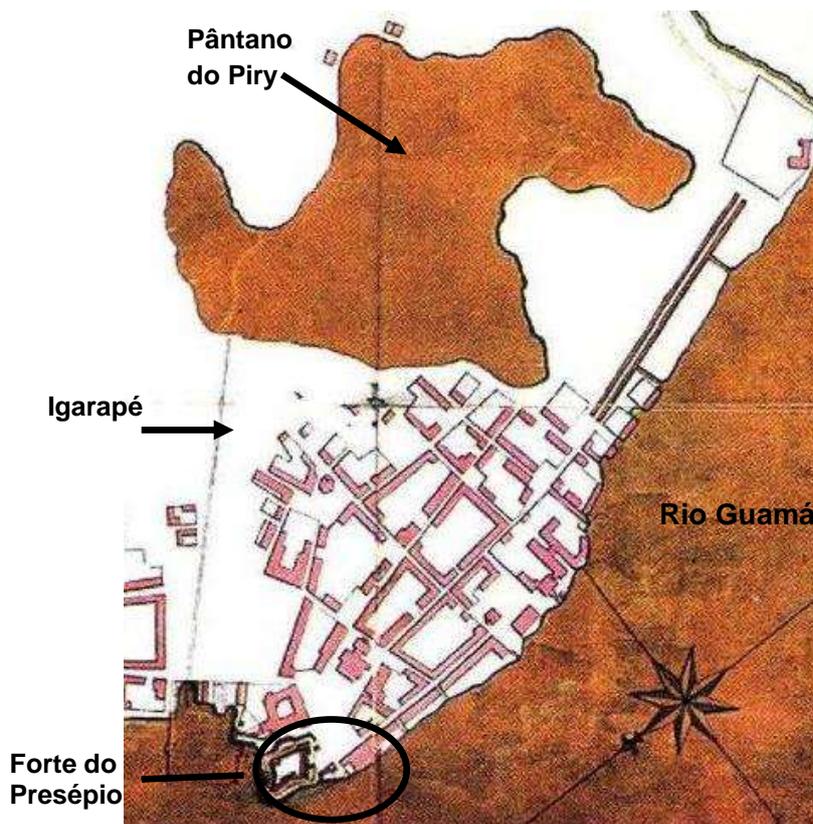


Figura 33: Cidade de Belém em 1783. Detalhe da Cidade Velha com seus limites e quarteirões ortogonais.

Fonte: DUARTE, Cristóvão Fernandes. “São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia do período filipino”. IN: *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p.156.

A região denominada Campina teve sua ocupação iniciada em 1626 com a construção do convento dos Capuchos de Santo Antônio, que se acentuou a partir de 1640, com a construção da Igreja das Mercês e do Convento dos Mercedários. O caminho que ligava a região da Campina ao Forte do Presépio ficou conhecido como Caminho de Santo Antônio. O crescimento da Campina foi acentuado com o estabelecimento da Santa Casa de Misericórdia e do Fortim de São Pedro Nolasco. Até o final do século XVII, os principais prédios administrativos foram transferidos para a Campina, que se tornou a parte mais importante de Belém. Segundo Duarte¹⁹³, o estabelecimento dos comerciantes na Campina e no Caminho de Santo Antônio foram fatores que contribuíram diretamente para o aumento de importância deste lado da cidade, sintoma deste fato é que posteriormente seu nome foi substituído por Bairro do Comércio.

¹⁹³ Ibid, p. 158.

Diferentemente do que ocorreu na Cidade Velha, as ruas e quadras da Campina apresentam menor regularidade, especialmente na região periférica, onde observa-se certa dispersão das quadras. A região da Igreja das Mercês também apresenta certa irregularidade no traçado, com quarteirões geometricamente deformados, indicando um possível menor controle do processo de ocupação.

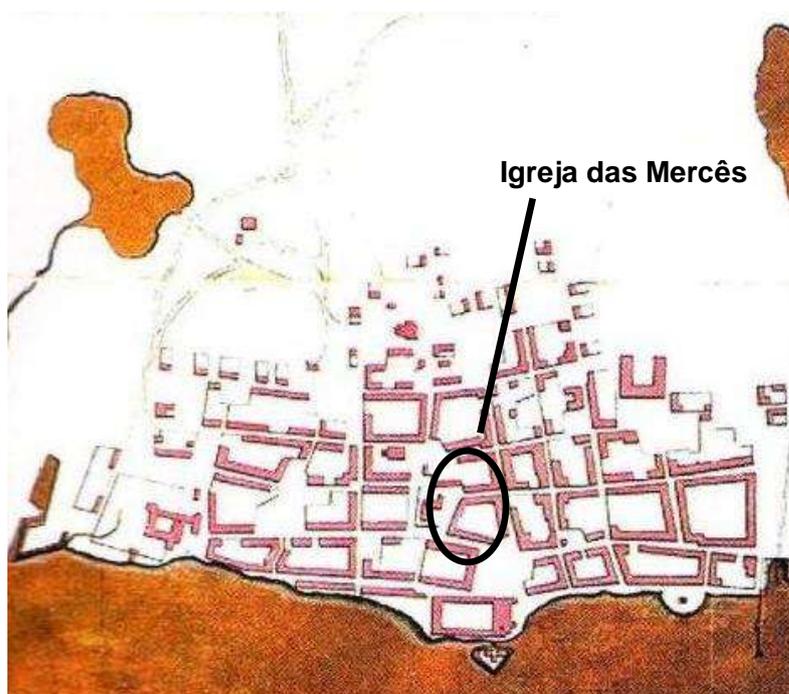


Figura 34: Cidade de Belém em 1783. Detalhe da Campina, com a Igreja das Mercês ao centro e notável irregularidade do traçado.

Fonte: DUARTE, Cristóvão Fernandes. “São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia do período filipino”. IN: Oceanos: a construção do Brasil urbano. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p.156.

No entanto, no período posterior de ocupação da região, a intenção de regularidade é retomada, especialmente com a construção do Fortim de São Pedro Nolasco. No entendimento de Duarte, do qual compartilhamos, Belém foi constituída e teve seu crescimento enquanto uma cidade regulada, presidida por uma *intencionalidade diretiva, capaz de dar maior agilidade e velocidade às ações necessárias ao agenciamento do espaço urbano.*¹⁹⁴ Mesmo que a cidade não tenha recebido a mesma atenção destinada a São Luís, podemos afirmar que ela pertence a um processo abrangente de planejamento urbano, a

¹⁹⁴ Ibid, p. 159.

uma ideia do urbano nitidamente concebida, embora não presente, *a priori*, um plano formal pré-estabelecido.

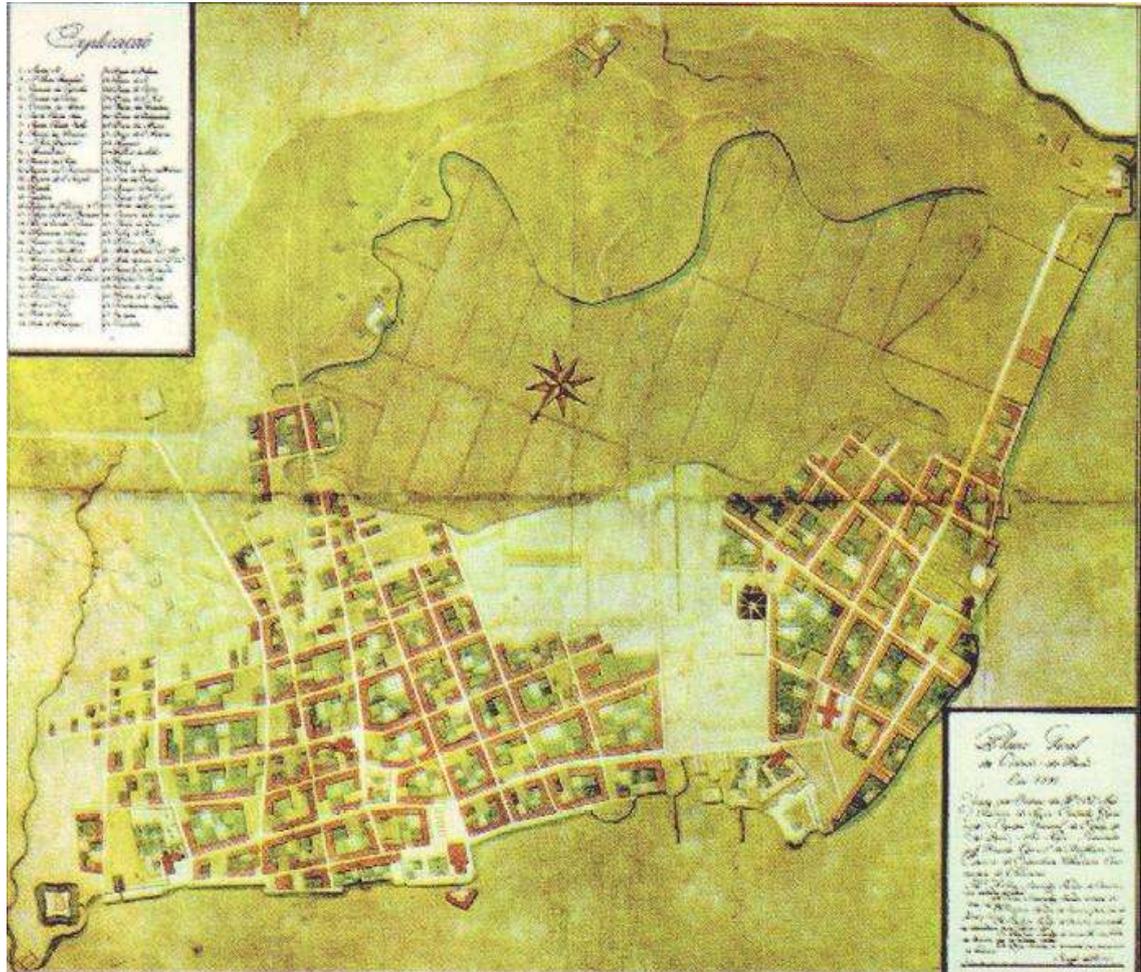


Figura 35: Plano geral da cidade do Pará em 1791, levantada pelo tenente-coronel Theodósio Constantino de Chermont, reproduzida em Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato-Grosso e Cuiabá*.

Fonte: DUARTE, Cristóvão Fernandes. “São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia do período filipino”. IN: *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p. 157.

São Luís do Maranhão e Belém do Pará foram os dois principais estabelecimentos urbanos fundados até a primeira metade do século XVII, desempenhando papéis fundamentais para o processo de ocupação da costa Norte, uma vez que serviram posteriormente como pólos para a penetração do interior e exploração da Amazônia por parte da empresa colonizadora ibérica. A fundação destas duas cidades é emblemática dentro do processo colonizador do Brasil porque elas são marcos de um novo momento, não apenas no que diz respeito à ocupação territorial, mas, sobretudo, e especialmente no que

tange ao presente trabalho, por representarem marcos do delineamento do programa urbanizador que caracterizou as cidades nortenhas, refletindo o maior cuidado e planejamento na fundação e construção de cidades, servindo-nos como exemplo da influência que o contato direto com a administração espanhola proporcionou ao urbanismo praticado no Brasil.

3.3 AS CIDADES DO NORTE POSSIBILITAM A CRIAÇÃO DE UM NOVO ESTADO

O Estado do Maranhão foi criado como entidade autônoma, política e administrativamente independente do Estado do Brasil, em 13 de junho de 1621, através de decreto do então rei Felipe III de Espanha (II de Portugal). A extensão do Estado do Maranhão ia desde o rio Oiapoque até o Cabo de São Roque, abrangendo as capitanias do Pará, Cumã, Maranhão e Ceará, com o governo geral instalado em São Luís do Maranhão. O restante do território, que ficou denominado como Estado do Brasil compreendia desde a capitania do Rio Grande do Norte até São Vicente.

Um motivador para a decisão de separar o Maranhão do restante do Brasil foi o regime dos ventos na região, que dificultava a comunicação com Salvador. Por isso, o Maranhão sempre gozou de certa independência em relação à capital colonial, além de que a travessia de Belém até Lisboa era muito mais rápida – 45 dias – do que de Belém a Salvador – 3 meses. O caminho por terra também não era favorável por causa da presença de indígenas e dos períodos incertos de estiagem da região. Esta independência administrativa do Maranhão foi um dos motivos que levou o governo português (e espanhol) a decidir pela divisão como uma medida centralizadora, visando controlar melhor o território. Além disso, a grande extensão do Norte, acrescido de suas características geográficas que o tornavam mais inóspito que o restante do território, tornou clara a necessidade de mais de um centro administrativo.

João Teixeira Albernaz produziu uma série iconográfica a respeito da abrangência do Estado do Maranhão, a qual se encontra disponibilizada no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Esta série está dividida em três tábuas, que mostram de forma bastante detalhada a costa norte do Brasil, com seus relevos e entrâncias. Na Tábua Primeira localizamos a cidade de São Luís do Maranhão, no canto direito, onde podemos perceber sua ótima localização em relação ao Atlântico e possibilidade de controle de uma vasta região.

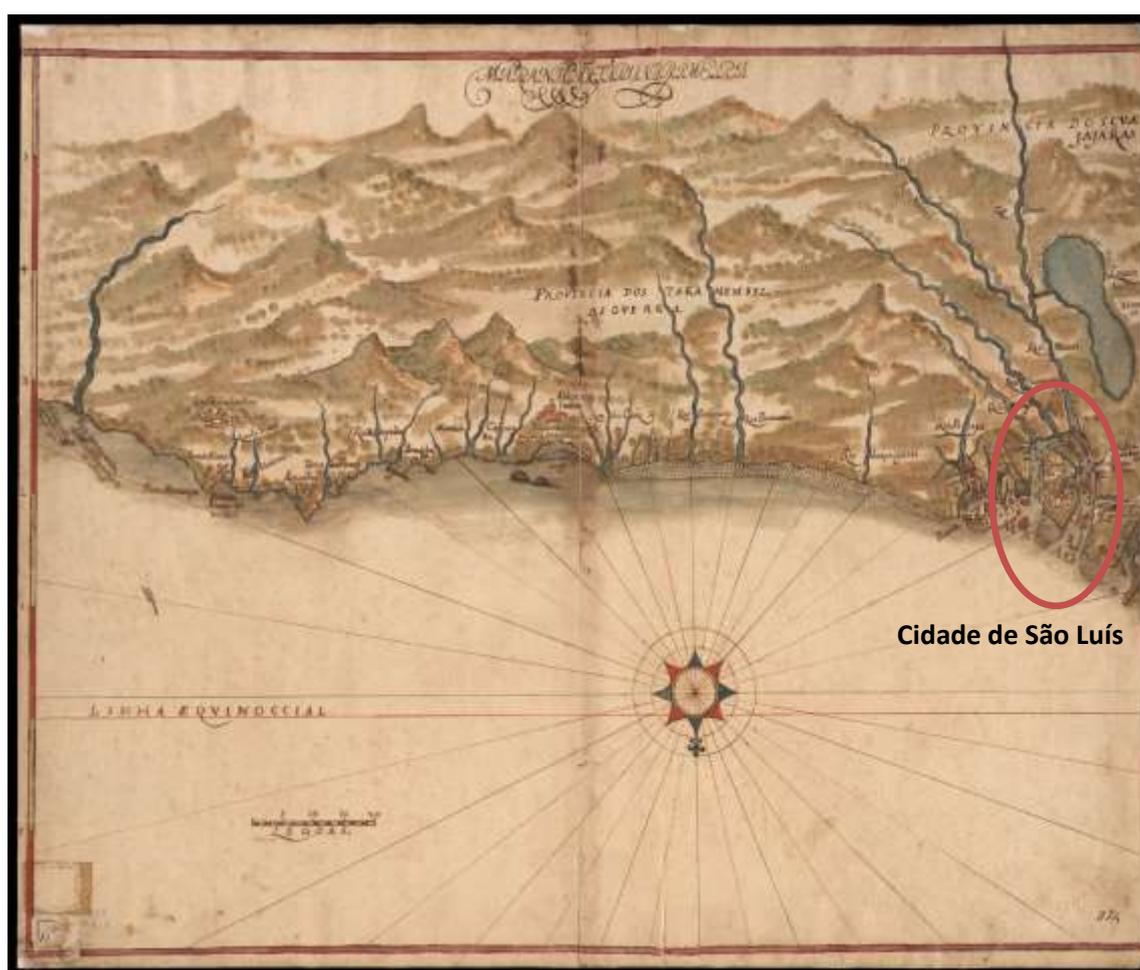


Figura 36: Abrangência do Estado do Maranhão, 1629. Tábua Primeira do “Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará, de João Teixeira Albernaz I.

Fonte: Biblioteca Digital Nacional, disponível em http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=es&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=kw_assuntos&disp=list&sort=off&ss=new&arg=maranhao. Acesso em 12/12/2010.

A Tábua Segunda representa o caminho que ligava São Luís do Maranhão até a cidade seguinte, Belém do Pará, também assinalada por nós.

Esta, assim como São Luís, localizava-se em região de boa navegação e possibilitava a extensão do controle territorial estabelecido pela cidade maranhense, dando continuidade ao sistema urbano ali criado.

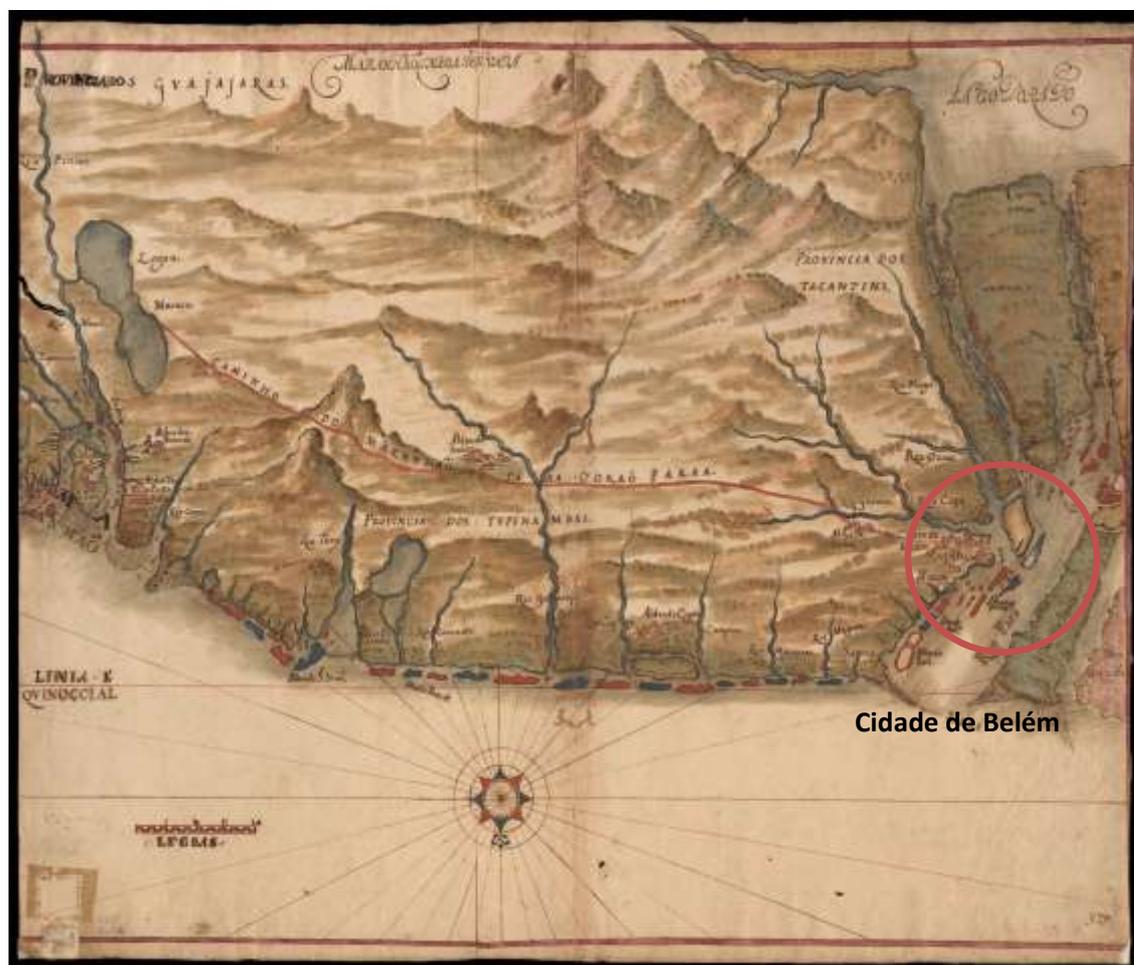


Figura 37: Abrangência do Estado do Maranhão, 1629. Tábua Segunda do “Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará, de João Teixeira Albernaz I.

Fonte: Biblioteca Digital Nacional, disponível em http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=es&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=kw_assuntos&disp=list&sort=off&ss=new&arg=maranhao. Acesso em 12/12/2010.

A Tábua Terceira nos mostra o limite final a que correspondia o Estado do Maranhão na época, até a entrada do rio Amazonas, também controlado pela cidade de Belém.

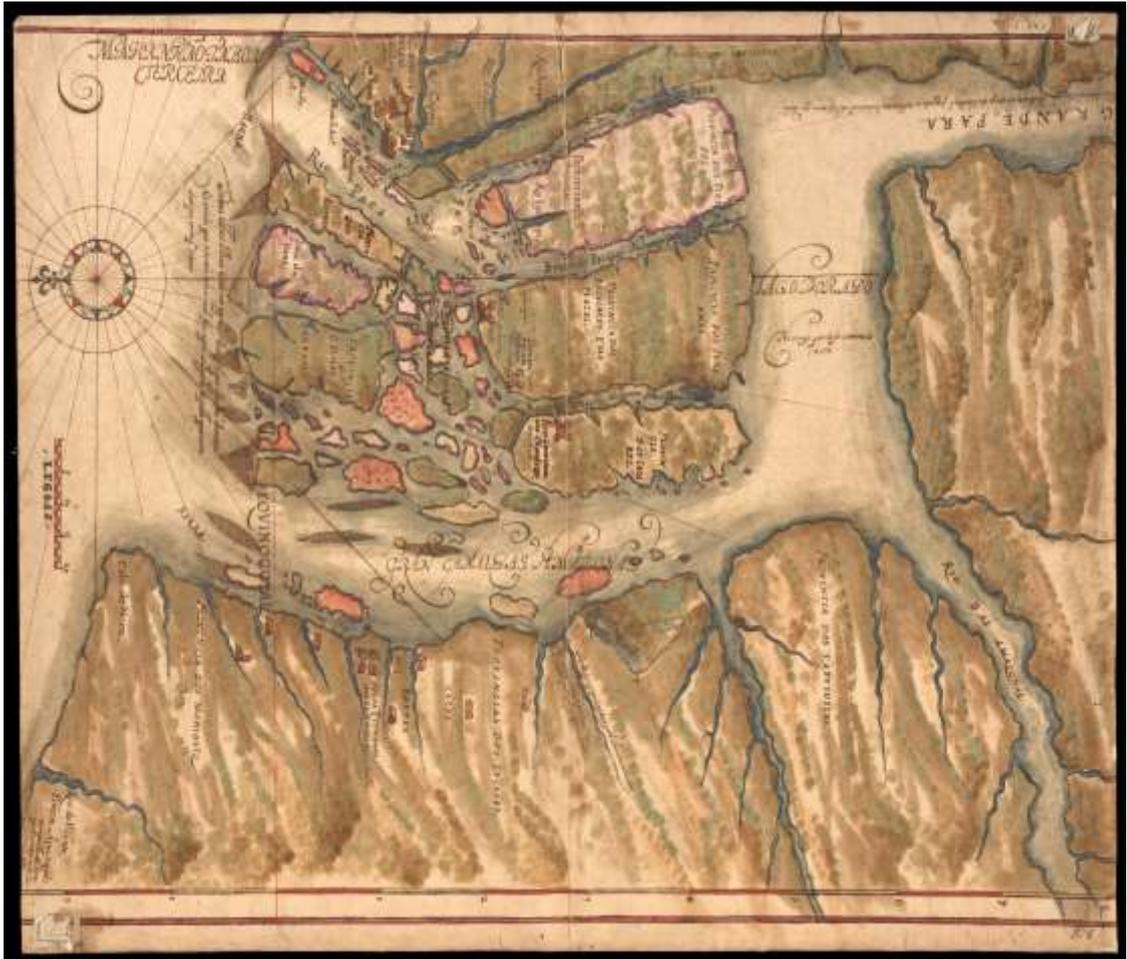


Figura 38: Abrangência do Estado do Maranhão, 1629. Tábua Terceira do “Pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará, de João Teixeira Albemaz I.

Fonte: Biblioteca Digital Nacional, disponível em http://bdigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=es&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=kw_assuntos&disp=list&sort=off&ss=new&arg=maranhao. Acesso em 12/12/2010.

A instalação oficial do Estado do Maranhão se deu em 6 de setembro de 1626, com a posse do governador e capitão-mor Francisco Coelho de Carvalho, que ocupou o posto até 1636. O Estado do Maranhão foi reunido novamente ao Estado do Brasil em 1652, mas separado novamente em 1654, recebendo o nome de Estado do Maranhão e Grão-Pará e permaneceu separado do Brasil até 1823, tendo recebido diferentes denominações* ao longo de todo este período.

* De 1751-1772 tornou-se Estado do Grão-Pará e Maranhão, com a sede transferida de São Luís para Belém; em 1772, o Estado do Grão-Pará passou a ser Estado do Grão-Pará e Rio Negro, separado do Estado do Maranhão e Piauí.

A efetividade da divisão no que tange à melhor administração da região surtiu certo efeito, ao passo que o território que devia ser fiscalizado e atendido pelo governador-geral era mais restringido do que na época do estado único. Cartas de Francisco Coelho de Carvalho para Lisboa, relatadas e remetidas por seus funcionários, são um demonstrativo dos relatos que ele fazia a respeito das necessidades da região e também da observação das realidades encontradas, apontando necessidades de reforço na defesa e encontros com estrangeiros.

Francisco Coelho Carvalho Gou^{or} do Maranhão em carta que escreveu a V. Mg.^e em 6 de feue.^{to} do anno de 1627, Diz que passou pella Cap^{nia} do Seará aonde achou Martin Soares Moreno por Cap.^{am} daquele presidio em hu forte tão fraco e desbaratado que lhe foi necess. fazelo de nouo e guarnecelo com quatro pessas de Arthe.^a por não ter mais que hua, e com alguns soldados, poluora e munições, das poucas que leuaua(...).¹⁹⁵

Este trecho indica atitudes tomadas por Carvalho enquanto governador-geral visando melhorar a defesa do Ceará através da reforma do forte, na região onde iniciava o Estado do Maranhão e, conseqüentemente, sua jurisdição. Sobre estrangeiros na região, uma carta de novembro de 1629, constante no mesmo documento da carta anterior, fala do encontro com holandeses na entrada do Amazonas, onde estes estavam se estabelecendo e com os quais acabaram por entrar em confronto.

(...) como a nossa Gente que foi a buscar a de huas Naos de Olandezes que ouue nova auião entrado o Rio das Amazonas e encontrandosse com ella em hu braço do Rio por nome Tuquyn os hauia já o enemigo intrinchejrado cõ escoadras de soldados pella terra dentro, e indo alguns dos nossos acometellos, no pr.^o encontro nos matarão dous soldados e ferirão outros; (...) Feliciano Coelho de Carualho a buscar o enemigo e tratar do q mais conuinha e destroyllo e lançallo d'aquellas partes, e às suas embarcações q muj atreuidas andauão p^o queimando as Aldeas do Gentio.¹⁹⁶

¹⁹⁵ “Informação de D. Diogo de Castro sobre cousas do Maranhão dada em Lisboa a 12 de Novembro de 1630”. IN: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVI, p. 349. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm, acesso em 21/11/2010.

¹⁹⁶ “Informação de D. Diogo de Castro sobre cousas do Maranhão dada em Lisboa a 12 de Novembro de 1630”. IN: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVI, p. 350. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm, acesso em 21/11/2010.

A organização da defesa contra os estrangeiros é feita de forma rápida, uma vez que a própria região era mais conhecida dos funcionários do governo, que ficavam permanentemente ali alocados. O texto relata a destruição da armada holandesa e a expulsão dos invasores, indicando as poucas baixas por parte dos portugueses. A preocupação com os indígenas também é observada, embora se saiba que em geral, holandeses e franceses tinham boas relações com os gentios, não sendo possível apurar se essas aldeias pertenciam a grupos ligados aos portugueses. De qualquer forma, a proximidade da administração no Norte favoreceu o crescimento e a posse da região.

A separação do Estado do Maranhão ocorreu após a fundação e reforma da cidade de São Luís, pois o estabelecimento desta, com a expulsão dos franceses, possibilitou à administração central os elementos essenciais para a organização formal de um novo pólo administrativo. Entendemos que este ato foi uma atitude centralizadora por parte da coroa espanhola que não apenas intensificou e organizou a ocupação da região, como também aplicou uma prática que já era usual em suas possessões coloniais, uma vez que a divisão em vice-reinados era recorrente e já existia na América espanhola. Compreendemos que era de fato centralizadora ao passo que com as divisões administrativas, a presença da coroa se tornava mais real e próxima das diversas regiões, já que o perímetro colonial tinha proporções continentais e o estabelecimento de apenas uma capital, como era até então o caso do Brasil, dificultava o controle, a fiscalização e a proteção territorial.

3.4 DA RESTAURAÇÃO ÀS NOVAS POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS PORTUGUESAS: A REESTRUTURAÇÃO PARA A RETOMADA URBANA

Os fatores que levaram ao término da União Ibérica foram diversos, sendo encontrados tanto no contexto interno português, quanto no externo, que atingia Portugal por causa de sua ligação política com a Espanha. A convergência de múltiplos fatores fez com que o movimento de Restauração eclodisse e a separação da Espanha se efetivasse.

Dentre os motivadores para a separação estão a perda de territórios portugueses no ultramar para inimigos da coroa espanhola, além das já referenciadas ocupações estrangeiras no Brasil, as quais lograram grande prejuízo à União Ibérica dado que a parte mais rica da colônia portuguesa, Pernambuco, passou mais de vinte anos nas mãos dos holandeses. A posição de domínio dos mares dantes ocupada por Portugal passou a pertencer à Inglaterra, Holanda e França, o que ajudou ainda mais a fazer crescer a crise e o desagrado entre os portugueses.

O descontentamento da população portuguesa com a União Ibérica aumentava por questões econômicas e políticas que atingiam internamente o país. Ao passo que a tributação imposta pela administração espanhola aumentava, parcela considerável da população via como alternativa o traslado para o Brasil, o que fazia aumentar a crise populacional e econômica. As atitudes políticas de Filipe IV (de Espanha) também eram fonte de insatisfação, uma vez que as promessas das Cortes de Tomar estavam sendo progressivamente violadas, como a nomeação de espanhóis para cargos importantes em Portugal. Com isso, o temor de que Portugal fosse transformado em província espanhola acentuava a ânsia pela independência política.

O sebastianismo* também foi um forte motivador, que tomou enormes proporções entre a população portuguesa, inicialmente entre os mais pobres, mas também entre nobres e clérigos. Eduardo D'Oliveira França salienta a importância que tiveram as diversas revoltas e manifestações populares para o desgaste da presença espanhola em Portugal, pois segundo o autor, *se o regime castelhano era detestado, qualquer pretexto desencadeava rebeliões*¹⁹⁷,

* Movimento messiânico ocorrido em Portugal entre a população que não aceitava a morte de Dom Sebastião e por isso, o mito de que o rei não havia morrido e estava apenas aguardando o momento certo de retornar ao trono português se espalhou entre a população. Esse movimento traduz a inconformidade com a situação política vivida por Portugal nas décadas subsequentes à morte de Dom Sebastião. No Brasil do século XIX o movimento surgiu com força, sendo identificado, por exemplo, em Canudos, em que Dom Sebastião retornaria para restabelecer a monarquia no Brasil.

¹⁹⁷ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 284.

muito embora a Restauração tenha sido efetivada pela nobreza e pelo clero, a permanente tensão social exerceu papel fundamental.

Em 1º de dezembro de 1640, um grupo de nobres portugueses invadiu o Paço da Ribeira, rendendo a Duquesa de Mântua, então vice-rainha de Portugal, e assassinou Miguel de Vasconcelos, seu secretário geral, iniciando a Guerra de Restauração. Em 2 de dezembro, assumia o trono o Duque de Bragança. No Brasil, a aclamação do rei português foi imediata, o que para Buarque de Holanda demonstrava a intenção dos altos funcionários que aqui trabalhavam em manter seus postos.¹⁹⁸ O que feriu politicamente o Brasil foi a postura diplomática adotada por Portugal que, para conseguir apoio e reconhecimento internacional de sua independência, admitindo, mesmo que por curto período, as possessões holandesas no nordeste brasileiro.

Administrativamente, muitas posturas espanholas foram mantidas, como a manutenção da divisão em duas colônias portuguesas no Brasil, medidas de cunho normativo foram tomadas, com a criação de órgãos administrativos voltados aos territórios ultramarinos, visando manter seu controle. Além disso, o processo de penetração territorial foi intensificado, com a elaboração de uma nova política de fundação de cidades, embora este tenha tido seu início prático apenas no final da década de 1690, quase quarenta anos após a Restauração. Este hiato na fundação de cidades no Brasil tem sua origem nos problemas financeiros enfrentados por Portugal, assim como na necessidade de reestruturação administrativa percebida pela coroa.

3.4.1 Criação do Conselho Ultramarino e modificações na administração brasileira

Após a Restauração, o governo português necessitava se fortalecer política e administrativamente. Portugal havia perdido muitas possessões e uma de suas principais fontes de riqueza no Brasil, as plantações e engenhos pernambucanos estavam nas mãos dos holandeses. Além disso, o

¹⁹⁸ HOLANDA, 1976, *opus cit.*, p. 189.

reconhecimento e apoio da população, tanto na metrópole quanto nas colônias, eram essenciais à administração portuguesa. Nesse sentido, uma série de medidas foi tomada visando aumentar a presença e a fiscalização real nas colônias, além de fortalecer o vínculo dos colonos com o novo governo, de modo a ganhar seu apoio.

Neste primeiro período após a Restauração, a fundação de cidades no Brasil colônia sofreu sensível diminuição, com apenas 24 vilas fundadas nos sessenta anos que sucederam o final da União Ibérica, sendo que nenhuma delas foi fundada na região norte do Brasil. A estruturação administrativa se mostra mais importante neste momento do que a fundação de cidades em si, onde esta estrutura seria colocada em prática.

O Conselho Ultramarino foi criado por Regimento de 14 de julho de 1642 destinado aos assuntos de todas as matérias e negócios, de qualquer qualidade que fossem, relativos à Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde, ficando excluídas as Ilhas da Madeira, Açores e as possessões africanas. No conjunto das suas competências destacam-se a administração da Fazenda, a decisão sobre o movimento marítimo para a Índia, definindo as embarcações, a equipagem e as armas, o provimento de todos os ofícios de Justiça e Fazenda e a orientação dos negócios tocantes à guerra. Passavam, ainda, pelo Conselho Ultramarino os requerimentos de mercês por serviços prestados no Ultramar. Da venda de escravos ao passaporte de padres, da cobrança de impostos ao combate às invasões, tudo era regulado ou fiscalizado por essa instância administrativa composta por nobres e letrados.

Sua instalação oficial ocorreu em dezembro de 1643, mas o Conselho já expedia documentação desde sua criação no ano anterior. Seu primeiro presidente foi Dom Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, primeiro vice-rei do Brasil. O Conselho Ultramarino foi criado nos moldes do Conselho da Índia, extinto em 1614, e tinha o claro objetivo de separar os assuntos da Metrópole, que ficavam sob a responsabilidade do Conselho da Fazenda, dos das diferentes colônias. Maria de Fátima Silva Gouvêa afirma que a *eliminação do nome das Índias sinalizava a crescente importância do Atlântico no cenário*

*imperial*¹⁹⁹. Para a autora, um dos principais significados da nova instituição era a busca, por parte do governo português, de *uma maior racionalização e padronização do governo de seus territórios ultramarinos*.²⁰⁰

Um tema que não cabia ao Conselho era a provisão dos Bispados, ponto que havia gerado problemas com o antigo Conselho, sendo que nenhum eclesiástico fazia parte do novo Conselho e a Igreja permanecia separada das decisões sobre a colônia, mantendo sua autonomia e papel civilizador dentro do projeto colonial.

Administrativamente o Conselho representou um marco no processo de centralização pelo qual passavam Portugal e suas colônias, uma vez que o novo dispositivo concentrava a expedição e avaliação de todos os documentos, cartas, provisões e ofícios de Justiça referentes ao ultramar. Os donatários das capitanias brasileiras foram um dos principais impactados pelo Conselho, pois seus poderes, que já vinham diminuindo desde a instalação do Governo-Geral ficaram praticamente limitados aos direitos tributários que estabeleciam os forais. Outro processo que teve prosseguimento foi a diminuição do poder das Câmaras Municipais, que já vinham sofrendo sanções desde o período de união das coroas.

Não apenas a criação do Conselho Ultramarino demonstra a intenção de continuidade da política administrativa espanhola por parte de Portugal, mas também a utilização do regimento do Conselho da Índia. Certamente o estado burocrático proveniente do absolutismo monárquico teve forte influência na forma administrativa desenvolvida na Espanha e não poderia ser diferente com Portugal, no entanto, o contato entre os dois países durante sessenta anos, com o progressivo domínio e influência espanhóis, deixou fortes marcas no país ibérico, representando mais um elemento para reforçar a centralização. Esse processo de centralização administrativa também passa, certamente, pela

¹⁹⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (sec. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001, p. 292.

²⁰⁰ GOUVÊA, *opus cit*, p. 292.

questão econômica, uma vez que Portugal passou a cada vez mais depender da colônia americana, primeiro com a retomada da exportação de açúcar e, no final do século XVII, com a extração do ouro mineiro.

Rhoden entende o Conselho Ultramarino como um dispositivo que reafirmou a postura centralizadora, através dele, esta *foi aperfeiçoada e ampliada de modo a aumentar o poder de fiscalização da metrópole, reprimir os possíveis abusos cometidos na colônia e fortalecer o poder real, conforme a visão absolutista vigente na Europa, naqueles tempos.*²⁰¹No que concerne às cidades, a organização do Conselho Ultramarino possibilitou a elaboração de políticas específicas para a ocupação territorial através do estabelecimento de novos núcleos citadinos, onde o controle administrativo se daria concretamente.

O aumento de importância do Brasil dentro do império ultramarino português através de outras medidas do governo metropolitano, tais como a elevação do Brasil à condição de Principado e o reconhecimento do direito de representação do Brasil nas Cortes portuguesas. A primeira ocorreu em 1645, e Gouvêa a considera *uma notável inovação na forma de ser da gestão administrativa ultramarina*²⁰² dada sua significação política era, sobretudo, uma valorização que visava colocar o Brasil em uma posição de apoio ao governo recém-instalado.

Em grande medida, buscava-se aproximar o Brasil, de forma mais íntima, de seu soberano recém-restaurado. Um rei ausente fisicamente, mas que procurava, por esse expediente, reafirmar a sua presença e os elos que os unia a seus vassallos ultramarinos, e mais especificamente aqueles do complexo Atlântico Sul.²⁰³

Juntamente com a elevação do Brasil a Principado veio uma crescente concessão de títulos a luso-brasileiros, ligando-os definitivamente ao novo governo metropolitano, em uma versão modernizada dos laços de vassalagem. O direito de representação do Brasil nas Cortes portuguesas foi reconhecido

²⁰¹ RHODEN, *opus cit*, p. 56.

²⁰² GOUVÊA, *opus cit*, p. 294.

²⁰³ Idem.

em 1653 e serviu, sobretudo, para reforçar a ligação da colônia com sua metrópole, aumentando o apoio ao novo governo instalado, o qual se mostrava aberto à participação de seus súditos. Gouvêa aponta como sinal da efetividade desta medida a expulsão dos holandeses do Brasil no ano seguinte – 1654 –, uma vez que a participação brasileira alimentou *sentimentos de pertença e vassalagem dos súditos luso-brasileiros no contexto pós-restauracionista*.²⁰⁴

Com o novo governo, plenamente estabelecido em Portugal e no Brasil, a coroa pôde dedicar-se novamente de forma efetiva à questão territorial, buscando levar seu controle aos mais distantes domínios do território colonial. Não apenas a descoberta do ouro no interior foi motivador para que novos estabelecimentos urbanos fossem fundados, mas também o progressivo interesse que o vale amazônico despertava, fizeram com que Portugal se debruçasse na realização de um projeto urbanizador normatizado, familiarizado com o legado deixado pela União Ibérica.

3.5. NOVAS POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA COLÔNIA AMERICANA

Após um período inicial de reorganização estatal e colonial, Portugal, através do aumento da presença governamental na colônia, passou a delinear uma nova política de ocupação que atendesse às necessidades de manutenção e ampliação da posse territorial e povoação do interior. Este último objetivo mostrava-se como mais facilmente alcançável no final do século XVII do que jamais havia sido para os portugueses, uma vez que o complexo urbano litorâneo já se encontrava solidamente estabelecido, com toda a costa guarnecida pela rede de cidades fundadas nos primeiros 150 anos de colonização.

²⁰⁴ Ibid, p. 297.

Roberta Marx Delson elenca quatro pontos essenciais que motivaram e nortearam a elaboração de uma série de medidas para a efetiva ocupação do interior brasileiro, quais sejam *a distribuição de terras; a descoberta de ouro; a necessidade de implantar a lei e ordem no sertão; e a ameaça dos interesses espanhóis.*²⁰⁵ Tal projeto começou a ser colocado em prática no final do século XVII mas atingiu seu auge depois da década de 1750, com a administração do Marquês de Pombal.

Este projecto urbanizador era um componente fundamental da estratégia de efectiva ocupação do território. Por um lado, através da construção de fortificações em pontos estratégicos procurava-se controlar os principais pontos de acesso à região. Por outro lado, através da fundação de novas vilas e cidades ou da mais simples e pragmática refundação de aldeamentos missionários, e da sua integração numa rede urbana global, procurava-se a efectiva ocupação territorial do Brasil, argumento fundamental nas negociações em curso com Espanha.²⁰⁶

A reorientação da política de ocupação territorial portuguesa passou, inicialmente, pela expedição de leis que objetivavam ampliar o controle da região interiorana. A Coroa passou a buscar a ampliação do controle da distribuição de terras no interior, assim como a extensão destas. Entre 1695 e 1699, foram estabelecidas leis que limitavam o tamanho das sesmarias a três léguas por uma e exigiam o cultivo útil das terras, sob a pena de expropriação²⁰⁷. Como consequência disto, foi iniciado um embate contra a aristocracia agrária, que via o tamanho de suas terras ser limitado pela administração central. Delson vê nestas medidas a busca por parte dos portugueses, de assegurar não apenas a ocupação efetiva do interior, mas também o controle da Coroa sobre a região e o acesso a possíveis riquezas nela encontradas.

Embora essa medida tenha sido interpretada pelos administradores coloniais como um dispositivo para assegurar a ocupação efetiva da terra, seu efeito capital consistia em impedir que se reivindicassem propriedades extensas em

²⁰⁵ DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997, p. 14.

²⁰⁶ TEIXEIRA, *opus cit*, p. 254.

²⁰⁷ DELSON, *opus cit*, p. 12.

zonas que pudessem revelar-se de valor pecuniário inestimável para a Coroa. (...) a burocracia portuguesa reconhecera que a colonização metódica do sertão só poderia ser levada a efeito se a terra fosse distribuída eqüitativamente em pequenas parcelas a um grande número de indivíduos; a manutenção de grandes propriedades particulares no interior teria efeito negativo de desencorajar o futuro povoamento.²⁰⁸

A autora ainda menciona a atualidade da discussão promovida pela administração portuguesa ao buscar a revisão da distribuição fundiária na colônia, exigindo a plena utilização de toda área disponível para produção, ou seja, acenando com uma reforma agrária no final dos seiscentos.

Juntamente a este processo de ocupação e controle do interior ocorreu a expansão em direção ao sul, onde foram fundadas cidades e incentivada a vinda de colonos para povoar a região. A Colônia de Sacramento*, fundada em 1678, é um exemplo do ímpeto português em ocupar definitivamente áreas que até então tinham sua posse em aberto, por sua situação de fronteira. Sacramento era ponto estratégico para os portugueses, pois determinava a fronteira com as possessões espanholas, localizada nas margens orientais do Rio da Prata, assegurando o contato com a prata que era trazida de Potosí, através do Rio.

Com relação aos interesses espanhóis apontados por Delson, as disputas territoriais entre Portugal e Espanha na América atingiram outra dimensão em decorrência da União Ibérica, pois neste período, muito embora o governo espanhol tenha procurado manter a separação entre as duas colônias, especialmente no que diz respeito ao comércio e trânsito de portugueses para o lado espanhol, o processo de exploração territorial empreendido no lado brasileiro, e incentivado pela administração, teve como consequência o progressivo adentramento e ocupação luso-brasileira de áreas que, por Tordesilhas, pertenciam à Espanha. Dessa forma, se tornou uma das preocupações do governo restaurado assegurar a posse de tais áreas, fazendo

²⁰⁸ Idem.

* Foi fundada pelos portugueses, mas se tornou objeto de disputa territorial entre espanhóis e portugueses, tendo sua posse ficado determinada apenas em 1801, para a Espanha.

com que o investimento em núcleos de povoamento fosse altamente incentivado.

O surto urbano, ocorrido na região centro e oeste do Brasil, a partir da última década do seiscentos em decorrência da descoberta de ouro na região, atraiu grande quantidade de pessoas buscando enriquecimento a partir não apenas da mineração, mas também das atividades comerciais e agrícolas que se desenvolveram na região por causa da extração de minério. Em virtude de a ocupação da região ter ocorrido inicialmente pelas mãos de exploradores independentes que adentravam a região em busca de minas e *enquanto isso iam deixando para trás de si uma trilha de pequenos campos de mineração construídos atabalhoadamente (...) os quais constituíram os núcleos dos primeiros povoados realmente permanentes da região*²⁰⁹ e, após as notícias de descoberta das minas a ocupação ter se dado de forma bastante rápida, o controle da coroa não conseguiu se fazer presente para normatizar as cidades que ali surgiram nos primeiros anos de ocupação. No entanto, a Coroa portuguesa agiu rapidamente para controlar a situação e impor o maior controle possível na região, implantando junto às cidades ali fundadas centros de administração e arrecadação tributária sobre o minério*, além da fundação de novas cidades com o mesmo objetivo, ao passo que *a lógica da política da construção de vilas subsidiadas pelo governo também era patente no trato do problema de manter o controle sobre o escoamento do ouro que estava sendo extraído*²¹⁰.

3.5.1. Norte: permanente alvo de povoamento.

A região norte ainda se apresentava como um problema para a administração portuguesa, pois mesmo com o estabelecimento de São Luís e Belém, a comunicação entre os Estados do Brasil e Maranhão continuava dificultada, o que impedia a unidade territorial, e, o conseqüente controle. A construção de uma ligação através do Piauí foi a solução encontrada pela

²⁰⁹ Ibid , p. 11.

* Sobre o assunto, ver: MACHADO NETO, José Ribeiro. *A economia de mineração brasileira no sistema comercial atlântico e as relações anglo-lusas nos anos 1700* – Tese de doutorado – PPGH/UNB, 2002.

²¹⁰ DELSON, *opus cit* , p. 13- 14.

Coroa portuguesa. Partindo de São Luís, cortando o sertão piauiense, o caminho ia até o povoado de Juazeiro na Bahia.

Em 1697 foi fundada a primeira paróquia do Piauí, Nossa Senhora da Victória, onde em 1716 foi fundada povoação com o mesmo nome. O povoado de Mocha, localizado às margens do São Francisco, que havia tido sua povoação iniciada em 1696, foi elevado a vila em 1717. Estas duas ocupações urbanas são exemplo claro da intenção urbanizadora da administração portuguesa, que em 1716, através de carta régia, baixou as regras urbanísticas a que essas edificações deviam se enquadrar, de cunho altamente normatizado, buscando a regularidade dos planos nos dois núcleos.

A Carta Régia, enviada ao governador José Pereira Caldas ordenava que os moradores da região deveriam decidir sobre a localização da praça central, onde seria construído o pelourinho, e o local para construção da igreja. Os locais da câmara, cadeia e prédios administrativos também deveriam ser previamente determinados, com todos os lotes, incluindo os das residências, sendo demarcados em linhas retas, garantindo o ordenamento das ruas. O estilo arquitetônico das fachadas também deveria ser homogêneo, tendo seu estilo controlado pela administração local.

Sou servido ordenar-vos, que, passando as referidas freguesias, depois de haverdes feito relação dos moradores, que se oferecem para povoa as referidas vilas – convocareis todos para determinados dias, nos quais sendo presente o povo, determineis o logar mais próprio para servir de paraça a cada uma das ditas, fazendo levantar no meio delas o pelourinho, assignando area, para se edificar uma igreja, capaz de receber um competente número de freguezes, quando a povoação aumentar. como também das outras areas competentes para as casas das recreações e audiencias, cadeias, e mais oficinas públicas, fazendo delinear as casas dos moradores por linha réta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas.²¹¹

Percebe-se que os portugueses tinham bastante clara a intenção de supervisionar inteiramente o desenvolvimento das comunidades, no que se

²¹¹ BARRETO, Paulo T. “O Piauí e sua arquitetura” IN: *Revista do IPHAN*, nº 2, 1938, p. 189. Disponível em <http://revista.iphan.gov.br/>. Acesso em 30/11/2010.

inclui o traçado físico. O objetivo era criar comunidades de aparência ordenada e homogênea, que demonstrassem fisicamente a existência de uma autoridade estabelecida naqueles confins que outrora estivera entregue ao poder de senhores de terras, forasteiros e indígenas hostis. A preocupação com o crescimento das povoações também fica evidenciado pela mesma carta régia, que determina a limitação do tamanho das sesmarias de modo a proporcionar a expansão urbana.

(...) e assim vós, como os governadores que vos sucederem poderão dar de sesmarias todas as terras vagas que ficarem compreendidas nos referidos termos: dando-as porem com as clausulas e condições que tenho ordenado, excéto no que pertence a extensão da terra, que tenho permitido dar a cada morador; porque nos contornos das ditas vilas, e na distancia de seis legoas ao redor delas não poderão dar de sesmaria a cada morador mais do que meia legoa em quadro, para que aumentando-se as mesmas vilas possam ter suas datas de terra todos os moradores futuros.²¹²

No que concerne ao crescimento das duas povoações, a Coroa se mostrava bastante positiva, ao passo que a Carta faz referência incisiva sobre moradores futuros, demonstrando a expectativa de que ocupação da região crescesse rapidamente. A vila de Mocha passou a ser sede do governo do Piauí em 1758 e em 1762 teve seu nome modificado para Oeiras, em homenagem ao Marquês de Pombal, Conde de Oeiras, recebeu o título de cidade, e foi capital do Piauí até 1852. O Piauí, que até 1715 pertencera a Bahia, passou a fazer parte da jurisdição do Maranhão.

²¹² BARRETO, *opus cit*, p. 190.



Figura 39: Oeiras do Piauí, 1750.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em <http://purl.pt/881>. Acesso em 06/12/2010.

Embora a representação não possibilite uma análise mais profunda do plano urbano da cidade, uma vez que se trata de uma gravura e não de uma planta propriamente dita, é perceptível certa simetria nas poucas ruas existentes, embora ainda impere a dispersão das residências. Também é possível identificar a praça central, com a igreja em destaque, remetendo às cidades hispano-americanas. O rio que corta a cidade comprova a atenção à existência de água para o abastecimento da população e escoamento da produção, além de seu papel no transporte e ligação com o restante da região.

Atualmente, a cidade de Oeiras mantém a forma quadricular em boa parte de seu traçado urbano, dispondo ainda de quadras simétricas e ruas regulares, em uma continuidade do que foi feito no período colonial, o que demonstra a efetividade e força da intenção planejadora aplicada na cidade por seus governantes, tanto dos locais quanto dos que permaneciam na metrópole.



Figura 40: Cidade de Oeiras, Piauí. Foto atual. Observa-se regularidade no traçado da região onde foi fundada a cidade.

Fonte: Google Earth, foto de 8 de fevereiro de 2003. Acesso em 05/12/2010.

As determinações encontradas na Carta Régia de 1716 foram aplicadas não apenas na Vila de Mocha, mas em muitas das povoações fundadas na região ao longo dos setecentos. Uma série de povoações foi fundada na região norte, sendo que uma característica que as aproxima é o plano regular que foi empregado na construção. Muitos elementos influenciaram a concepção da idéia urbana que norteou a elaboração das recomendações de regularidade para a edificação das cidades e vilas do século XVIII. As ideias provenientes do Renascimento já haviam sido altamente discutidas e aplicadas, tendo dado origem a inúmeros estudos, projetos, reformas e novos modelos de urbanismo, como foi o caso do Barroco, que unia a regularidade urbana renascentista à monumentalidade teatral caracterizadora das cidades-sede dos governos absolutos. Se em um primeiro momento as ideias de regularidade demoraram a se firmar em Portugal, tendo as primeiras cidades brasileiras apresentado um processo de fundação e edificação menos regulado do que as datadas a partir do século XVII, a partir da segunda metade dos quinhentos as escolas de engenharia militar passaram a ganhar importância em Portugal, e os

engenheiros militares *passaram a ocupar espaço bastante relevante nos projetos de fortificação territorial e, conseqüentemente, de fundação de cidades.

O período de união das coroas ibéricas foi responsável não apenas pela influência da legislação urbana espanhola sobre o Brasil, mas também pela intensificação no processo de ocupação territorial e oportunização a esses engenheiros-militares de colocar em prática em terras americanas a teoria estudada na Europa, como foi o caso de Francisco de Frias da Mesquita no Maranhão.

A progressiva racionalização do espaço urbano brasileiro teve íntima ligação com o evento da União Ibérica, e não apenas o traçado das cidades sofreu tal influência, como também a teia administrativo-burocrática, que se estendeu fortemente às mais longínquas possessões, juntamente dos estabelecimentos urbanos. A efetiva ocupação da costa norte brasileira foi inaugurada durante este período e as cidades lá fundadas serviram não apenas como pontos de fortificação, mas também de irradiação para o conseqüente povoamento da região, que foi continuado após a Restauração, embora com um número tímido de fundações de cidades na região, fato diretamente influenciado pela mineração, que se tornou o principal foco de interesse português.

A ocupação do norte brasileiro ganhou novo fôlego e incentivo a partir da administração do Marquês de Pombal**, quando um grande número de povoações foi fundado na região Norte. A ocupação chegou até o atual Amapá, e a cidade de Macapá, por exemplo, que já existia desde 1688, foi fundada novamente dentro dos padrões de regularidade urbana e controle territorial em 1751. Outro exemplo de cidade construída dentro de tais moldes é Mazagão, fundada em 1769, também na região de Macapá. Outras vilas, cidades e fortificações foram fundadas neste período no Norte brasileiro, todas dentro de

* Sobre o assunto, ver: VALLA, Margarida. “O papel dos arquitectos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas” IN: *Urbanismo de Origem Portuguesa*, nº1, set/1999. Disponível em <http://revistas.ceurban.com/numero1/margarida.htm>.

** Primeiro-ministro português entre 1750 e 1777.

um padrão bastante rígido de planejamento, que fazia parte do projeto pombalino de ocupação territorial, dando continuidade ao processo iniciado no princípio do século anterior.

Rossana Samarani Verran fala a respeito do projeto de ocupação de Pombal a partir da necessidade de ocupação da região por súditos do rei de Portugal, a partir da miscigenação, dando caráter nacional à ocupação através de uma população que teve sua identificação criada a partir da mistura racial.

Essa idéia, transformada em uma ação política complexa abrange uma visão de homem e de mundo em conformidade com as premissas da ciência moderna, pois trata de uma humanidade que pode evoluir com o passar do tempo. A idéia de igualdade entre os homens tornou-se necessária para dar suporte à política de miscigenação, adotada por Portugal, unindo os habitantes da colônia e da metrópole em um só Reino.²¹³

O pleno povoamento especialmente das regiões fronteiriças era de extrema importância para assegurar as posses obtidas, e a miscigenação foi um dos dispositivos utilizados para garantir o material humano nos territórios ocupados fisicamente pelas cidades.

O complexo urbano construído no Norte do Brasil durante o século XVIII foi, certamente, uma combinação de fatores impulsionada por uma vontade política de não apenas manter posses territoriais, mas também de levar o projeto civilizador europeu a toda a área americana que cabia a Portugal, e também às áreas por ele almeçadas, tendo sido a cidade um dos mais efetivos meios de obter êxito na busca pela fixação portuguesa no Novo Mundo.

²¹³ VERRAN, Rossana Samarani. *Inventário científico do Brasil no século XVIII: a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza e dos índios* – Tese de doutorado – PPGH/PUCRS, 2006, p. 178.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da cidade foi escolhida por ser extremamente rica, pois tem um imenso campo de abrangência e de possibilidades de análise e reflexão. Para tanto, realizou-se um exercício de pesquisa e ampliação de conhecimentos discutidos em várias obras, como “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, no intuito de propor uma nova leitura a respeito das cidades brasileiras do período colonial durante a União Ibérica (1580-1640) e da intenção urbanizadora portuguesa. A finalização da pesquisa certamente não visa propor conclusões a respeito do tema, mas sim abrir a discussão acerca da cidade colonial no Brasil, suas diferentes formas e funções que levam a várias interpretações.

No entanto, é possível afirmar que o objetivo geral projetado foi alcançado, uma vez que, a partir das reflexões feitas, baseadas na bibliografia e documentação selecionadas e analisadas, demonstrou-se que as cidades fundadas e construídas no Brasil foram alvo de planejamento e faziam parte de um projeto maior de ocupação de dominação territorial elaborado por Portugal, que já apresentava precedentes na própria Península Ibérica e nas regiões colonizadas antes da América. Para além disso, buscou-se demonstrar que o projeto português recebeu influências diversas, inclusive de épocas mais distantes temporalmente, como as colônias romanas, mas dentre estas, a que teve direta interferência no programa colonizador e nas formas físicas das cidades brasileiras coloniais foi a influência espanhola, em parte pelo contato na própria Península, mas muito pela ligação político-administrativa vivenciada entre 1580 e 1640.

A partir das diferentes leituras a respeito da cidade nos foi possível constatar que esta se constitui em um dos principais pólos de desenvolvimento

social, mas, além disso, é um importante indicador da ideia de sociedade concebida pelas diferentes civilizações, em diferentes temporalidades. A dissertação buscou apresentar uma visão geral a respeito das reflexões promovidas pelo homem sobre o espaço que habita, demonstrando as diferentes concepções de mundo impregnadas na constituição física das cidades europeias que, embora não integralmente, se fizeram presentes na construção do mundo europeu além-mar. As modificações na forma de projetar e construir cidades ao longo dos séculos reflete, em relação à civilização europeia, alvo do referido capítulo, não apenas a organização social vigente, mas sobretudo a ideia do homem sobre si e sobre seu lugar no mundo. O ímpeto de construir cidades, especialmente as de caráter colonizador, é constatado ainda nas civilizações mais antigas, como Grécia e Roma, permitindo observar que a fundação de cidades em locais de inédita exploração faz parte da ideia civilizadora europeia desde tempos remotos. O ponto específico sobre as cidades da Península Ibérica agrega a questão local, com suas peculiaridades, como a presença muçulmana, não encontrada no restante da Europa, mas de grande importância para a concepção urbana ibérica.

Podemos concluir que o processo de reorganização por que passaram Portugal e Espanha foi caracteristicamente moderno, processo este que não se deu de forma rápida, mas sim lenta e gradativa, com mudanças e permanências em todos os âmbitos da vida política e social. A contextualização da ocupação da América pelos europeus dentro do princípio da Idade Moderna é de relevância no que diz respeito à ampliação da visão de mundo daqueles homens que construíram o Novo Mundo, que puderam elaborar uma nova concepção de homem e de sociedade a partir de suas experiências além-mar, projetando na América novas possibilidades de vida e enriquecimento.

As cidades provenientes das ocupações portuguesa e espanhola na América, também abordadas no segundo capítulo, nos permitiram perceber não apenas semelhanças e diferenças entre os dois empreendimentos urbanos ibero-americanos, mas, sobretudo analisar as funções atribuídas aos centros urbanos coloniais dentro dos impérios ultramarinos. As cidades coloniais fundadas por espanhóis e portugueses tiveram ao longo do período colonial

americano fundamental importância ao passo que constituíam não apenas espaços de sociabilidade e centralização da máquina administrativa, mas também centros de onde emanavam as ordens, políticas e posturas socioculturais que se espalharam pelo território americano proporcionando as bases para a efetiva conquista e ocupação territorial.

Não apenas o interesse de fundar cidades, mas também as formas urbanas encontradas nas cidades coloniais tanto de origem portuguesa quanto espanhola na América demonstram a ligação da Península Ibérica com o restante da Europa em relação à importância dispensada ao espaço urbano e ao seu papel civilizador. Embora tenhamos observado, assim como diversos outros autores, as modificações dos padrões urbanos aplicados na Europa e na América, o ímpeto de controlar o espaço urbano, promovendo uma colonização efetiva através da construção de espaços nos moldes colonizadores, se fez fortemente presente na colonização ibero-americana, tendo sido fator fundamental para a estruturação da cultura europeia dentro do espaço do Novo Mundo.

Os diferentes tipos urbanos, assim como as diferentes influências culturais que os determinaram foram responsáveis por uma permanente troca entre os nativos americanos, espanhóis, portugueses e os demais europeus que se fizeram presentes na América durante seu período colonial. Em nosso trabalho buscamos mostrar que o século XVII foi um dos grandes momentos em que os diferentes elementos culturais europeus presentes no território brasileiro foram responsáveis por uma rica contribuição ao nosso desenvolvimento urbano, ao passo que as cidades coloniais receberam, não apenas um grande incentivo em sua função de demarcadora territorial, mas também passaram a ilustrar de forma concreta as diferentes influências urbanas de que eram alvo.

Nesse sentido, podemos apontar que não apenas o impacto que a União Ibérica teve sobre a colonização e administração do Brasil, mas igualmente a contribuição que os diferentes eventos por ela proporcionados, como as ocupações francesa e holandesa, trouxeram ao conjunto urbano brasileiro,

reforçou uma das mais fundamentais funções que a cidade tinha naquela época: guarnecer o território e expandi-lo na medida do possível. A cidade se mostrou um elemento bastante efetivo para alcançar o objetivo centralizador, ao passo que a fundação das cidades de São Luís do Maranhão e Belém do Pará deu bases físicas necessárias para o posterior estabelecimento do Estado do Maranhão.

A análise dos planos urbanos e da localização destas duas cidades forneceu instrumentos para a reflexão sobre os tipos de cidades que foram edificadas na região Norte brasileira. Por esta região ter tido uma ocupação tardia em relação ao nordeste, alvo de exploração desde a década de 1530, o Norte foi contemplado com uma colonização mais estruturada e menos incipiente do que a região vizinha. Tanto Espanha quanto Portugal já apresentavam planejamentos coloniais mais elaborados, sendo que a Espanha já possuía um complexo urbano bastante desenvolvido em suas colônias americanas quando assumiu a administração brasileira, tendo estendido suas premissas colonizadoras e políticas urbanas aos territórios pertencentes a Portugal, dando continuidade ao processo de ocupação territorial.

Importante ainda salientar que o recorte proposto, com foco nas cidades fundadas na região norte brasileira durante o período da União Ibérica, não objetivou afirmar que as cidades brasileiras da época colonial eram homogêneas, seguindo todas um mesmo padrão regular de edificação. Muitas outras formas urbanas são encontradas no território que correspondia ao Brasil entre os séculos XVI e XVIII, como as cidades provenientes do período minerador, que apresentam características diversas das aqui apresentadas.

Após o final da União Ibérica verificamos que algumas bases administrativas legadas pelo período filipino permaneceram no Brasil, assim como em Portugal. A estrutura burocrático-administrativa permaneceu em expansão dentro da colônia, embora a fundação de cidades tenha sofrido perceptível queda nas décadas subsequentes, apenas sendo efetivamente retomada no final do século XVII, especialmente com a mineração. No entanto, no plano administrativo, uma série de medidas voltadas para as cidades foram

tomadas pela coroa portuguesa, proporcionando um planejamento cada vez mais controlado e elaborado das cidades coloniais. A cidade de Oeiras, construída já no século XVIII, exemplifica as novas políticas urbanas portuguesas empregadas na colônia, ao passo que ela teve seu plano urbano planejado e desenvolvimento ordenado, assim como São Luís e Belém, mas se encaixa em um quadro contínuo de fundações, ao contrário das outras duas, que permaneceram isoladas temporalmente até que se desse continuidade na fundação de novas cidades para a constituição de um complexo urbano de fato.

Oeiras se mostrou emblemática porque marcou um novo alargamento das fronteiras, demonstrando a efetiva intenção da coroa em ampliar ainda mais o território brasileiro e continuar utilizando a cidade enquanto carro-chefe deste processo, retomando efetivamente a fundação de cidades na região Norte do Brasil. As cidades fundadas no Norte brasileiro a partir do século XVIII foram fruto de declarado planejamento urbano, atendendo às normas de ordenação e geometrização da malha urbana, e às exigências da progressiva racionalização por que passava a sociedade europeia, como um consequente reflexo desta nos territórios colonizados.

Cabe aqui retomar o que afirma Centurião, e que já apontamos anteriormente, quanto à América ter sido um local de aplicação das ideias urbanas desenvolvidas na Europa dada sua abundância de terras desocupadas aptas às experiências práticas impossibilitadas no Velho Mundo pela sua quase total ocupação humana. Tais projetos urbanos foram aplicados aqui e serviram, de fato, como laboratório aos experimentos urbanísticos, retornando à Europa ao serem aplicados, posteriormente, nas reformas urbanas lá ocorridas. A reforma pombalina em Lisboa após o terremoto é um emblemático exemplo, ao passo que a cidade foi remodelada dentro da perspectiva racional de urbanismo, se enquadrando dentro do mesmo projeto urbano aplicado pelo Marquês do Pombal no Brasil.

As cidades fundadas e reformadas no Brasil dentro do projeto pombalino, como Macapá, cidade planejada que apresenta malha urbana

altamente geometrizada, são ainda ricas fontes para futuras pesquisas, apresentando-se, assim como a cidade em sua profunda complexidade, inesgotável objeto de investigação, sendo que as relações entre as cidades portuguesas e as brasileiras do século XVIII ainda apresentam amplas possibilidades de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTOLA, Miguel. *História de Espanha Alfaguara*. Madrid: Alianza, 1978.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. “Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos de colonização brasileira: Origens”. IN: CARITA, Helder; ARAÚJO, Renata (coord). *Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 39-70.

BANDECCHI, Brasil. *História econômica e administrativa do Brasil*. São Paulo: Ed. Didática Irradiante S/A, 1970.

BARRETO, Paulo T. “O Piauí e sua arquitetura” IN: *Revista do IPHAN*, nº 2, 1938, p. 187-223. Disponível em <http://revista.iphan.gov.br/>.

BENÉVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Editora Presença, 1995.

BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, volume I.

_____, Leslie (org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, volume II.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (sec. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001, p. 191-221.

BOSCHI, Caio. “O advento do domínio filipino do Brasil” IN: VENTURA, Maria da Graça M. (org). *A União Ibérica e o mundo atlântico*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

CABO, Angel. “Condicionamentos geográficos” IN: ARTOLA, Miguel. *História de Espanha Alfaguara*. Madrid: Alianza, 1978.

CARITA, Rui. “As cidades insulares no universo urbanístico português”. IN: *Arquipélago. História*, 2ª série, volume 3, Editora Universidade dos Açores, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. *A Cidade Colonial no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

COMELLAS, José Luis. *Historia de España moderna y contemporánea*. Madrid: Ediciones Rialp, S.A.. 1999.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

CRUZ, Glenda Pereira da. *Antecedentes da organização do espaço colonial da América Ibérica* – Tese de Doutorado – PPGH/PUCRS, 1995, volumes I e II.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DIAS, Manuel Nunes. *O descobrimento do Brasil: Processo conjuntural de longa duração*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

DUARTE, Cristóvão Fernandes. “São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia do período filipino”. IN: *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p. 152-160.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1993, volume II.

ELLIOTT, J.H. “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII” IN: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, volume I, p.283-337.

ELLIS JR, Alfredo. *Raposo Tavares e sua época*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

FALCON, Francisco José Calazanas; RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *A formação do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo, Globo, 2001.

FERNANDES, José Manuel. *Synthesis of Portuguese Culture: Architecture*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (sec. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

GADELHA, Maria Regina A. Fonseca. "Conquista e ocupação da Amazônia: fronteira norte do Brasil." IN: *Estudos Avançados*. São Paulo: IEA-USP, vol. 16, n. 45, maio/ago. 2002, p. 63-80. Publicação eletrônica, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200005&lng=pt&nrm=iso, acesso em 28/11/2010.

GESTEIRA, Heloísa Meireles. "O Recife Holandês: História natural e colonização neerlandesa (1624-1654)" IN: *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.6-21, 2004, disponível em http://www.sbhcc.org.br/pdfs/revistas_anteriores/2004/1/artigos_1.pdf, acesso em 20/11/2010.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editora Presença, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O antigo regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (sec. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001, p. 287-315.

HAUSER, Arnold. *O conceito de Barroco*. Lisboa: Vega, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____, Sérgio Buarque de. *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel, 1976.

LAMAS, José M. Ressano. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa, FEG/JNFFC, 1993.

LAURENTYS, Tereza Cristina. *Memória e história: o imaginário da invasão holandesa a Salvador (1624) – Dissertação de Mestrado – PPGH/PUCRS, 2002.*

LE GOFF, Jacques. *O apogeu da cidade medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LOPEZ, Robert S. *Revolução Comercial da Idade Média: 950-1350*. Lisboa: Editora Presença, 1976.

MACHADO NETO, José Ribeiro. *A economia de mineração brasileira no sistema comercial atlântico e as relações anglo-lusas nos anos 1700 – Tese de doutorado – PPGH/UNB, 2002.*

MEIRELES, Mário Martins. *Holandeses no Maranhão: (1641-1644)*. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1991.

MENEZES, José Luís Mota. “Olinda e Recife: 1537-1650”. IN: *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p. 136-150.

MORSE, Richard M. “O desenvolvimento urbano da América espanhola colonial” IN: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, volume II, p. 57-97.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NEVES, André Lemoine. *A transferência da cidade portuguesa para o Brasil:1532-1640* – Tese de Doutorado – PPDU/UFP, 2009.

OLIVEN, Ruben George. *Urbanismo e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

PARK, Robert E. *The City: Suggestions for the Study of Human Nature in the Urban Environment*. Chicago: The University of Chicago Press, 1925.

PESSOA, José. “Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos de urbanização na América Portuguesa”. IN: *Oceanos: A construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p. 70-81.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Nestor Goulart. “As principais cidades e vilas do Brasil: importância da vida urbana colonial” IN: *Oceanos: a construção do Brasil urbano*. Lisboa: Bertrand, jan/mar, 2000, nº41, p. 60-67.

_____, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & CIA. LTDA, 1968.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras* – Tese de Doutorado – USP, 2006.

RHODEN, Luiz Fernando. *O traçado urbano português no Brasil meridional: origem e evolução: 1737-1777* – Dissertação de Mestrado – PPGH/PUCRS, 1996.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

ROCCA, Luísa Durán. *A cidade colonial ibero-americana: A malha urbana* – Dissertação de Mestrado – PROPAR/UFRGS, 2002.

SANTOS, Paulo. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA F., Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*. Belo Horizonte: Unesco, 1998.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Meio eletrônico, disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=38095. Acesso em 28/08/2010.

SOUZA, Jessé; OËLSE, Berthold (org). *Simmel e a modernidade*. Brasília, UNB, 1998.

TAPAJÓS, Vicente da Costa Cantos. *História administrativa do Brasil: A política administrativa de D. João III*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII- XVIII – Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

VALLA, Margarida. “O papel dos arquitectos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas” IN: *Urbanismo de Origem Portuguesa*, nº1, set/1999. Disponível em <http://revistas.ceurban.com/numero1/margarida.htm>.

VERRAN, Rossana Samarani. *Inventário científico do Brasil no século XVIII: a contribuição de Alexandre Rodrigues Ferreira para o conhecimento da natureza e dos índios – Tese de doutorado – PPGH/PUCRS*, 2006.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. São Paulo: Editora UNB, 2004.

_____, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 2008.

FONTES PRIMÁRIAS

“Informação de D. Diogo de Castro sobre cousas do Maranhão dada em Lisboa a 12 de Novembro de 1630”. IN: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVI, p. 349-353. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm, acesso em 21/11/2010.

Recompilación de leyes de los Reynos de las Índias. Madrid: Consejo de la Hispanidad, 1943, Libro III.

“Regimento de Alexandre de Moura”. IN: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXVI, p. 195- 239. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais.htm, acesso em 21/11/2010.

FONTES DE CONSULTA

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. MONTEIRO, John Manuel (orgs). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.

ÁLVAREZ, Manuel Fernández. *La sociedad española del Renascimento*. Salamanca: Ediciones ANAYA, 1970.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno: séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares : secularização, laicidade e religião civil : uma perspectiva histórica*. Coimbra : Almedina, 2006.

CHAUNU, Pierre. *Conquista y explotación de los nuevos mundos : siglo XVI*. Barcelona : Labor, 1984.

CORTÁZAR, Fernando García de; VESGA, José Manuel Gonzáles. *História da Espanha: uma breve história*. Lisboa: Presença, 1997.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Editora Estampa, 1984, v. 1.

DULMEN, Richard Van. *Los inícios de la europa moderna*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos : decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro : Record, 2000.

HARDOY, Jorge Enrique. *Ensayos histórico-sociales sobre la urbanización en América latina*. Buenos Aires : SIAP, 1978.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís : EDUFMA, 2000.

MAGALHÃES-VILHENA, Vasco de. *Antigos e modernos : estudos de história social das ideias*. Lisboa : Livros Horizonte, 1984.

MARTINS, Oliveira. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa : Guimarães, 1978.

MARX, Murillo. *A cidade brasileira*. São Paulo: Editora Melhoramentos/ Editora da Universidade de São Paulo, 1945.

_____. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo, Edusp, 1991.

MONNET, Jérôme. *Ville et pouvoir en Amérique : les formes de l'autorité*. Paris : L'Harmattan, 1999.

NEQUETE, Lenine. *O poder judiciário no Brasil: crônicas dos tempos coloniais*. Porto Alegre: Edição da Diretoria da Revista de Jurisprudência e Outros Impresses do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 1975.

OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasília: EBRASA, 1971.

PALEN, J. John. *O mundo urbano*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1976.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. *História do direito português*. Lisboa : FCG, 2000.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis : Vozes, 1995.

VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro : Ed. Guanabara, 1987.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo : Pioneira, 2001.